

Módulo 1

Volume 1

.....  
Ana Maria Mauad

Paulo Cavalcante

## História e Documento







Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

## História e Documento

Volume 1 – Módulo 1

Ana Maria Mauad

Paulo Cavalcante



SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério  
da Educação



Apoio:



# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente  
Masako Oya Masuda

Vice-presidente  
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História  
UNIRIO – Keila Grinberg

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Maria Mauad

Paulo Cavalcante

### COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte

Marcelo Bastos Matos

## Departamento de Produção

### EDITORA

Tereza Queiroz

### REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Diana Castellani

Elaine Bayma

Patrícia Paula

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Valéria de Almeida

### ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

### CAPA

Clara Gomes

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M447h

Mauad, Ana Maria.

História e Documento. v. 1 / Ana Maria Mauad, Paulo Cavalcante.

Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2009.

228 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-533-9

1. História. 2. Documento. 3. Historiador. I. Cavalcante, Paulo. II. Título.

CDD: 901

# Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador  
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia  
Alexandre Cardoso

## Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Ricardo Vieiralses

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE  
Reitor: Roberto de Souza Salles

•  
•  
•  
•  
•

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO  
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO  
Reitora: Malvina Tania Tuttman



<b>Aula 1</b> – História e seus significados	7
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 2</b> – História da história e seus documentos	25
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 3</b> – O historiador e seus fatos	43
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 4</b> – História e diferença	61
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 5</b> – História e mudança	81
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 6</b> – História da história, documento e historicidade	103
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 7</b> – Antigüidade grega entre mito e história	127
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 8</b> – O medievo e suas fontes	149
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 9</b> – Antiquarismo e a inauguração do tratamento documental	175
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Aula 10</b> – Disciplina histórica e seu método crítico no século XIX	195
Ana Maria Mauad / Paulo Cavalcante	
<b>Referências</b>	221





# Aula 1

História e seus  
significados

## Meta da aula

Apresentar o percurso dos significados da palavra história desde a sua expressão mágico-religiosa até a racional.

## Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. associar História e condução de uma pesquisa;
2. relacionar História e interpretação.

## Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que tenha estudado na Aula 1 o significado de História como conhecimento e como experiência social passada.

## INTRODUÇÃO

De onde vim? Quem sou eu? Você já deve ter se perguntado isso, e muita gente já lhe ofereceu uma resposta. Quando alguém tenta responder essas questões, sempre conta uma história. Várias, aliás. Isso mesmo, nós somos constituídos por várias histórias.

Pense bem. Quando nascemos, nada sabíamos; tudo nos foi contado. Ao longo do tempo, vamos ouvindo histórias e vivenciando experiências. Esses relatos e nossas práticas fazem de nós o que somos, e tudo ocorre de forma aparentemente natural. A rotina, as necessidades diárias e a intensidade da vida fazem com que esse fluxo pareça normal, mas o fluxo da vida também nos coloca problemas e desafios. Nesse momento, questionamos: De onde vim? Quem sou eu?

As histórias, portanto, nos põem no mundo. Primeiro, antes mesmo de sermos capazes de formular qualquer pergunta. Depois, quando perante uma dificuldade, somos capazes de perguntar. Antes e depois, são sempre as histórias, os relatos – orais ou escritos – que dão conta da nossa existência.

Nossa? Isso mesmo, “nossa”! O homem isolado do mundo é uma abstração, não existe. O homem só se humaniza quando se relaciona com outros homens. O ser humano está sempre estabelecendo relações. Ele só existe na relação. Por isso, as perguntas sobre a origem (De onde vim?) e sobre a identidade (Quem sou eu?) são sempre coletivas. São os grupos sociais que as formulam, respondem e registram.



Um cronista nascido na Mongólia, no século XVIII, é bem claro a respeito da importância da História:

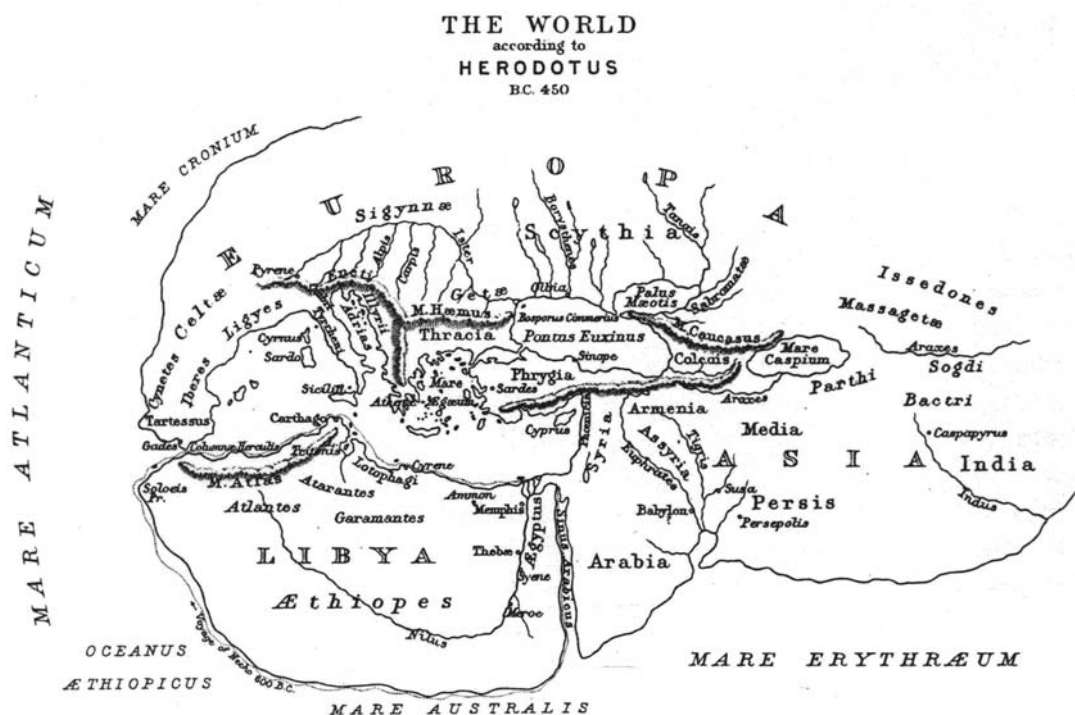
Se o homem comum não conhece as suas origens, ele é como um macaco louco. Ele que não conhece ao certo as relações de sua grande família é como um dragão descomunal. Ele que não conhece as circunstâncias e o curso das ações de seu nobre pai e avô é como um homem que, tendo preparado a dor para seus filhos, joga-os neste mundo (MOMIGLIANO, 2004).

Os registros funcionam como referências: são as balizas que demarcam o campo em que acontece o jogo da vida. Esses registros possuem duas características importantes: são fruto de uma seleção e estão localizados no tempo. Podemos afirmar, então, que os homens produzem histórias quando registram os acontecimentos ao longo do tempo.

**Heródoto** nasceu por volta de 480 a.C. em Halicarnasso, cidade costeira da atual Turquia. Contemporâneo de Eurípides e de Sócrates, morreu por volta de 420. No seu livro, relata o que se passou no mundo grego e no Império Persa desde o início do governo de Ciro, em 549 a.C. Conta-nos, também, os feitos de gregos e não-gregos durante as suas guerras.

## O pai da História

**Heródoto**, conhecido como o “pai da História”, recolheu muitas histórias ao longo de suas viagens e as reuniu num livro intitulado *Histórias*. Isso mesmo, no plural. Heródoto tinha um vivo interesse pelo que é diferente. Expulso de sua cidade natal por motivos políticos, recomeçou a vida viajando. Percorreu a Mesopotâmia, o Egito e a Cítia, ficou um pouco em Atenas e em Delfos para, por fim, instalar-se em Thourioi, colônia grega no sul da atual Itália, onde morreu.



**Figura 1.1:** O mundo conhecido no tempo de Heródoto.

Observe a indicação Ponto Euxino, no centro do mapa. (Em latim, *Pontus Euxinus*). É o atual mar Negro. A região ao norte é a Cítia, também percorrida por Heródoto.

Fonte: <http://www.meer.org/mbhist.htm>

E viajou muito. Viajar é percorrer caminhos que levem ao outro, àquele que é diferente de nós; é redescobrir-se na diferença que vem de fora; é construir a possibilidade de se encontrar contando as histórias da jornada. Suas histórias compõem uma obra-prima. Uma delas é sobre o Egito e os egípcios.



Então o que eu disse até agora a respeito do Nilo é o bastante. Mas vou alongar-me em minhas observações a respeito do Egito, pois em parte alguma há tantas maravilhas como lá, e em todas as terras restantes não há tantas obras de inexprimível grandeza para ser vistas; por isso falarei mais sobre ele. Da mesma forma que o Egito tem um clima peculiar e seu rio é diferente por sua natureza de todos os outros rios, todos os seus costumes e instituições são geralmente diferentes dos costumes e instituições dos outros homens. Entre os egípcios, as mulheres compram e vendem, enquanto os homens ficam em casa e tecem. Em toda parte se tece levando a trama de baixo para cima, mas os egípcios a levam de cima para baixo. Os homens carregam os fardos em suas cabeças, mas as mulheres os carregam em seus ombros. As mulheres urinam em pé, e os homens, acorados. Eles satisfazem as suas necessidades naturais dentro de casa, mas comem do lado de fora, nas ruas, alegando que as necessidades vergonhosas do corpo devem ser satisfeitas secretamente, enquanto as não vergonhosas devem ser satisfeitas abertamente. Nenhuma mulher é consagrada ao serviço de qualquer divindade, seja esta masculina ou feminina; os homens são sacerdotes de todas as divindades. Os filhos não são compelidos contra a sua vontade a sustentar os pais, mas as filhas devem fazê-lo, mesmo sem querer (HERÓDOTO, Livro 2, 35).

Os egípcios da Antiguidade formaram uma sociedade incrível que até hoje nos seduz. Tanto é assim que inúmeros filmes foram e são realizados sobre eles. E quantos não são os documentários tratando de suas pirâmides fantásticas e seus faraós ricamente sepultados! Podemos imaginar como tudo isso encantou Heródoto. Ele mesmo diz: “Em parte alguma há tantas maravilhas como lá.” Maravilhas da natureza, mas, principalmente, a maravilha do homem, com suas realizações, seus costumes e suas instituições.



**Figura 1.2:** Mapa do mundo grego na Antiguidade – representação atual.

Note a cidade de Halicarnasso, onde nasceu Heródoto.

Mas há histórias em que Heródoto não crê, de que duvida, e argumenta em contrário. E – parece incrível, mas é verdade – mesmo as contadas pelo seu próprio povo, os helenos, mais conhecidos por nós como gregos. A história fala de Hércules, ou Héracles, como os helenos o chamavam.



Mas os helenos contam muitas coisas levianamente. Uma de suas fábulas extremamente tolas sobre Hércules é a seguinte: na época da vinda do herói para o Egito, os egípcios o coroaram e o levaram em procissão como se fossem sacrificá-lo a Zeus; durante algum tempo ele se manteve tranquilo, mas no momento em que os egípcios começaram a prepará-lo para o ritual do sacrifício junto ao altar, ele pôs em ação a sua força e os massacrou totalmente. Parece-me que com essa história os helenos demonstram completa ignorância acerca do caráter e dos costumes dos egípcios; com efeito, como poderiam eles, que proíbem o sacrifício até de gado, e abrem exceção apenas a porcos, touros e vitelos (somente imaculados) e gansos, imolar criaturas humanas? Mais ainda: estando Hércules sozinho, e sendo além disso um simples mortal, como dizem, considerar-se-ia natural que ele pudesse matar miríades de homens? Nada mais direi a esse respeito, e sejam benevolentes para comigo os deuses e heróis por isso! (HERÓDOTO, Livro 2, 45).

Exatamente porque Heródoto olhou para fora, ele pôde assumir um ponto de vista crítico e duvidar das histórias contadas por seus conterrâneos. Ele não a recusou apenas porque era uma fábula, recusou-a principalmente porque era tola, agredia a sua racionalidade e estava em desacordo com o seu conhecimento dos fatos. Ele registrou a história, mas a submeteu à crítica. É preciso distinguir entre fatos e fantasias.

Não é à toa que até hoje invocamos Heródoto para fundamentar a concepção moderna de História. Para ele, todo relato e todo testemunho precisam ser postos à prova. Fazer História significa, então, pesquisar, criticar, comparar, analisar, compreender e explicar. E, desde então, essa complexa operação tem se tornado cada vez mais exigente.



Fazer História... Será que compreendemos a extensão das mudanças operadas? Heródoto nos diz que usou seus olhos, seu juízo e sua capacidade de pesquisar. Com os olhos observou diretamente; com sua capacidade de investigação verificou alguns documentos escritos, mas, principalmente, ouviu testemunhos e recolheu a tradição oral; e com o seu juízo (discernimento) duvidou e criticou.



Não há definição para o dom da curiosidade, paciência e humanismo que Heródoto colocou em sua investigação. Ele nunca se regozijou diante dos inimigos tombados, nunca comemorou o poder pelo poder, nunca ditou à História o seu curso. Ele esteve invariavelmente atento às situações individuais. Ainda que cuidadoso ao anotar as similaridades, ele esteve sempre mais pronto a detectar as diferenças; e não há uma passagem em sua obra que se pareça com outra. Se há um ensinamento transcendental em sua narrativa, é o da medida em todas as coisas. O método de Heródoto é o do homem que não quer suprimir o que não está em seu poder entender ou corrigir; ao mesmo tempo permite à humanidade – ou a uma boa parte dela – espelhar-se em seu relato (MOMIGLIANO, 2004).



Leia com atenção estas considerações de Heródoto:

Quanto aos territórios situados além da região sobre a qual estou começando a falar, ninguém conhece exatamente o que existe lá; com efeito, não me foi possível obter informações relativas a eles de qualquer testemunha ocular. O próprio Aristetas, mencionado por mim um pouco antes, não tem a pretensão de haver ido além dos issedonos, nem mesmo nos versos de sua autoria (de tais territórios ele fala por ter ouvido dizer, esclarecendo que os issedonos os tinham mencionado). De nossa parte, vamos reproduzir todas as informações obtidas por ouvir dizer em termos de relatos precisos, expondo todos os dados possíveis a propósito das regiões mais remotas (HERÓDOTO, Livro 4, 16).

Heródoto se embrenha em terras desconhecidas e encontra dificuldades para obter informações. No papel de pesquisador, ele tece algumas considerações metodológicas da sua pesquisa. Você pode identificá-las?

---



---



---



---

Resposta Comentada

Ele não busca apenas informações. Ele busca informações confiáveis e seguras. Ele busca, em primeiro lugar, pessoas que possam testemunhar o que viram e, em segundo, aquelas que têm informações por ouvir dizer. Por fim, ele se compromete a expor tudo com rigor e precisão.

---

## Do mito à razão

Eis um ponto importante: Heródoto representa um dos momentos de rompimento com a tradição oral, o campo da poesia e do mito. É certo que esse rompimento é relativo, afinal, em seu livro, ele transcreve muitos relatos orais, mas este é o ponto: ele os confronta com os resultados da sua investigação. Fazendo isso, ele assume uma distância crítica. O convívio com deuses, semideuses e heróis já não é mais tão íntimo como o do “poeta”. E mais! Ele tem consciência disso, tanto que, com ironia e senso de humor, pede: “E sejam benevolentes para comigo os deuses e heróis por isso.”

Mudou também a relação com o passado. O poeta não transmitia meramente o passado, ele o recriava. Ao narrar o mito, a sua palavra cantada instaurava no momento presente a realidade dos primeiros tempos. Mas veja, ele não a reconstruía numa perspectiva temporal, ele a instituía naquele presente imediato em que dizia a palavra cantada. Tudo se passa como se as cenas de um filme se desenrolassem diante das pessoas. Ali, naquele momento mágico, tudo acontece num “presente eterno”.

Que poder tinha o poeta! E esse poder vinha do alto. Invocando as Musas e sob a sua inspiração, o *aedo* (poeta) entrava em contato com aquela massa desconexa e incompreensível de acontecimentos e lhe conferia sentido, tornando-a inteligível.

Leia em voz alta e deixe a palavra de **Homero** ecoar em sua alma.

Ó Musas, me dissei, moradoras do Olimpo,  
divinas, todo-presentes, todo sapientes  
(nós, nada mais sabendo, só a fama ouvimos),  
quais eram, hegemônicos, guiando os **Dânaos**,  
os príncipes e os chefes. O total de nomes  
da multidão, nem tendo dez bocas, dez línguas,

Os gregos chamavam  
**Homero**

simplesmente de  
“o poeta”. Não se  
sabe quem ele era,  
onde vivia ou em que  
data compôs os seus  
poemas. Nem mesmo  
os gregos o sabiam.  
No entanto, ao longo  
da História, nenhum  
homem ou mulher  
do mundo das Letras  
ocupou na vida de  
seu povo um lugar  
tão elevado. Ele foi  
o símbolo maior, a  
autoridade jamais  
contestada e o poeta  
preferido. Hoje em dia,  
acredita-se que a *Iliada*  
e a *Odisséia* tenham  
sido compostos entre  
750 e 600 a.C.

**Dânaos** é um  
dos nomes usados  
por Homero para  
chamar o seu povo.  
Nós, atualmente, o  
chamamos “gregos” e  
o seu país “Grécia”,  
porque assim faziam  
os romanos. Em  
sua época, eles se  
autodenominavam  
helenos e o seu país  
Hélade. Além de  
dânaos, Homero os  
chama também de  
argivos e de aqueus.

voz inquebrantável, peito brônzeo, eu saberia  
dizer, se as Musas, filhas de Zeus porta-escudo,  
olímpicas, não derem à memória ajuda,  
renomeando-me os nomes.

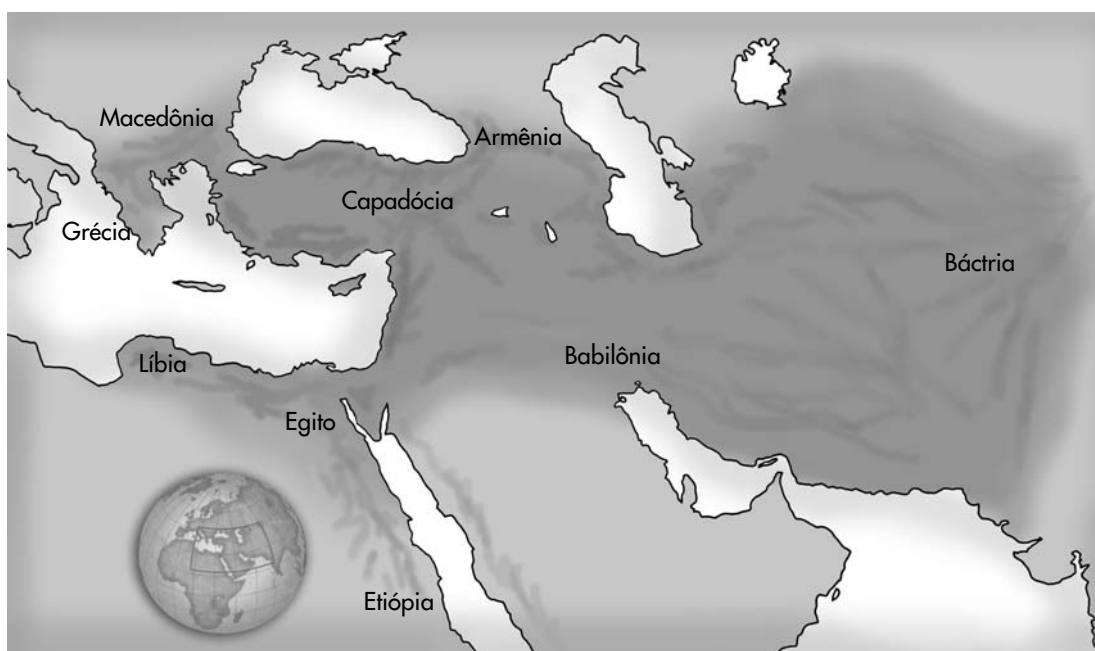
(HOMERO, *Iliada*, Canto 1, 484-493)

No entanto, o mundo dos poetas e dos mitos pouco a pouco se apagava. A vida social dos gregos, especialmente a dos habitantes de Atenas, começa a se organizar em torno da cidade-Estado: a *polis* grega. As ações coletivas necessárias à construção dessa nova organização e práticas institucionais de caráter político e jurídico exigiam importantes mudanças nas formas de pensamento. É o que os estudiosos do mundo grego antigo – os helenistas – chamam de “passagem do mito à razão”.

A palavra cantada do poeta, a um só tempo mágica e divina, vai se transformando. Um novo contexto de pensamento se constitui para uma nova palavra cada vez mais racional. Nesse quadro de transformações, surgem a Retórica e a Filosofia, e, também, o Direito e a História.

A História nascida desse processo traz consigo uma nova relação com o passado. E essa relação tinha de ser, antes de tudo, secular (isto é, tinha de possuir uma perspectiva temporal). Além disso, a relação não podia ser mítica e precisava expressar uma forte conotação política. Afinal, tudo se processava na *polis*.

Por isso Heródoto pôde “criar” a História. Ele pôs em prática um método de investigação porque estava mergulhado nesse imenso mar de mudanças. Por isso, em seu livro a guerra é tão importante. Os contatos dos gregos com os persas e as tentativas de invasão destes colocaram em choque a cidade-Estado (*polis*) e o Império Persa. A guerra, um acontecimento político. E isso fez os gregos mais conscientes do mundo ao seu redor e da sua própria herança cultural, – numa palavra, da sua identidade.



**Figura 1.3:** O Império Persa no século V a.C.



Entre 490 e 448 a.C., persas e gregos se enfrentaram em batalha. Os nomes dos reis persas Dario I e Xerxes I se tornaram conhecidos até hoje, assim como as famosas batalhas de Maratona, das Termópilas e de Salamina. O mais recente filme norte-americano a tratar do tema chama-se *Trezentos*, baseado nas histórias em quadrinhos de Frank Miller. Você já assistiu a esse filme? Se ainda não, aproveite e veja. Ele é um exemplo acabado de como a história é um campo aberto para interpretações, algumas delas muito ruins, como é o caso desse filme. O rei Xerxes, interpretado pelo ator brasileiro Rodrigo Santoro, é uma grosseira distorção do personagem histórico, pois a diferença cultural é relatada de modo a qualificar o rei e seu povo.

Porém, Heródoto não foi um guardião da tradição. A guerra é embate de diferenças, movimento e mudança. Ele foi um pesquisador e revisou de modo crítico as tradições transmitidas oralmente à luz das tradições daquele que lhe era diferente, isto é, do bárbaro. Isso mesmo. Ele celebra a vitória grega, mas, acima de tudo, as realizações dos homens, não importando se gregos ou não – dos homens, de todos eles, não dos deuses.



Os resultados das investigações de Heródoto de Halicarnasso são apresentados aqui, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e dos bárbaros não deixem de ser lembrados, inclusive as razões pelas quais eles guerrearam (HERÓDOTO, Livro 1, 1).

No panteão grego, Mnemósine é a personificação da Memória.

É filha de Urano e Gaia, e pertence ao grupo das Titânides. Zeus amou-a com ela durante nove noites seguidas e, um ano depois, ela teve nove filhas, as **Musas**.

O livro de Heródoto é um registro das atividades humanas para que elas não sejam consumidas pelo tempo. Ele assim o declara. Entretanto, a memória aqui não é deusa inspiradora ou uma **Musa**. Ela é responsabilidade dos homens. Todos nós estamos no tempo e, se pretendemos nos conhecer, devemos tomar as rédeas da explicação dos nossos próprios atos; devemos investigar racionalmente.

## Atividade Final

---

Entrar para o mundo do conhecimento histórico é desenvolver constantemente nossa capacidade de interpretar. Vamos fazer uma tentativa? Então, leia atentamente esta história de Heródoto.

Segundo dizem os citas, eles são o povo mais novo de todos, e sua origem teria sido a seguinte: apareceu naquele território, até então deserto, um homem cujo nome era Targítaos. Os pais desse Targítaos, dizem eles – não creio em sua história, mas eles a contam –, teriam sido Zeus e uma filha do rio Boristenes. Essa teria sido a origem de Targítaos, e ele teve três irmãos: Lipôxais, Arpôxais e Coláxais (este era o mais novo). Durante o seu reinado caíram do céu sobre a Cítia alguns objetos de ouro – um arado com o respectivo jugo, um machado de combate e uma taça. Vendo-os, o irmão mais velho aproximou-se deles com a intenção de pegá-los, mas o ouro começou a inflamar-se e ele desistiu da tentativa; em seguida, o segundo se aproximou, mas aconteceu o mesmo com o ouro; quando os dois se afastaram por causa das chamas do ouro, avançou em terceiro lugar o mais novo; as chamas se extinguíram à sua aproximação, e ele levou consigo os objetos de ouro; diante disso, os irmãos mais velhos concordaram com a entrega total do poder real ao mais novo.

De Lipôxais se originou o clã dos citas chamados aucatas; do irmão do meio, Arpôxais, originaram-se os catáaros e os tráspios, e do mais novo – o próprio rei –, os paralatas; todos esses em conjunto têm o nome de Scolotos, epônimo de seu rei; o nome de citas lhes é dado pelos helenos.

Essa é a origem dos citas segundo seu próprio relato; eles contam nem mais nem menos de mil anos passados desde o início de sua existência, na época de seu primeiro rei, Targítaos, até a expedição de **Dario** ao seu território (HERÓDOTO, Livro 4, 5-6).

Heródoto narra as lendas reais dos citas. Lendas, você diria. Mas não temos de separar fatos de fantasias? É verdade. Porém, muitas vezes, as lendas, as fábulas ou simplesmente as histórias irreais que um povo conta a respeito de si próprio podem nos ajudar a compreendê-lo. Muitos historiadores criticaram Heródoto por narrar essas fábulas. Chegaram mesmo a chamá-lo de mentiroso. Será que de fato ele o era? Aliás, sobre essa história dos citas ele mesmo diz não acreditar. Mas mesmo assim a registrou em seu livro.

### **Dario I**

O Grande, rei da Pérsia de 522 a 486 a.C. Em sua época o Império Persa chegou ao apogeu. Segundo Heródoto, a expedição para conquistar os citas fracassou.

Como você sabe, numa de suas viagens, ele passou pela Cítia e lá ouviu muitas histórias. Nenhuma história é ingênua. Toda história nos diz algo. O que será que essa nos diz? Por exemplo, qual seria o significado dos três objetos de ouro que caíram do céu? Lembre-se de que essa é uma lenda possível de ter acontecido. Um rei precisa de legitimidade para exercer o poder. Noutras palavras, as pessoas que compõem a sociedade têm de reconhecê-lo enquanto tal. Então, estes objetos – o arado, o machado de combate e a taça – devem representar os grupos sociais que compõem aquela sociedade, isto é, os agricultores, os guerreiros e os sacerdotes.

E o rei? Você notou que só se tornou rei aquele cujo toque não ateou fogo aos objetos? Agora é a sua vez de interpretar. Por quê? O que essa passagem da história quer nos dizer?

---

---

---

---

### *Resposta Comentada*

Aquela sociedade estava dividida em três categorias sociais, e cada uma delas é representada por um objeto. Só se tornou rei aquele capaz de integrar as qualidades das três categorias em si mesmo. O rei é um, mas representa todos. Todos o aceitam, e ele não gera conflitos. Por isso os objetos não se incendiaram com o seu toque.

O fogo, então, é sinônimo de conflito.



## CONCLUSÃO

Muitas pessoas costumam se perguntar para que serve a História. Collingwood, importante filósofo e historiador inglês, respondeu: “A História é para o autoconhecimento humano.” Nesse passo, ele ecoa a famosa inscrição do Templo de Delfos, na Grécia Antiga: “Conhece-te a ti mesmo.” O que significa isso?





Conhecer a si mesmo significa saber o que se pode fazer. E como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez. O valor da História está, então, em ensinar-nos o que o homem tem feito e, desse modo, o que o homem é.

## RESUMO

As histórias são relatos que nos põem no mundo, produzem referências essenciais para a compreensão da vida e para o seu desdobramento. De diversos tipos, na Grécia Antiga, com Heródoto, a História passou a significar pesquisa. Essa pesquisa, conduzida segundo os critérios da razão, da lógica e da exposição rigorosa, define, ainda hoje, a chamada história científica.

## Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, desenvolveremos a noção de registro histórico, abordando as condições sociais de produção do documento.



# Aula 2

História da história  
e seus documentos

## Meta da aula

Apresentar o documento histórico e sua origem como registro da experiência social.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer um documento histórico;
2. relacionar registro histórico e experiência social;
3. caracterizar o papel do historiador na escolha das fontes históricas.

## Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado, na Aula 1, o significado de História como conhecimento e como experiência social passada.

## INTRODUÇÃO

"Blitz, documentos! Só temos instrumentos!"

(Evandro Mesquita, Blitz)

Nos anos 1980, a música popular já orientava a nossa atenção para a necessidade do uso de documentos como forma de controle e identificação em nossa sociedade. Ao sermos parados por policiais, numa operação de controle e verificação, devemos portar a nossa carteira de identidade. Quando somos contratados para um novo emprego, devemos apresentar a nossa carteira de trabalho. Para dirigir um automóvel, devemos tirar nossa licença a fim de dirigir e portar uma carteira de motorista. Quando nossos filhos nascem, nos encaminhamos a um registro civil para obter sua certidão de nascimento; da mesma forma, quando alguém falece, outro documento é produzido: o atestado de óbito.

Certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira de motorista, certidão de casamento, atestado de óbito, escritura de imóveis, enfim, um conjunto de registros de controle e identificação que atestam a presença de uma experiência social e histórica.

Entretanto, os documentos não se limitam somente a registros de identificação e controle produzidos pelas instâncias do Estado. Os documentos fazem parte de nossa experiência de vida, incluindo-se nessa modalidade um conjunto de outros elementos, tais como: fotografias, cartas, roupas, livros didáticos, móveis, diários, jornais, paisagens, narrativas, fábulas, filmes, romances, construções etc. Enfim, um conjunto de evidências, de indícios, de pistas que comprovam a existência das diferentes formas de atividade humana.



## 1. Atende ao Objetivo 1

Um convite à reflexão! Pelo que já foi dito, podemos arriscar uma primeira definição de documento, mesmo que provisória? Cite alguns exemplos da sua própria experiência.

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

O importante é reconhecer que toda experiência social, por mais efêmera que seja, deixa um registro material da sua existência. Portanto, viver em sociedade implica compartilhar um conjunto de princípios de organização, envolvendo práticas cotidianas de rememorar e registrar o percurso das nossas vidas, deixando para o futuro evidências concretas da sua existência.

Os exemplos podem ser variados: uma fotografia, sua certidão de nascimento, enfim, qualquer elemento que comprove a sua existência como sujeito social.

---

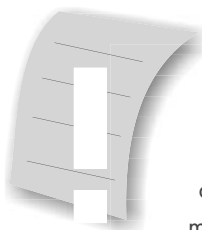
## O documento como matéria-prima da História

A História, segundo o historiador francês **Marc Bloch**, é o estudo das sociedades humanas no tempo; assim, tem como matéria-prima tudo que comprove, explique e esclareça como as pessoas viviam num determinado tempo e lugar. A produção do conhecimento histórico deve ser feita com base em indícios, restos e pistas, ou seja, documentos analisados pelo historiador tornam-se fonte do conhecimento sobre o passado. São, portanto, as **fontes históricas**.

Denomina-se **fonte histórica** todo documento trabalhado pelo historiador em sua busca de conhecimento sobre o passado. Tal noção inclui uma outra, a de registro, utilizada até agora nesta exposição, como sinônimo de documento. Assim, o termo registro, que no dicionário tem uma multiplicidade de significados, está sendo utilizado como uma forma de guardar, de comprovar a existência de algo, de servir como atestado, portanto, de documentar uma experiência coletiva, ação ou sentimento. Assim, os registros do passado também podem ser considerados fontes históricas.

○ que atestam os documentos históricos? ○ que a sua existência comprova? Por tudo que dissemos até agora, os registros, ou documentos históricos, comprovam que algo existiu no passado, nos comunicam de diferentes maneiras um conjunto variado de atividades sociais. Entretanto, acima de tudo os documentos comprovam a existência de relações sociais e, mais do que isso, são suportes de relações sociais.

**Marc Bloch** (1886-1942) – historiador medievalista francês e fundador, juntamente com Lucien Febvre, da Escola dos Annales, movimento historiográfico responsável por uma revolução na prática historiadora do século XX, ao adotar os princípios da história total, que problematiza as relações sociais passadas, utilizando-se para tanto de um conjunto variado de fontes históricas. Dentre suas principais obras, consta a *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, escrita sem consulta aos seus livros e anotações, justamente no período em que ficou preso num campo de concentração alemão, por ser embro da resistência francesa. Para saber mais acesse [http://pt.wikipedia.org/wiki/marc\\_bloch](http://pt.wikipedia.org/wiki/marc_bloch).



As relações sociais são diferentes formas de relacionamento entre as pessoas que vivem em uma sociedade. Incluem-se nessa categoria as relações de trabalho, as relações de propriedade, as relações de poder, as relações de parentesco, as relações afetivas, entre outras. As relações sociais se modificam ao longo do tempo através dos processos históricos sendo, portanto, historicamente determinadas.

A escravidão, por exemplo, é uma forma de relação social presente na antiguidade greco-romana, mas também no Brasil Colonial e Imperial. Trata-se de uma mesma relação social, nesse caso, relacionada ao trabalho compulsório, mas que assume formas diferenciadas de acordo com as condições históricas da sociedade na qual se desenvolve.

O que queremos dizer quando afirmamos que os documentos são suportes de relações sociais? Queremos dizer que, ao analisarmos um documento, devemos levar em conta a sociedade que o produziu e consumiu, ou seja, todo o circuito social que envolve a sua produção, circulação e consumo. Assim, devemos sempre perguntar, por que o documento foi produzido? Qual era a sua função? A que atividades sociais se relacionava? E ainda, que imagem daquela sociedade se revela no documento analisado? Dessa forma, estaremos tomando o documento também como monumento.





## 2. Atende ao Objetivo 2

O trecho a seguir foi retirado da Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita ao Rei D. Manoel, O Venturoso, dando notícias do “achamento” de terras pela esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 1500. A carta do escrivão da frota é um documento de inquestionável valor. Por quê? Leia esse trecho e comente as suas impressões. Busque observar que elementos o escrivão valorizou na sua descrição, bem como as relações sociais reveladas pela sua leitura.

[...] Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até a outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

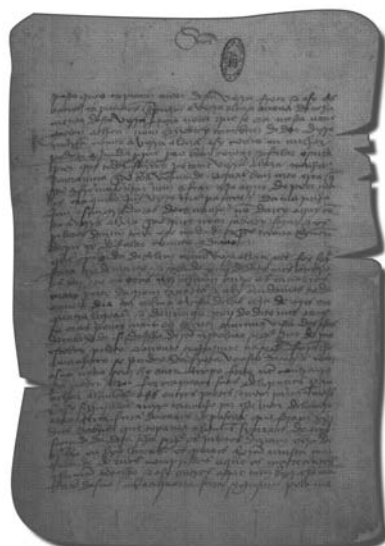
([www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=552](http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=552)capturada em 15/11/2007 CARTA, 2007).

[illegible]

## Resposta Comentada

Observe que o escrивão escreve para o Rei, ao estabelecer como seu interlocutor o "Senhor". Nesse sentido, utiliza-se de uma chave de leitura descritiva, na qual valoriza a vastidão do território, a natureza pródiga, o clima semelhante a certas regiões portuguesas e a possibilidade de lucro para a empresa mercantil, apesar da ausência, à primeira vista, de metais preciosos. Outro aspecto que chama atenção ao escrивão é a população encontrada, à qual relaciona a conversão ao catolicismo.

Assim, a carta é um documento que revela relações sociais de domínio, conquista e exploração próprias a empresa mercantil moderna.



**Figura 2.1:** Carta de Pero Vaz de Caminha.

A carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, considerada por muitos estudiosos como a “certidão de nascimento” do Brasil dos tempos modernos, descrevia as características da nova descoberta de acordo com as expectativas da sociedade portuguesa da época dos grandes descobrimentos, trazendo estereótipos estilísticos, religiosos, sociais etc. de origem.

---

## Documento/monumento

Analisar o documento como monumento é uma operação que nos obriga a voltarmos um pouco para a história desses dois termos. Assim, compreenderemos como essas duas expressões envolvem práticas de registro que, de totalmente opostas, passaram a ser complementares.

De acordo com o historiador francês Jacques Le Goff, em seu clássico texto “Documento/Monumento”, monumento é uma palavra de raiz indo-européia (men) associada aos atos de evocar o passado e perpetuar a recordação. Assim, o *monumento* tem como

No campo dos estudos históricos, o **método científico** está associado à noção de conhecimento histórico objetivo e descritivo. Um modelo de escrever a história baseado na narrativa da história nacional, calcada na cronologia e no feito dos grandes heróis da pátria. Esse método consistia em isolar os fatos históricos (em geral batalhas) dos registros escritos, organizá-los cronologicamente e “contar a história tal como aconteceu”, seguindo a orientação do famoso historiador alemão Leopold Von Ranke (1795-886). Dessa forma, os documentos escritos eram considerados prioritários para compor as narrativas dos acontecimentos do passado nacional, sendo considerados provas inquestionáveis da ação dos “heróis da nação”. Esta perspectiva de escrever a história ficou conhecida como Escola Metódica e dominou a oficina da história de fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Era identificada também como a perspectiva conservadora ou tradicional da escrita da história.

característica fundamental sua associação ao poder de rememoração, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas.

*Documento*, por sua vez, avisa o mesmo autor, deriva do termo latino *docere*, que quer dizer ensinar, instruir. Daí evoluiu para prova, sendo adotado no vocabulário das leis e do estado, como foi visto logo na introdução de nossa aula. O documento foi sendo associado ao longo do tempo às atividades de comprovação. Enquanto a noção de *monumento* associou-se às noções subjetivas de lembrança e recordação, a de documento assumiu o aspecto da objetividade, pelo seu estatuto de prova e de registro da ação humana.

Entretanto, se acompanharmos a etimologia (o estudo das palavras, de sua história, e das possíveis mudanças de seu significado) de documento e de monumento, descobrimos que, no século XVIII e XIX, *monumento* era utilizado para designar um conjunto de registros escritos sobre as histórias das nações. Foi somente a partir do final do século XIX, com a consolidação do **método científico** nos diferentes campos do saber, que a noção de *documento* significando prova e registro objetivo dos fatos se sobrepôs à noção de *monumento*, que ficou reservado aos usos da rememoração coletiva.

Documentos e monumentos definiram as bases sobre as quais o conhecimento histórico apoiaria seu método de trabalho, ao longo da sua própria organização como disciplina, durante o século XX. Dos suportes estritamente escritos a um conjunto variado de registros da experiência humana no tempo, os historiadores foram buscando a matéria-prima para escrever suas histórias. Portanto, é verdadeira a afirmação de que “não há história sem documentos”, enunciada por Samaran na clássica obra *A história e seus métodos* e, em seguida, complementa: “Há que se tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra maneira” (apud. LE GOFF, 1985, vol.1, p. 98).



### 3. Atende ao Objetivo 3

Destaque as outras formas de documentos indicadas pelo autor, além do documento escrito, e reflita o papel do historiador na produção do documento histórico.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo que a habilidade do historiador lhe permite para fabricar o seu mel na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e as ervas daninhas. Com as eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com o exame das pedras feitas pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra com tudo o que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entre-ajuda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE, apud. LE GOFF, 1985, vol.1, p. 98.)

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Resposta Comentada

O autor enumera um conjunto de registros das atividades humanas associados à cultura material e às práticas cotidianas. Indica em tom quase poético que é parte da atividade do historiador buscar evidências para além dos textos escritos, sobre a experiência social passada. Destaca em sua reflexão o papel ativo do historiador em dar estatuto de documento histórico, ou, como foi dito anteriormente, escolher suas fontes históricas dentre um conjunto variado de registros, restos, pistas e indícios da existência social da humanidade. Ao mesmo tempo, aponta para o fato de que apenas um só tipo de registro não é suficiente para se conhecer completamente as sociedades passadas. É necessário recorrer a mais de um tipo de fonte histórica para fazer falar o passado e escrever sobre ele.

---

## **A crítica dos documentos e a produção do conhecimento histórico**

A noção de que a história surge da seleção e interpretação dos documentos já foi ultrapassada. A própria definição de história como o conhecimento das sociedades humanas no tempo, logo no início mencionada, obriga a identificação de um conjunto amplo de questões que estejam diretamente relacionadas ao viver em sociedade, ou seja, coletivamente, segundo certas normas e preceitos de organização.

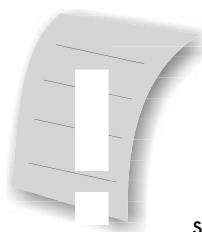
Nesse sentido, escrever a história com base em documentos implica primeiramente construir uma questão para o passado e daí buscar os documentos que venham a responder a tal questionamento. A verdadeira revolução no método histórico surge no século XX, quando em vez de se começar a investigação pelo recolhimento dos documentos, os historiadores, inspirados nas Ciências Sociais, iniciaram suas investigações propondo uma pergunta ao passado. Assim, se, no século XIX, o princípio era o documento, hoje o princípio é o problema.

Mais uma vez recorremos a Jacques Le Goff para aprofundarmos nosso aprendizado:

Enquanto conhecimento do passado, a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos, nos quais, submetendo-os à crítica histórica, se baseava. Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: vestígios da cultura material, os objetos de coleção, os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens. Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (LE GOFF, 1985, vol.1, p. 105-106).

Tomemos a sua reflexão por partes:

Em primeiro lugar, para se estudar as sociedades humanas no tempo, há que se recorrer a um conjunto variado de documentos, não somente escritos, mas também visuais, sonoros, arqueológicos etc. Além disso, a noção de documento único foi superada pela noção de série, principalmente em estudos voltados para a análise de coletividades mais amplas. Como é o caso dos estudos sobre demografia histórica, ou história do abastecimento que recorrem a análises estatísticas.



É importante esclarecer que a noção de séries documentais relaciona-se a diferentes tipos de pesquisa histórica que se utilizam de documentos em grande quantidade. Por exemplo, para se estudar a taxa de natalidade de uma determinada região, numa época anterior aos censos, pode-se utilizar os registros paroquiais, ou ainda, para compor quadros da estrutura familiar de uma determinada região, são fundamentais os documentos cartoriais, tais como certidão de casamento, nascimento e óbitos. O importante da série documental é que ela seja extensa (cubra o conjunto de anos que engloba a pesquisa) e homogênea (seja composta de documentos do mesmo tipo). A série documental, da mesma forma que o documento único, também resulta do investimento de análise do historiador.

Em segundo lugar, é fundamental que se trabalhe com a noção de documento/monumento. Assim, todo o registro produzido sobre o passado informa sobre as atividades humanas passadas, mas também conforma uma determinada imagem que essa sociedade deixa, intencionalmente ou não, para o futuro. Por exemplo, a carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, analisada anteriormente, descreve a terra, as possibilidades de explorá-la, a ausência de ouro e prata, mas também a presença de uma população que pode ser dominada. Assim, informa sobre um conjunto de aspectos do Brasil quando da chegada dos portugueses. Entretanto, também nos permite construir a imagem do império português cujas viagens de descoberta serviam ao domínio e à conquista. Também nos possibilita compreender a função dos relatos de viagem na construção de uma memória da conquista, da versão do Império sobre a dominação dos povos. É sem dúvida um instrumento do poder português.



Por fim, essa consideração nos leva à última e mais polêmica afirmação feita por Le Goff, a de que todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso. Ao afirmar que o documento é verdadeiro, o autor valoriza a sua capacidade de informar objetivamente sobre o passado. Entretanto, ao afirmar que todo documento é falso, o autor inclui na sua definição que todo documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a ser manipulado e reinterpretado.

Assim, Le Goff reúne a objetividade informativa do documento à subjetividade dos agentes sociais responsáveis pela sua produção, circulação e consumo, e ainda acrescenta o fato de ter sobrevivido ao longo do tempo, para se tornar uma escolha do historiador. Dessa maneira, o autor indica que todo método histórico, para ser crítico, deve reconhecer as condições históricas de produção dos documentos como suportes de relações sociais e pensar o documento na sua dimensão de monumento, ou seja, de instrumento de poder.

## CONCLUSÃO

Por tudo que foi apresentado nesta aula, podemos concluir que os documentos históricos são suportes de relações sociais, pois colocam em evidência a sociedade que os produziu, tanto objetivamente quanto subjetivamente. Por um lado, informam sobre os aspectos da vida material e das atividades humanas, por outro lado, conformam uma certa maneira de apresentá-los.

Assim, para serem plenamente aproveitados na pesquisa histórica, devem passar por uma crítica que considere as condições históricas da sua produção, a função para a qual foram elaborados, os agentes históricos envolvidos, as formas pelas quais foram apropriados e agenciados nas épocas sucessivas.

Os documentos históricos podem ser utilizados na sua especificidade, como um documento individual. Também podem ser lidos na sua relação com a série que podem vir a integrar, de acordo com a problemática da pesquisa proposta. Entretanto, a investigação histórica não se pauta no documento único, mas deve sempre buscar na multiplicidade de vestígios do passado explicações globais para a história.

---

Feito isso, analise cada um segundo a concepção de documento/monumento.

[illegible]

## *Resposta Comentada*

Você pode escolher: sua certidão de nascimento, fotografias de infância, livros de história com os quais estudou no Ensino Médio etc. Cada um desses registros da sua trajetória deve ser explicado de acordo com as condições de sua produção. A certidão de nascimento, por exemplo: qual a sua função, quais os aspectos da sociedade que a produziu ela revela? Nesse caso, há de se considerar as estratégias de controle e identificação do estado brasileiro, bem como as regras de registro: identificação dos pais, do local, da hora, além da forma, da linguagem etc. Nos demais documentos você deve proceder da mesma forma, identificando o circuito social da produção, a circulação e o consumo dos diferentes tipos de registro.

---

## **RESUMO**

Os documentos históricos são suportes de relações sociais, e devem ser compreendidos na sua dimensão de monumento.

A análise do documento histórico deve considerar o seu circuito social completo: produção, circulação e consumo, bem como as formas de sua sobrevivência no tempo.

A pesquisa histórica trabalha sempre com a variedade de vestígios, tomados na sua especificidade individual, ou como integrantes de uma série extensa e homogênea.

## **Informações sobre a próxima aula**

○ historiador e seus fatos, em que se aprofundará a relação entre documento e fato histórico, bem como o papel do historiador na produção do documento histórico.

# Aula 3

O historiador  
e seus fatos

## Meta da aula

Apresentar o processo de construção dos fatos históricos.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. compreender que se faz história para ir ao encontro dos homens no tempo;
2. compreender que o tempo é o próprio movimento reflexivo do historiador.

## Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que tenha estudado na Aula 1 o significado de História como conhecimento e como experiência social passada.

## INTRODUÇÃO

Como você se relaciona com o seu passado? Vamos fazer um teste. Abra o álbum das suas lembranças. O que você encontra? Uma festa de aniversário, uma viagem de férias, um falecimento, um rosto, um beijo... Nesta pequena sequência, há tudo o que ocorreu na sua vida até hoje? “Ah, não”, você diria, “a lista é bem maior”. Tudo bem, então faça a lista. “Tô cansado, dá pra ser outro dia?” Pronto, não pudemos saber o que aconteceu com você por causa da preguiça. Porém, mesmo assim, já temos com que trabalhar.



Antes de tudo, o indivíduo. Essa declaração parece pouco científica, afinal, a Ciência sempre se apresenta referida às coletividades, aos grupos sociais ou mesmo à humanidade. Além disso, parece também ressoar o individualismo característico de nossa época: competitivo, egoísta e predatório. Mas não é nada disso, não.

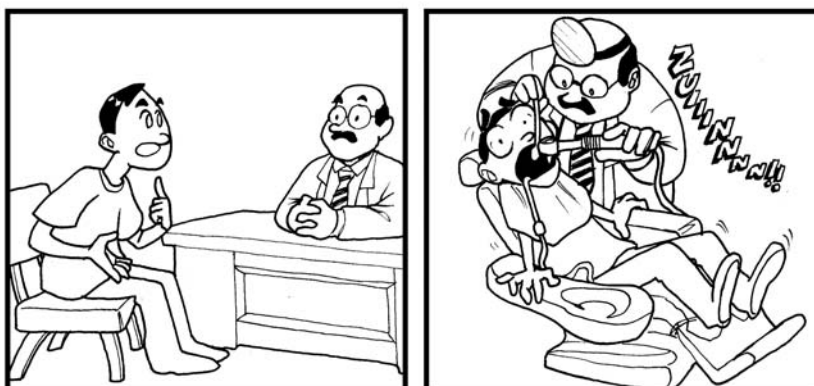


A sociedade moderna, a despeito de toda a ênfase que atribui à felicidade, à individualidade e ao interesse de cada um, ensinou ao homem que não é a sua felicidade (ou, para empregarmos um termo teológico, sua salvação) a meta da vida, mas sim a satisfação de seu dever de trabalhar, ou o seu sucesso. Dinheiro, prestígio e poder transformaram-se em seus incentivos e fins. Ele age na ilusão de que suas ações beneficiam seu interesse próprio, embora na verdade ele atenda a tudo mais, *exceto* aos interesses de seu eu real. Tudo é importante para ele, salvo sua vida e a arte de viver; é a favor de tudo, *exceto* de si mesmo (FROMM, p. 27).

Afirmar a precedência do indivíduo é reconhecer que o homem é sujeito e objeto da História. Em outras palavras, o homem faz história, por assim dizer, duas vezes. Por exemplo, a primeira, quando escova os dentes. A segunda, quando, no dentista, tenta compreender por que apareceu a cárie. A primeira é o acontecimento em que ele tomou parte. A segunda é um ato de conhecimento produzido pelo próprio homem, tentando compreender e explicar um problema, isto é, a cárie, para um outro homem “todo-poderoso”, o dentista, que tem um aparelho terrível nas mãos, “o motor”.

Vejamos tudo mais de perto. Você poderia perguntar: “Desde quando escovar os dentes é um fato histórico? A História não lida apenas com certos acontecimentos especiais que são chamados fatos?” Uma vez mais, o homem. Veja bem, é o homem quem decide o que é ou não um fato histórico. E o homem sempre está inserido numa situação social que chamamos de *contexto*. Sentado na cadeira do dentista para fazer um tratamento, você está num contexto determinado no qual o ato de escovar os dentes é da maior relevância, portanto, é um fato histórico. E você nem lembrou de colocar no “álbum das suas lembranças” aquela bela manhã em que escovou os dentes...





De fato, você não sofre de amnésia. Você fez uma *escolha*. Você, indivíduo, sujeito que deseja conhecer-se, decidiu o que deveria ou não constar do seu álbum. Durante o procedimento de conhecer o passado, o homem é sujeito e objeto da História. Esse procedimento, isto é, esse ato de processar racionalmente os acontecimentos, é feito pela mesma pessoa que os vivenciou. Nesse momento você assume o lugar do sujeito do conhecimento que vai reconstruir as próprias ações passadas, e estas, por sua vez, assumem o lugar de “alvo” do sujeito do conhecimento; em outras palavras, de objeto a ser conhecido.



A respeito de o historiador escolher os fatos, afirma o historiador francês Lucien Febvre (1878-1956):

Que desde logo a objeção tantas vezes repisada de que “o historiador não tem o direito de escolher os fatos” é incoerente; porque de fato o cientista, qualquer que seja, escolhe sempre – e, aliás, toda história já é escolha, devida ao simples acaso, que destruiu aquele testemunho, aquele vestígio do passado, aquele conjunto de documentos, e salvaguardou aquele outro (FEBVRE, p. 63).

## História: conhecimento científico

O conhecimento científico pode ser resumido à relação entre o sujeito do conhecimento (sujeito cognoscente) e o objeto a ser conhecido (objeto cognoscível). Para aplicar essa definição de ciência à História e compreender os problemas específicos da ciência histórica, precisamos refinar nossa definição. Para tal, vamos recorrer a outro historiador francês, Marc Bloch (1886-1944). Ele afirmou no início do século XX: “A História é a ciência dos homens no tempo.” E aqui nos deparamos com o primeiro e maior problema para a produção do conhecimento científico da História: o sujeito (o historiador) e o objeto (os homens no tempo) são o mesmo, isto é, homens.

O historiador inglês Edward Carr (1892-1982) aprofunda esse aspecto num livro até hoje muito importante: *Que é História?*

O historiador é, então, um ser humano individual. Como outros indivíduos, ele também é um fenômeno social, tanto o produto como o porta-voz consciente ou inconsciente da sociedade à qual pertence; é nessa situação que ele aborda os fatos do passado histórico. Falamos, às vezes, do curso da História como uma “procissão em movimento”. A metáfora é bastante razoável contanto que não incite o historiador a se considerar como uma águia observando a cena de um penhasco solitário ou como um *vip* no palanque. Nada disso!

O historiador nada mais é do que um figurante caminhando com dificuldade no meio da procissão. E à medida que a procissão serpenteia, desviando-se ora para a direita e ora para a esquerda, algumas vezes dobrando-se sobre si mesma, as posições relativas das diferentes partes da procissão estão constantemente mudando, de maneira que pode perfeitamente fazer sentido coerente dizer, por exemplo, que nós estamos mais próximos hoje da Idade Média do que nossos bisavós estavam há cem anos atrás ou que a época de César está mais próxima de nós do que a época de Dante.

Novas perspectivas, novos ângulos de visão constantemente aparecem à medida que a procissão – e o historiador com ela – se desloca. O historiador é parte da história. O ponto da procissão em que ele se encontra determina seu ângulo de visão sobre o passado (CARR, p. 71-72).



Essa forma de ver, essa concepção, entende a História como um processo em movimento constante, dentro do qual o historiador se move. E como *tudo se move e muda*, a realidade inteira, presente e passada, o ofício do historiador torna-se bem mais complexo.

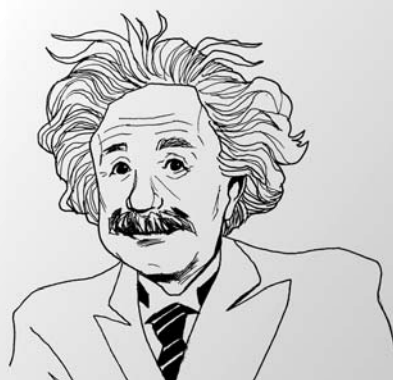


A idéia de conceber a realidade como movimento/mudança e de atribuir ao conflito um papel essencial tem, talvez, em Heráclito de Éfeso (540-480 a.C.), filósofo grego anterior a Sócrates, seu pioneiro e principal representante. É dele o aforismo “Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio” (B 91), que os historiadores costumam utilizar para concluir, corretamente, que a História não se repete: tudo muda o tempo todo. Ele também escreveu: “O conflito é pai de tudo, de tudo é rei; designou uns para deuses, outros para homens; de uns fez escravos, de outros, livres” (B 53).

### **Albert Einstein**

(1879-1955), físico nascido na Alemanha numa família judaica não-praticante, ficou famoso por ter desenvolvido a Teoria da Relatividade. Ganhou o prêmio Nobel de Física de 1921. Em 1933, foge da Alemanha sob ameaça de assassinato em virtude da ascensão de Hitler e vai para os Estados Unidos.

Estamos, então, diante de uma situação em que o historiador, que faz a História, não só a faz como é parte dela. Ele está no mundo e, exatamente porque está nele, se move e muda junto com ele. Tudo se passa como se não houvesse nenhuma separação. Por isso a imagem tradicional do cientista costuma ser a de um homem muito diferente de nós, por exemplo, o físico **Albert Einstein**, ou alguém metido no alto de uma torre, observando tudo a distância, separado, como se isso assegurasse aquelas tão idealizadas isenção, imparcialidade e neutralidade supostamente próprias da Ciência.



Albert Einstein

“Vou lhes fazer uma confidência muito pessoal: o esforço pelo conhecimento representa uma dessas metas independentes, sem as quais, para mim, não existe uma afirmação consciente da vida para o homem que declara pensar” (EINSTEIN, p. 210).

Mas esse ideal de isenção, imparcialidade e neutralidade, já se sabe, não funciona de modo absoluto em nenhum ramo do conhecimento científico. Pode-se dizer, por ora, que é uma meta perseguida, porém jamais alcançada por completo. Com efeito, a Ciência está sujeita à influência da sociedade que a faz. Assim o diz Lucien Febvre:

Numa palavra, notemos simplesmente: não, a Ciência não se faz numa torre de marfim, pela ação íntima e secreta de cientistas desencarnados que vivem, fora do tempo e do espaço, uma vida de pura intelectualidade.

A Ciência – e com isso significo a Sociedade das Ciências – a Ciência é feita por historiadores que radicam no meio de sua época: é o mesmo para os matemáticos, os físicos, os biólogos... e os historiadores; o mesmo, e que age sobre todos da mesma maneira, e através do qual se opera a ligação das suas atividades científicas com o conjunto das outras atividades da mesma época (FEBVRE, p. 62).

## História – filha do seu tempo

Esse “estar no mundo” do historiador nos leva a uma outra questão, também levantada por Lucien Febvre: “Toda história é filha do seu tempo.” Toda história é fruto do tempo presente em que é elaborada. Elaborar... Será que o verbo é mesmo este? Muitos pensam que fazer história é apenas uma questão de resgate, de *resgatar* o passado como ele realmente foi. Pensar assim tem lá a sua justificativa. Mas hoje não se faz mais ciência histórica resgatando os fatos por inteiro.



“Mostrar as coisas como realmente aconteceram” é, como você já sabe, a idéia mais conhecida do historiador Leopold von Ranke (1795-1886). De fato, a frase serviu como bandeira de certo tipo de fazer histórico muito difundido no século XIX e que, apesar de criticado e superado, avançou ao longo do século XX. O comumente chamado “*historicismo*” foi combatido pelos historiadores fundadores da Escola dos *Annales*: Lucien Febvre e Marc Bloch. Nas palavras deste a respeito da máxima de Ranke: “O cientista, em outros termos, é convidado a se ofuscar diante dos fatos. Como muitas máximas, esta talvez deva sua fortuna apenas à sua ambiguidade. Podemos ler aí, modestamente, um conselho de probidade: este era, não se pode duvidar, o sentido de Ranke. Mas também um conselho de passividade.” Para Febvre e Bloch, ofuscar-se perante os fatos... jamais! O historiador não se submete aos fatos, ele os constrói com método, crítica e análise.

Por isso a História é filha do seu tempo. A História, elaborada pelo historiador em sua própria época, é uma maneira de interrogar o passado com base numa reflexão de cunho social. E esse inquérito, quem o faz é um historiador mergulhado no mundo, influenciado por tudo que o cerca, ora dialogando, ora esbravejando; ora aceitando, ora repudiando, mas sempre trazendo consigo certa inquietação, um toque de inconformismo, uma sensação de que a injustiça e a desigualdade são inumanas, e uma idéia, ainda que vaga, de como tudo poderia ser.

Fazer história é perguntar sobre os homens de antes, sobre a sua vida em sociedade, com tudo isso em mente, com o mundo social que lhe é contemporâneo na cabeça. Em suma, a História é reflexão projetada no passado por intermédio de uma pergunta, um problema. O passado em si mesmo já passou, não existe mais. É absolutamente impossível resgatá-lo, mas é possível reconstruí-lo a partir de um questionamento racional, lógico e rigoroso.



---

## 1. Atende ao Objetivo 1

**Bertolt Brecht** (1898-1956), famoso poeta e dramaturgo alemão do século XX, é autor do poema “Perguntas de um Trabalhador que Lê”. Leia com o coração esse poema-indagação.

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?  
 Nos livros estão nomes de reis,  
 Os reis carregaram pedras?  
 Babilônia, tantas vezes destruída,  
 Quem outras tantas a reconstruiu?  
 Em que casas da dourada Lima  
 Viviam aqueles que a edificaram?  
 No dia em que a Muralha da China ficou pronta  
 Para onde foram os pedreiros?  
 A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.  
 Quem os ergueu? Sobre quem  
 Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio  
 Só tinha palácios  
 Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida  
 Na noite em que o mar a engoliu  
 Viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias  
 Sozinho?  
 César venceu os gauleses.  
 Não tinha ele sequer um cozinheiro?  
 Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha  
 Chorou. E ninguém mais?  
 Frederico II ganhou a guerra dos sete anos  
 Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.  
 Quem cozinhava os festins?  
 Em cada década um grande homem.  
 Quem pagava as despesas?

Tantas histórias  
 Quantas perguntas



Leandro Konder, importante filósofo brasileiro, escreveu o livro *A poesia de Brecht e a História*. Konder afirma que “o trabalhador que lê não tem respostas prontas para as suas perguntas, ele lê os livros que relatam as vitórias de Alexandre e de César, registra as informações que lhe trazem e continua sempre se espantando com o que não está dito.” Por que os historiadores apenas registram uma parte da história? O que não foi dito?

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

O poema de Brecht apresenta uma inversão: a inteligência pertence ao leitor, que é o operário que faz as perguntas, e não ao historiador. É inteligente quem sabe fazer perguntas pertinentes. Desse modo, a forma comum, não invertida, de fazer História é criticada por não ser reflexiva e por subestimar o leitor. Ele apenas apresenta respostas conforme o ponto de vista das classes dominantes que não vêem os trabalhadores como dignos de figurar na História.



Agora estamos em condições de concluir que a História, longe de ser uma ciência do passado, de fato, é uma ciência que reconstrói o passado com base na questão que o presente fez despertar. A História, podemos arriscar o juízo, é ciência do presente.

Desafiador pensar assim, não é? Então vejamos: se o passado já passou e não existe mais, se é impossível resgatá-lo da inexistência, e se, por outro lado, a História é uma reconstrução sempre parcial porque elaborada a partir das questões que são relevantes no tempo presente, não há outra conclusão possível: a história é ciência do presente. "Será?", dirá você. "Nunca vi ninguém falar assim antes!"

Vamos recuperar, então, a definição de Marc Bloch. Você se lembra dela? "Claro! Lembro muito bem. Aprendi que a História fala dos homens, é a ciência dos homens no *passado*." Quase lá! Marc Bloch fazia questão de valorizar a ação dos homens, é certo. Mas veja, ele não foi um historiador extraordinário à toa. No livro *A apologia da História ou o ofício do historiador*, que todo estudante de história deve ler, e isso inclui você, Bloch, sem o auxílio de seus livros e de suas anotações, pois fora preso pelos nazistas na Segunda Guerra e depois executado em 1944, discorre sobre como fazer história. Ele tinha uma noção de que fazer história é algo artesanal, um ofício, como aparece no título. Ele valoriza a mão do historiador que a faz, um verdadeiro artesão. Ele valoriza o objeto tocado pela mão do homem: os próprios homens. E ele, por fim, não cai na armadilha do passado. O homem que toca e os homens que são moldados transitam no tempo. Para ele, nunca é demais repetir, "a História é a ciência dos homens no tempo".

Todos nós já caímos um dia na armadilha do passado. Por isso, forcamos a barra, dizendo que a História é a ciência do presente, porque senão você não veria a importância do presente. Mesmo assim, o conhecimento histórico é reconstrução presente do passado. Portanto, não há como excluir o passado. O historiador está no presente, mas busca compreender o passado. E aqui se apresenta toda a importância da palavra tempo para definir a História. Se a História não se imobiliza

no passado e, por outro lado, também não é, de todo, ciência do presente, ela o é do tempo. E este tempo é o próprio movimento reflexivo do historiador. A consciência do historiador experimenta um vaivém temporal, ela se desloca para lá e para cá, do presente para o passado, do passado para o presente, ela é um pêndulo que nunca *para*.



De fato, o primeiro impulso na direção do autoconhecimento inicia em um movimento transformador que não para mais. Para o filósofo Hans-Georg Gadamer,

[...] todo saber que alcançamos sobre nós mesmos está em condições de se tornar uma vez mais objeto de um novo saber. Se eu sei, então também posso incessantemente saber que eu sei. Esse movimento da reflexão é infinito. Para a autoconsciência histórica, porém, isso significa que o homem histórico que procura a sua autoconsciência transforma justamente com isso constantemente o seu ser. Na medida em que ele se concebe, ele já sempre se tornou um outro em relação àquele que ele buscou conceber. Quando alguém se conscientiza da ira pela qual é tomado, então essa autoconsciência alcançada já é sempre uma transformação, se não mesmo uma transversão da própria ira. Foi Hegel que descreveu em sua Fenomenologia do espírito esse movimento da autoconsciência em direção a si mesma (p. 141).

É o historiador quem elabora os fatos históricos, chamando-os à vida. Fazer história, portanto, é compreender as atividades dos homens no tempo. Mas não só compreender. É preciso fazer compreender, o que exige, por sua vez, pensar. Isso quem nos ensinou foi Lucien Febvre, de quem nos servimos agora, uma vez mais, para a conclusão desta aula.

Um historiador que se recusa a pensar o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se os fatos não fossem em nada fabricados por ele, como se não tivessem sido minimamente escolhidos por ele, previamente, em todos os sentidos da palavra escolhido (e não podem ser escolhidos senão por ele) – é um auxiliar técnico. Que pode ser excelente. Não é um historiador (FEBVRE, p. 120).



## 2. Atende ao Objetivo 2

Discutir o tempo como experiência humana é muito difícil. Leia com atenção o pequeno extrato de uma conferência sobre o tempo proferida pelo escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986).

Há, pois, o problema do tempo. Esse problema não pode ser resolvido, mas podemos revisar as soluções que lhe foram apresentadas [...]

Consideremos o momento presente. Que é o momento presente? O momento presente é o momento que tem um pouco de passado e um pouco de futuro. O presente, em si,

não existe. Não é um dado imediato de nossa consciência. Pois bem. Temos o presente, e vemos que o presente está gradativamente tornando-se passado, transformando-se em futuro. Há duas teorias sobre o tempo. Uma delas, que é a que corresponde, creio, a quase todos nós, vê o tempo como um rio. Um rio que corre desde o princípio, desde o inconcebível princípio, e que chegou até nós. Em seguida, temos a outra, do metafísico James Bradley, inglês. Bradley diz que acontece o contrário: que o tempo corre do futuro para o presente. Que aquele momento no qual o futuro se torna passado é o momento que chamamos de presente (BORGES, p. 42-45).

Você se lembra deste aforismo de Heráclito: “Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio”? Tente relacionar em uma ou duas frases a referência ao rio feita por Borges com esta.

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

Para os dois, o rio é a imagem do tempo. A História é um conhecimento que pensa o tempo das sociedades. Ao pensá-lo, recriamos uma vez mais a experiência do tempo, modificando o passado e abrindo novos caminhos para o futuro.

---

## RESUMO

O historiador constrói os próprios fatos. Esse processo de construção é científico, isto é, tudo se dá na relação entre o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido. Os fatos históricos resultam, portanto, de uma escolha feita no presente do historiador, que busca os homens do passado por intermédio de uma pergunta. A pergunta define o que se deseja construir.

## **Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, desenvolveremos a idéia de que fazer história  
é buscar a diferença nos tempos.

# Aula 4

História  
e diferença

## Meta da aula

Apresentar a idéia de que o homem não tem natureza, mas sim história.

## Objetivos

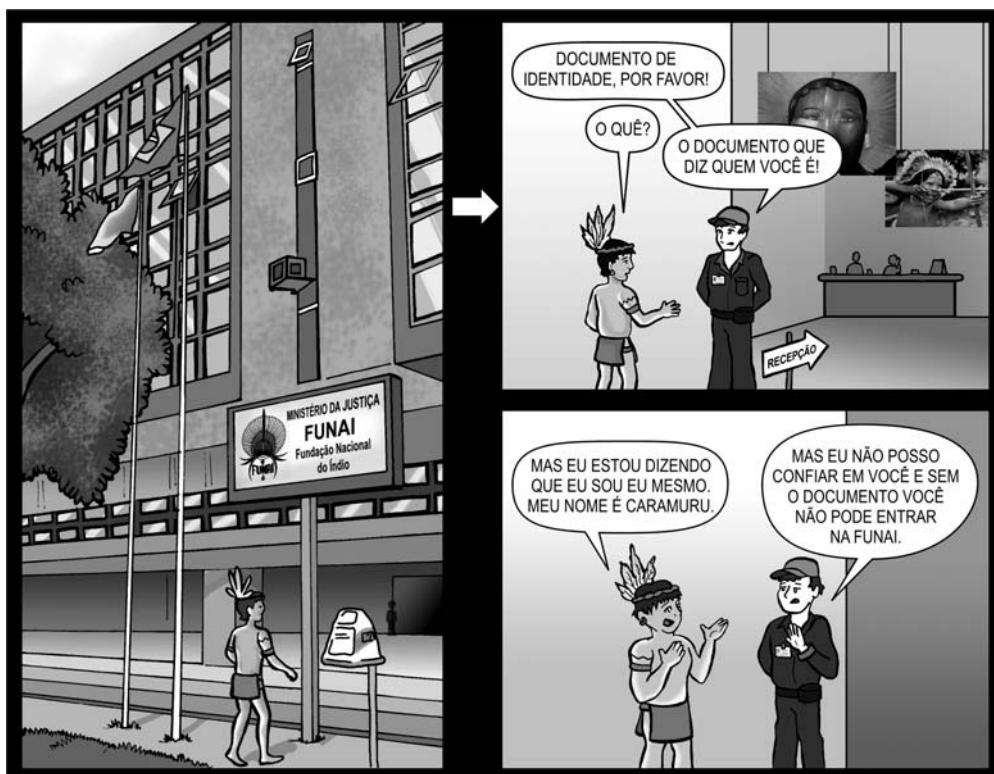
Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. definir a história como o processo social de constituição e diferenciação humana ao longo do tempo;
2. reconhecer que cada época histórica possui um conjunto de práticas sociais e valores morais que lhe são próprios.



## INTRODUÇÃO

Como você se relaciona com o seu passado? Na última aula, fizemos um teste perguntando sobre as suas lembranças. Nestas, há um grande traço de continuidade, isto é, você mesmo. É a sua trajetória que está em causa. É você se reconhecendo em diferentes etapas ou épocas da sua formação, do seu crescimento e do seu amadurecimento. Mas é sempre você. Por mais que perceba certas diferenças ao longo do processo da vida, há um núcleo do qual ninguém abre mão, numa palavra, a identidade. Temos até um documento chamado “carteira de identidade”. Você já pensou sobre isso? Então, vamos lá. Existe um papel emitido pelo Estado que tem a *pretensão de dizer que eu sou eu mesmo!* Um verdadeiro absurdo!



Por outro lado, há pessoas que não precisam do Estado para saberem quem são. Elas próprias o sabem. Costumam dizer, especialmente quando se sentem pressionadas por alguma situação: “Eu sou assim e pronto! Não vou mudar”. Você já deve ter ouvido isso de alguém... Do pai, da mãe, de um colega machista ou mesmo de um chefe autoritário. Quem sabe você mesmo já não disse algo parecido? Nesse caso, você pensou nas implicações dessa declaração?

“Eu sou assim e não vou mudar”. Será mesmo verdade? Claro que não. Tudo muda. E muda tanto que, quase sempre, não queremos mostrar a nossa carteira de identidade por vergonha da foto. Mas você poderia retrucar que é por causa da aparência, da luz, do fotógrafo ou simplesmente porque o tempo passou e todo mundo envelhece, mas, por dentro, continuamos o mesmo. Será?

## A dialética da vida

Isso, porém, não é verdade. O homem não é uma coisa, não é uma pedra. Uma pedra será sempre uma pedra, por dentro e por fora. As coisas possuem uma consistência fixa e determinada; e delas não emergirá nada novo ou diferente. Quando afirmamos que a pedra possui uma consistência fixa e determinada, falamos do seu ser, do ser da coisa, em outras palavras, da sua natureza.

A questão, do ponto de vista filosófico, se reduz a sabermos se existe ou não uma natureza humana. Essa é, sem dúvidas, uma questão controversa. Em geral, os historiadores tendem a aceitar uma instigante formulação do filósofo espanhol Ortega y Gasset: “o homem não tem natureza, ele tem história (*el hombre no tiene naturaleza, sino que tiene... historia*)”.



O homem inventa um programa de vida, uma figura estática de ser, que responde satisfatoriamente às dificuldades equacionadas pelas circunstâncias. Ele ensaia essa figura de vida, intenta realizar essa personagem imaginária que resolveu ser, embarca-se ilusionado nesse ensaio e o experimenta a fundo. Isso quer dizer que chega a acreditar profundamente que essa personagem é o seu verdadeiro ser. Porém, para o experimentado, aparecem suas insuficiências, os limites desse programa vital. Não resolve todas as dificuldades e produz outras novas. A imagem da vida apareceu primeiramente de frente, mostrando sua face luminosa, e, por isso, foi ilusão, entusiasmo e delícia de uma promessa, mas logo deu para ver sua limitação, suas costas. Então o homem idealiza outro programa vital. Mas este segundo programa está conformado, não apenas em vista das circunstâncias, mas também em vista do primeiro. Procura-se que o novo projeto evite os inconvenientes do anterior. Por esse motivo, no segundo continua atuando o primeiro, que é conservado para ser evitado. Inexoravelmente, o homem evita ser o que foi. Ao segundo projeto de ser, à segunda experiência à fundo, sucede uma terceira, forjada em vista da segunda e da primeira, e assim por diante. O homem “vai sendo” e “des-sendo” (deixando de ser) – vivendo. Vai acumulando ser – o passado –; vai tornando-se um ser na série dialética das suas experiências (ORTEGA; GASSET, 1982, p. 48).

O que o filósofo acabou de nos ensinar é o mesmo que o compositor Raul Seixas cantou: somos “essa metamorfose ambulante”. Somos novidade, mudança e diferença. Somos projetos inacabados que incessantemente reiniciamos. Somos, numa palavra, história.

A história é esse movimento de afirmação, negação e síntese. Mas a síntese não está suspensa no ar, fora do tempo. Ela mesma, de imediato, dá início a uma nova afirmação reiniciando todo o processo, que não para nunca. A história não tem fim. É isso que chamamos dialética. Um jogo de contrários, o próprio jogo da vida. Como disse o poeta: “Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes. Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante.”

De fato, Raul Seixas se recusa a ser aquele homem que inventou uma ilusão para a sua vida, nela habita, a ela se agarra e dela não quer se libertar jamais a despeito de a mudança rondar por toda a parte. Ele, o poeta, luta para dizer a vida como ela é em seu movimento

radical. Ele nunca diria o que comumente ouvimos: “Ah, no meu tempo as coisas eram diferentes...” O seu tempo é o presente fugaz apontado para um futuro que logo se torna passado. Ele é a surpresa de um contemporâneo tão jovem que parece não ter lugar no mundo. Por isso, muitos o chamaram de louco. Mas, atenção! Cuidado com esses que julgam poder dizer quem é louco, são eles que não estão bem da cabeça... Vale a pena considerar a recomendação do filósofo iluminista Diderot (1713-1784): “Desconfiem de quem quer impor a ordem.” Quem nos lembra essa frase é o filósofo brasileiro Leandro Konder em seu instrutivo livro *O que é dialética*.



Leandro Konder pensa a dialética a partir das contribuições de dois pensadores alemães do século XIX: G.W.F. Hegel e Karl Marx. Perseguido durante a Ditadura Militar (1964-1985), Konder recupera com humor esse duro momento no início de uma palestra sobre o pensamento dialético proferida na PUC-RJ em 2003.

Peço licença para começar por uma curiosa experiência vivida há muitos anos, em 1964, no IPM [Inquérito Policial Militar] do ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros]. Interrogado por um coronel a respeito de uma palestra que eu havia feito sobre o marxismo, falei em dialética. Para a minha surpresa, o coronel explicou ao sargento datilógrafo: “A dialética é esse negócio que os comunistas inventaram para dizer que uma coisa é, mas ao mesmo tempo não é..”.

No momento em que ouvi a explicação, por força da situação grotesca, achei-a apenas engraçada. Sinistra, porém cômica. Com o tempo, entretanto, comecei a reconhecer que havia alguma procedência naquela crítica rudemente formulada: de fato, com esse sentido a dialética tem sido – e continua sendo – usada com frequência.

Essa constatação me levou, muitos anos depois, a escrever um livrinho de divulgação intitulado *O que é dialética*, tentando dissipar alguns dos mal-entendidos que circulam em torno da dialética. Não tive a ambição de superar o mal-entendido em geral, porque desconfio que o mal-entendido

em geral é insuperável: ele brota incansavelmente das brechas que sempre existem na articulação entre o nosso saber e o real; ele aproveita a inesgotabilidade do real, a irredutibilidade do real ao conhecimento.

(...)

Hegel admitia que no movimento do ser havia um momento necessário em que aparecia a liberdade, o sujeito humano manifestando seu poder de interpretar o real e tomar iniciativas; esse poder, contudo, acabava sendo bastante restrito, era rigidamente condicionado, subordinado a uma racionalidade ainda sufocante.

Em Marx, surge a possibilidade de se pensar o sentido da história não a partir de uma razão constituída, mas a partir de uma razão constituinte. O sentido do nosso movimento não é anterior à nossa intervenção: é instaurado por nós, dentro dos limites que nos são impostos pelo quadro em que nos inserimos.

Sem se entregar a uma visão irracionalista da história, Marx abre caminho para uma dialética que pode superar o determinismo, isto é, pode acolher a riqueza do subjetivo na objetividade, ou, em outras palavras, pode continuar respeitando a necessidade e ao mesmo tempo pode assimilar a liberdade (sem estreitá-la).

Acesse a internet e leia essa palestra na íntegra no endereço eletrônico:  
<http://www.uff.br/trabalhonecessario/Konder%20TN1.htm>

Quando Ortega y Gasset afirma que “o homem inventa um programa de vida”, podemos entender, conforme o nosso propósito, que esse “homem” refere-se tanto ao indivíduo como à sociedade. Portanto, o “programa de vida” é uma invenção social. São as coletividades de homens reunidas em sociedade que inventam os seus programas de vida. Essa é uma idéia importantíssima porque com ela desnaturalizamos a história, isto é, nos libertamos da tentação de explicar a atividade do homem ao longo do tempo com os mesmos princípios com que explicamos a natureza. Ou seja, cancelamos a analogia entre história e natureza.

Agora estamos em condições de dar mais um passo. Você notou que acabamos de falar da história como o esforço para se explicar a atividade do homem ao longo do tempo? Você observou que dissemos “atividade do homem” e não simplesmente, “homem”? Se notou, então, qual é a diferença?

Se tivéssemos dito apenas *homem*, sublinharíamos ainda mais a concepção corrente de que o homem é o mesmo ao longo do tempo. Seguindo essa linha de raciocínio, só o tempo muda – Grécia Antiga, Idade Média ou mundo contemporâneo –, o homem permanece o mesmo tal qual nos filmes em que há uma “máquina do tempo”. As personagens são transportadas de uma época a outra e tudo se passa como se para interagirem numa época tão distinta bastasse apenas mudar de roupa e caprichar no penteado.

Todavia, o homem não é o mesmo ao longo do tempo; não há uma natureza humana. O homem é diferente ao longo do tempo. O tempo, por assim dizer, é o quadro em que se passa a diferenciação do homem. E esse processo de diferenciação é conduzido pelo próprio homem. Ele é o autor de si mesmo. Ele, o grupo social. Por isso, dissemos *atividade do homem*. E o dissemos para sublinhar outro aspecto: o homem é manifestação ativa, é produção constante, é **trabalho**.

Se, por um lado, o trabalho distingue o homem, por outro, não somos os únicos a trabalhar... Há diferenças!

Os animais também trabalham e produzem, mas só trabalham para atender a exigências práticas imediatas, só produzem para atender a exigências materiais diretas deles mesmos ou de seus filhotes. Os animais nunca podem ser livres ao trabalhar, pois a atividade deles é determinada unicamente pelo instinto ou pela experiência limitada que podem ter.

Já com o homem é diferente. Antes de realizar o seu trabalho, o homem é capaz de *projetá-lo*, ou seja, é capaz de figurar na sua cabeça diversos caminhos possíveis para alcançar o seu objetivo, *escolher* livremente o caminho que lhe parece melhor e procurar segui-lo.

Justamente porque o trabalho humano pode ser diferente do trabalho dos animais é que o homem *modifica* a natureza de acordo com a sua vontade e as suas possibilidades. Para aumentar o seu poder sobre a natureza, o homem passa a utilizar *instrumentos*, acrescenta meios artificiais de ação aos meios naturais de seu organismo. E, com isso, a capacidade do trabalho humano de transformar o mundo e de transformar o próprio homem se multiplica enormemente (KONDER. *Marx: vida e obra*, p. 33).

Em contrapartida, uma pedra não é ativa nem produz nada. Pelo contrário, a pedra é objeto da atividade do homem, é transformada pelo trabalho humano. O trabalho social do homem é o movimento que constitui o próprio homem e, nesse processo de constituição, ele se diferencia de si mesmo. Esta é uma das contribuições mais relevantes da chamada dialética marxista e por isso Leandro Konder destacou a especificidade do movimento humano: “O sentido do nosso movimento não é anterior à nossa intervenção: é instaurado por nós, dentro dos limites que nos são impostos pelo quadro em que nos inserimos” (KONDER. *A dialética e o marxismo*).



## 1. Atende aos Objetivos 1 e 2

A atividade humana é tão criativa que a “pedra”, a despeito da sua qualidade de pedra, na pena do poeta, ganha outros significados. O poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade tem entre seus escritos um famosíssimo poema em que a pedra aparece. Leia o trecho com calma, pausadamente, e experimente a profundidade das palavras no silêncio do seu espírito.

### No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra

tinha uma pedra no meio do caminho

(...)

Nunca me esquecerei desse acontecimento

na vida de minhas retinas tão fatigadas...

(ANDRADE, 1978, p.12)

Segundo a sua interpretação, responda:

a. O que é o caminho?

---

b. O que é a pedra?

---

c. Relacione pedra e caminho.

---



---



## Respostas Comentadas

Algumas dentre as possíveis respostas:

- a. O caminho é a própria vida.
- b. A pedra simboliza os desafios enfrentados pelos homens.
- c. A história é o processo de fazer e refazer o caminho do homem em meio às pedras que surgem deste mesmo fazer. Sempre lembramos dos desafios mais desafiadores, daquela pedra no meio do caminho.

---

O homem não só não é uma pedra, como é livre para recriá-la. Ela pode ser um poema ou uma casa. Melhor dizendo, um poema arquitetônico. Assim o fez o arquiteto catalão Antoni Gaudí (1852-1926) em sua obra. Ele deu vida à matéria. Uma das suas famosas construções é a Casa Milà, em Barcelona, também conhecida como *A pedreira*. Observe bem, não parece uma montanha? Para Gaudí, “originalidade é voltar à origem”.



Fonte: [http://i152.photobucket.com/albums/s164/daniel\\_staclara/Barcelona/DSC01264.jpg](http://i152.photobucket.com/albums/s164/daniel_staclara/Barcelona/DSC01264.jpg)

Então, parece ou não uma montanha? Pois é, parece e não parece. O que se passa? É simples... Não! Não é, não, é complexo mesmo. Voltar à origem não é voltar ao mesmo. O retorno de Gaudí à natureza, à pedra, é um retorno diferenciado e diferenciador. Criar é voltar à origem para ser original. Parece um prédio, mas não é um prédio comum. Parece uma montanha, mas é um prédio. A volta é uma viagem diferenciadora. É o próprio movimento da vida, da história. A volta não é o traço que fecha a circunferência. Pense na espiral do seu caderno. A vida se processa por volteios em diferentes planos. Por isso, alguns dizem "a história se repete" ou "estou numa roda-viva". A cena é semelhante, mas se dá em outro plano, em outro quadro de referências. O senso comum julga ser repetição. A ciência sabe que é mudança. Tudo muda o tempo todo. E ao voltar, exatamente porque volta, volta diferente para outro início em que repousam os traços não desenvolvidos que agora são resgatados para assegurar o prosseguimento da jornada. Os traços da montanha inscritos no prédio abriram novos caminhos para a arquitetura do século XX. Ter uma pedra no caminho foi muito bom.

## **A viagem da história**

Vamos fazer uma viagem histórica, isto é, uma viagem que busca a diferença? Estamos prontos para por em prática o olhar da diferença? Então, nada de juízos de valor de tipo isso é certo ou errado, bom ou mau etc. Por quê? Por causa do estranhamento motivado por situações relacionadas a práticas existentes hoje em dia e que aparentemente são idênticas às de certo passado. Alguns temas são vítimas preferenciais desse tipo de atitude. As relações amorosas, por exemplo. Se mantivéssemos no pensamento a noção de que homens e mulheres são os mesmos, possuem uma natureza própria e imutável, não haveria por que estudar suas atividades amorosas. Porém, já não pensamos assim, não é mesmo?

Um estudioso grego do mundo antigo, Estrabão, que viveu provavelmente entre 63 a.C. e 24 d.C., nos deixou um relato. Vamos acompanhá-lo:

No que se refere às relações amorosas, os cretenses têm costume muito particular. Com efeito, não é pela persuasão que os amantes conseguem o que buscam com afinco, mas pelo rapto. O amante anuncia a seus amigos, com três dias de antecedência, que tem a intenção de proceder ao rapto. Ocultar o adolescente cobiçado ou não deixá-lo seguir o caminho previsto para o rapto seria, da parte do amante, o cúmulo do insulto, pois significaria aos olhos de todos que o adolescente não é digno de pertencer a um amante de tão elevada classe. Assim os amigos se reúnem e, se constatam que o raptor é igual ou superior ao adolescente em todos os aspectos e sobretudo pela classe, perseguem-no e retiram-lhe o jovem, mas com doçura, e apenas para seguir os costumes, comprazendo-se a seguir em devolvê-lo para ser levado definitivamente. Se, ao contrário, o raptor não lhes parece ter classe suficiente, o jovem é retirado a sério e não mais devolvido. Seja como for, a perseguição cessa assim que este foi levado até a andria de seu raptor. É julgado digno de ser amado não apenas o rapaz mais belo, mas o que se distingue pela coragem e correção. Após desejar-lhe boas-vindas e dar-lhe presentes, o amante deixa com ele a cidade e o conduz ao lugar que lhe agrada. Todos os que assistiram ao rapto o acompanham, e festejam e caçam com ele durante dois meses – a lei não permite reter o adolescente por mais tempo –, retornando a seguir à cidade. Deixa-se então partir o adolescente, que recebe um equipamento militar, um boi, uma taça – são os presentes prescritos por lei –, além de muitos outros presentes de valor, de tal forma que os amigos do amante costumam se cotizar para ajudá-lo a enfrentar essas grandes despesas. Quanto ao rapaz, ele oferece sacrifícios a Zeus e um banquete aos que o trouxeram de volta. Depois, faz uma declaração pública sobre a relação que manteve com o amante, na qual diz se tem algo a reclamar ou não, a lei estipulando que, se foi vítima de violências durante o rapto, pode pedir reparação nesse momento e ser subtraído ao seu poder. Por outro lado, é um sinal de infâmia para

um adolescente bem-educado e de ilustre ascendência não conseguir arranjar um amante, pois lhe atribuiriam algum defeito. Ao contrário, honras aguardam os *parastàtai*, nome dado aos que foram objeto de um rapto: a eles são reservados os principais lugares nas reuniões públicas e nos estádios, e têm o direito de se distinguir dos demais enfeitando-se com as vestimentas dadas pelo amante. Esse direito não se restringe ao período de sua adolescência, pois, chegando à idade adulta, continuam a usar uma vestimenta particular a fim de que saibam que outrora foi um *Kleinos*, termo que designa entre os cretenses o *erômenos*, enquanto o amante é chamado *philétor* (ESTRABÃO apud SCHNAPP, 1996, p. 25-26).

Antes de qualquer coisa, uma pergunta: o que mais incomodou você? Responder essa pergunta é muito importante, embora a resposta nem sempre esteja disponível de imediato. É preciso encontrá-la. Às vezes camuflamos a verdadeira resposta com racionalizações superficiais das nossas sensações. Esse mecanismo psíquico impede uma abertura completa à diferença do passado e, mais do que isso, à possibilidade de transformação pessoal.

Por exemplo, alguém poderia dizer que não admite a “violência” sob nenhum pretexto, e, como o texto fala de “rapto”, você poderia horrorizar-se, a despeito de tudo ser praticado com “doçura”... Essa é uma reação típica de quem deseja esconder o real motivo, isto é, o preconceito. Por que não indagar, antes de tudo, se a palavra “rapto” tem o mesmo significado ontem e hoje? Por que não suspeitar da tradução? Por que não suspeitar do próprio relato de Estrabão? Será que ele está relatando com objetividade? Até onde vai o juízo pessoal (subjetivo) de Estrabão na construção desse relato?

Você observou quantos passos metodológicos precisam ser dados? E como isso exige rigor científico – e ser rigoroso requer vigiar o pensamento –, muitos tomam um atalho e se livram do problema fazendo um juízo de valor. No entanto, a pessoa pode ser um grande cientista e ser também preconceituoso. Então, diante da atitude preconceituosa, diante do juízo de valor formulado, resta ainda a pergunta transformadora: onde mora o meu preconceito?

A ciência busca trazer tudo à luz da razão e submeter à crítica metódica. Para todo cientista social esse procedimento é precioso. E para o historiador significa a possibilidade concreta de tomar ciência dos valores do presente que formam a sua consciência e que, no processo de pesquisa do passado, estarão com ele nas inúmeras conclusões parciais que formarão o seu entendimento final.

Mas de qual valor, crença ou atitude preconceituosa estamos falando? Do chamado homoerotismo – a relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo. Agora vejamos, será mesmo possível falar de uma relação homossexual, de uma vida *gay*, na Grécia Antiga? Será que o que definimos hoje como *gay* é aplicável a um passado tão longínquo? Certamente não. Então, você poderia perguntar, como devo proceder para compreender esse tipo de relação amorosa de modo objetivo, de modo a respeitar a diferença inerente de cada época histórica, de modo a evitar, enfim, que o meu preconceito – declarado ou oculto – trabalhe contra o meu ofício de historiador?

Não é porque definimos hoje em dia a união sexual entre pessoas do mesmo sexo com a palavra *gay* – ou com qualquer outra palavra – que podemos aplicar a mesma palavra – ou supor que o seu significado seja o mesmo – à união sexual entre dois homens no mundo grego antigo. Em história, não estamos interessados apenas no detalhe da união sexual, estamos interessados em algo maior que o inclui nas relações amorosas. Para compreendê-las, precisamos investigar o conjunto da sociedade na época em que se dão. Por quê? Porque essas relações se deram entre pessoas radicalmente diferente de nós. A sua natureza biológica é igual, mas a sua “natureza histórica”, não. Por isso são diferentes, são históricas. Como a nossa tendência é nos deixar levar pela identidade biológica sem despertar para a diferença histórica, precisamos nos lembrar disso o tempo todo.

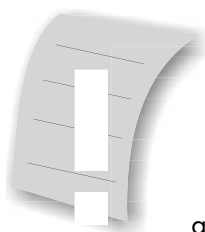
Proceder assim não é nada fácil. Exige, dentre outras habilidades, uma persistente atitude crítica e abertura de espírito. Vamos, então, a título de exemplo de interpretação, acompanhar o que diz o historiador Alain Schnapp.

A originalidade profunda da homossexualidade não é tanto sua difusão mas seu reconhecimento social. O lugar especial do erotismo masculino na vida social não está tão ligado às instituições militares. O papel que a pederastia pôde desempenhar na formação dos jovens guerreiros não é dissociável das outras atividades juvenis: ginástica, caça, equitação. Imagens, solicitações e experiências eróticas masculinas não condicionam apenas a preparação militar, mas todo o mundo juvenil. O que qualifica os valores do Eros na Grécia Antiga é a equivalência das noções de amor homossexual e heterossexual, a ausência de fronteira entre ambos. A definição do desejo, os meios de sua realização são o resultado de uma mesma pulsão erótica que pode dominar qualquer personagem masculina (ou melhor, qualquer cidadão adulto). Certamente, a relação amorosa não toma a mesma forma conforme se aplique a uma mulher ou a um rapaz. A mulher que responde ao Eros masculino é aquela que oferece amor em troca de amor: *anteràn*. Ao contrário, a reação do *eròmenos* às demandas do *eràstes* deve ser reservada: ele pode aceitar as solicitações do *eràstes*, mas não deve manifestar prazer. O Eros não é o objetivo confessado do amor homossexual, que busca desenvolver a *philia* entre os amantes. O amor heterossexual está sob o signo da reciprocidade, enquanto o amor homossexual está sob o da sociabilidade. Essa sociabilidade particular requer comportamentos, atitudes e um estilo que traduzem, seja qual for nosso ponto de vista, as concepções pedagógicas dos gregos (SCHNAPP, 1996, p. 24).



Figura vermelha de um vaso de cerâmica provavelmente de 420 a.C., atribuída do pintor Dinos (Capua) – Museu Britânico. Disponível em: <[http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Homosexual\\_scene\\_-\\_420\\_BCE%2C\\_DinosPainter\\_-\\_Capua\\_-\\_GR\\_1772.3-20.154\\_F65\\_-\\_British\\_Museum.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Homosexual_scene_-_420_BCE%2C_DinosPainter_-_Capua_-_GR_1772.3-20.154_F65_-_British_Museum.jpg)>

Que viagem! A relação amorosa entre o jovem sem barba (*eròmenos*) e o homem mais velho (*eràstes*) faz parte da vida social, é valorizada positivamente e pertence à formação educacional dos cidadãos. O que hoje denominamos homossexualidade não pode ser transposto para o passado sem um mergulho no conjunto dinâmico de relações da sociedade grega antiga e com uma série de ajustes nas lentes de nossa máscara de mergulhos históricos. Para cada mergulho, um ajuste específico é necessário, senão pagamos o preço da má compreensão distorcida por preconceitos, ideologias ou qualquer outro tipo de miopia nos olhos do historiador.



Para saber mais sobre a homossexualidade na história do Brasil, visite o sítio eletrônico do antropólogo Luiz Mott, professor titular da Universidade Federal da Bahia: <http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos.html>

Apesar de a história estudar a atividade humana ao longo do tempo, de se referir, portanto, ao homem, a história não é um estudo da identidade do homem. O seu projeto enquanto conhecimento científico é investigar a diferença. No entanto, o processo de diferenciação não se dá no vazio. Diferenciamo-nos sempre em relação a algo que parece não mudar, ou que muda muito lentamente, e que veste a roupa da identidade. Dessa forma, o processo de construção do conhecimento histórico põe em movimento a dialética entre identidade e diferença.

## Atividade Final

---

Embora nos dias de hoje o reconhecimento da homossexualidade seja bastante amplo, ainda há pessoas que expressam o entendimento de que é um comportamento anormal. Nos anos 30 do século XX, a antropóloga norte-americana Ruth Benedict abordou o tema em seu famoso livro *Padrões de cultura*. Vamos ler um trecho.

A civilização Ocidental tende a considerar mesmo só um ligeiro homossexual, um anormal. O quadro clínico da homossexualidade põe em relevo as neuroses e psicoses a que ela dá origem e, quase com a mesma insistência, o funcionamento inadequado do invertido e o seu comportamento. Basta, porém, apenas voltarmos-nos para outras culturas para verificar que os homossexuais de modo nenhum têm sido em todas uniformemente inadequados em relação à situação social. Nem sempre têm falhado no desempenho



do seu papel na sociedade. Em certas sociedades têm até sido especialmente prezados. *A República* de Platão é, realmente, a afirmação mais convincente da posição honrosa da homossexualidade. Esta é apresentada como um dos meios mais eficientes para a consecução da vida perfeita, e o alto apreço ético em que Platão tinha esta relação era sustentado pelo comportamento habitual na Grécia do período (BENEDICT, 19-, p. 287-288).

a. Quais são os principais argumentos que organizam a condenação da homossexualidade ainda hoje?

---

---

---

b. Exercendo o ofício de historiador, rebata esses argumentos.

---

---

---

### *Respostas Comentadas*

a. A alegação supostamente científica de que normal é apenas o relacionamento sexual entre homem e mulher porque assim a natureza o determinou. A condenação religiosa que pesa sobre fazer sexo (o pecado da carne), que só é tolerado quando feito no seio da família e para a procriação.

b. O homem não tem natureza, ele não foi feito para isto ou para aquilo. O homem é pleno de potencialidades que se desenvolvem e se manifestam em cada época conforme a organização da sociedade. Tanto é assim que, ao longo do século XX, a atitude da chamada “civilização Ocidental” mudou substancialmente. Hoje em dia está estabelecido que o homossexual não é nem anormal nem doente.

## RESUMO

O homem não tem natureza, mas sim história. Isso significa que o homem é diferença e mudança, que ele se faz e se refaz no processo social ao longo do tempo. Por isso, não podemos julgar o passado pelo presente. Esse não é o objetivo da história. A história se esforça para reconhecer e compreender as diferentes configurações sociais produzidas pelo homem. A sua riqueza enquanto conhecimento está em contribuir para a transformação libertadora do homem.

## Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, aprofundaremos a noção de mudança social.

# Aula 5

História e  
mudança

## Meta da aula

Discutir a dialética entre mudança e permanência na história.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

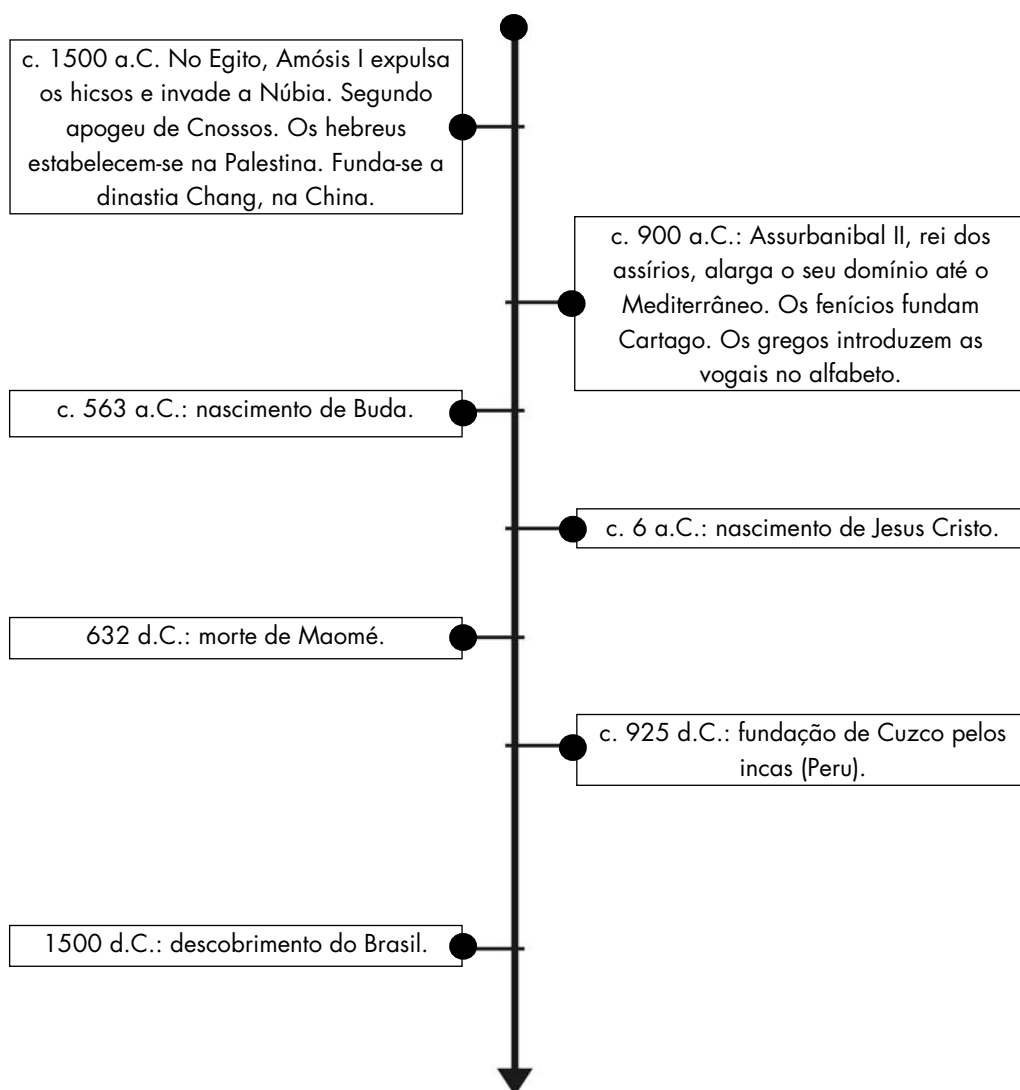
1. relacionar a reconstrução científica do passado com a mudança social;
2. relacionar mudança social e histórias de vida.

## INTRODUÇÃO

O que costumamos fazer quando um professor de História pede a nossa participação para construir uma linha do tempo? O que nos vem à cabeça? Em nossa sociedade, dois atos são imediatos: *traçamos uma linha reta horizontal e assinalamos o nascimento do Cristo*. Qual é o significado de cada um desses atos? A linha é o tempo e o nascimento, a mudança.

A mudança é um corte, uma descontinuidade na sucessão dos acontecimentos. Por vezes, esse corte transforma-se, ou é transformado, num rompimento profundo e significativo, e temos, então, uma divisão, a seleção de um período em relação à mudança ocorrida enfim, dá-se uma periodização.

Há muito de arbitrário nas periodizações. Uma determinada mudança significativa para um grupo social pode não ser para outro. Podemos também, por outro lado, colocar num período muitas coisas diferentes que não guardam relação entre si. Por exemplo, todo o período que chamamos “antes de Cristo” (a.C.) só tem significado para aqueles que são cristãos. Organizar toda a história humana a partir desse referencial de mudança, incluindo aí povos que não compartilharam dessa mudança – como egípcios, hindus ou incas –, é um ato destituído de sentido.



Pense bem, cada comunidade percebe o seu passado e o organiza conforme seus valores e interesses comuns. Por que não estudar egípcios, hindus e incas a partir de seus próprios valores e interesses? Não seria mais lógico? No entanto, nós que não somos hindus e que não sabemos nada da vida deles, como poderíamos assumir um ponto de vista que não é nosso? Não seria falso?

Quando tentamos fazer da “nossa mudança” a mudança dos outros, quando atribuímos um sentido àquilo que não nos pertence, dentro dessa relação de conhecimento trabalha uma relação de poder.

Por isso, como afirma o historiador Eric Hobsbawm (1998, p. 22),

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse "sentido do passado" na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

Vamos localizar e analisar algumas mudanças e transformações por que passamos nós, brasileiros, membros e herdeiros de uma totalidade maior: a sociedade ocidental liberal e burguesa.

## Método histórico e mudança

A nossa linha do tempo terminou com o "descobrimento" do Brasil, *supostamente* em 1500. Isso mesmo, *supostamente*. O Brasil existia em 1500? Ou apenas existia uma porção de terra, povoada por seus habitantes que foram batizados de "índios" pelos europeus que imaginavam ter chegado às "Índias"? Não existia Brasil, nem a carta de Pero Vaz de Caminha é a nossa certidão de nascimento ou batismo. Aliás, como dissemos, não havia nenhum sentido para os habitantes da porção de terra chamada América – por causa de um navegador chamado Américo Vespúcio – falar em batismo: eles não conheciam o Cristianismo.

Você notou que nossa linha do tempo havia terminado, e nós nem existíamos? O que podemos afirmar com certeza é que em 1500 iniciou-se um processo que podia dar em muitas coisas, que podia percorrer inúmeros caminhos, sendo um deles o que nos levou ao que somos hoje, isto é, uma sociedade ocidental, industrial, urbana e burguesa.

Refazer o caminho desde 1500 até hoje será o trabalho das aulas de História do Brasil, mas atente bem para isto: nós refaremos o caminho desde 1500 até a atualidade com a perspectiva do presente, "do ponto de chegada", dessa sociedade ocidental, industrial, urbana e burguesa. Não é possível imaginar que podemos recontar essa história a partir da origem. Esse projeto não seria científico, conforme veremos a seguir.

Segundo o historiador Jacques Le Goff (1991, p. 263):

Um dos motivos pelos quais é muito difícil estudar a história contemporânea é que não sabemos o que vai acontecer mais tarde. É preciso dizer isso claramente. Muitas vezes, os historiadores não querem assumir isso, colocam-se como se fossem os descobridores da evolução histórica. Nada disso! Eles devem partir daquilo que aconteceu para tentar compreender como e por que aconteceu.

Para mim, o fato de partir do ponto de chegada é o que garante a seriedade do trabalho do historiador. Além disso, há outras condições, outras qualidades, é claro, mas partir do ponto de chegada me parece essencial. É por isso que concordo com Marc Bloch, que denunciava "a idolatria das origens". Muitas vezes, os historiadores das origens fazem o caminho inverso. Partem daquilo que começou, e descem o rio. Ora, penso que se a gente descer o rio, duas coisas podem acontecer: em vez de entender por que o rio corre, a gente acaba sendo levado por ele; ou então, corre o risco de perder o contato com o rio e ir para longe dele. O método, o trabalho do historiador, a meu ver, consiste necessariamente em uma constante ida-e-volta entre passado e presente. Sendo que o presente é obviamente o futuro. O futuro do passado.

Vou citar uma frase conhecida, que foi repetida por vários cientistas e, particularmente, pelo filósofo italiano Benedetto Croce: "Toda história é contemporânea." O passado continua sendo interpretado, sempre é uma leitura contemporânea que se faz e, na compreensão do passado, temos de integrar essa leitura renovada, sempre recomeçada (LE GOFF, p. 263).





## 1. Atende ao Objetivo 1

Com base na citação de Jacques Le Goff, responda:

a. Por que não devemos ceder à "idolatria das origens"?

---

---

---

---

b. Por que "toda a história é contemporânea"?

---

---

---

---

### Respostas Comentadas

a. Porque em vez de compreendermos ativamente o processo histórico como sujeitos do conhecimento seremos, pelo contrário, passageiros passivos da caudal do rio.

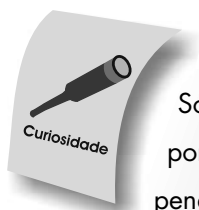
b. Porque o passado acabou. Assim, só podemos reconstruí-lo a partir do presente, das questões surgidas no presente.

De volta à História do Brasil, é impossível sintetizar essa história neste momento, mas podemos indicar alguns marcos importantes. Podemos localizar no tempo os momentos de início ou consolidação das mudanças. Mudança é o tema da nossa aula.

Todos nós sabemos que, após o "descobrimento" do Brasil, a colonização se processou com base em três características principais: o trabalho escravo, a grande propriedade agrária e a produção voltada para o comércio exterior. Essas características duraram muito tempo, ultrapassaram o chamado "período colonial" da história brasileira e continuaram ativas até pelo menos a abolição da escravatura, em 1888.

Veio a proclamação da República, em 1889, e a grande propriedade agrária e a economia voltada para fora perduraram. Por isso, muitos historiadores consideram essas características, somadas ao escravismo, estruturais. Elas estruturaram a formação da sociedade brasileira.

Mas com isso não estamos dizendo que nada mudou entre 1500 e 1889, durante quase 400 anos. Nada muda de uma hora para outra, e nada permanece igual ao longo do tempo. De fato, os processos sociais que constituem a história são extremamente complexos, com diversos sentidos e diferentes ritmos. A semente da mudança cresce imperceptível sob a aparência de que tudo permanece o mesmo. A relação entre mudança e permanência é dialética. Há avanços e retrocessos, impulsos e resistências, o novo às vezes reforçando o velho, e o velho contribuindo para o novo. Mudança e permanência, portanto, nunca se apresentam em estado puro na história. A propósito, em história, nada é puro. Tudo se prende à determinação do tempo.



Sobre o princípio de que todas as coisas são limitadas – portanto, referem-se ao tempo e não são puras –, vale a pena meditar com este fragmento do pensador pré-socrático Anaximandro de Mileto (547 a 610 a.C.): Todas as coisas se dissipam onde tiveram a sua gênese, conforme a necessidade; pois pagam umas às outras castigo e expiação pela injustiça, conforme a determinação do tempo (BORNHEIM, p. 25).

Você compreendeu? Não? Não importa. O que importa é a questão. Fique com ela, ocupe-se dela. Ela é uma janela no mundo que sobrevive aberta desde a Grécia Antiga.

Das três características estruturais, uma modificou-se mais cedo: a escravidão. Então, para o processo mais geral de mudança, aquele que nos levou a uma sociedade industrial e burguesa, fundada no trabalho assalariado, no mundo urbano e na igualdade de direitos, apenas uma característica se alterou enquanto as outras duas permaneceram vivas. E mesmo essa, o fim do trabalho escravo, necessitou de um processo iniciado com a abolição do tráfico negreiro em 1850 e desdobrado em leis que aos poucos restringiam o alcance da escravidão – tudo muito gradual e, por que não dizer, contraditório.

Por que contraditório? Porque exatamente o país que mais traficou escravos foi o responsável pela extinção do tráfico. Mas não por razões humanitárias, que não foram determinantes. As razões determinantes foram econômicas. Era mais importante para a Inglaterra ter os capitais aplicados no desenvolvimento da indústria e na expansão do mercado consumidor do que no tráfico de pessoas. De uma hora para outra, o negócio mais lucrativo mudou de natureza, e isso deixou os soberanos e comerciantes africanos envolvidos no tráfico num beco sem saída. No Brasil, os donos de fazendas de café encontraram nos imigrantes uma alternativa. Na África, à ruína humanitária somou-se a ruína econômica.

O tráfico negreiro foi sepultado pela expansão do capitalismo, assim lucrava-se mais e multiplicava-se a possibilidade de novos lucros para alguns, *sempre para alguns*. E mais, isso não significou a eliminação da exploração. Não é porque não há escravidão que não existe exploração do trabalho. Muda o sistema, muda a relação de trabalho, mas nem tudo muda como queremos ou desejamos: a própria sociedade produz e reproduz injustiças historicamente.

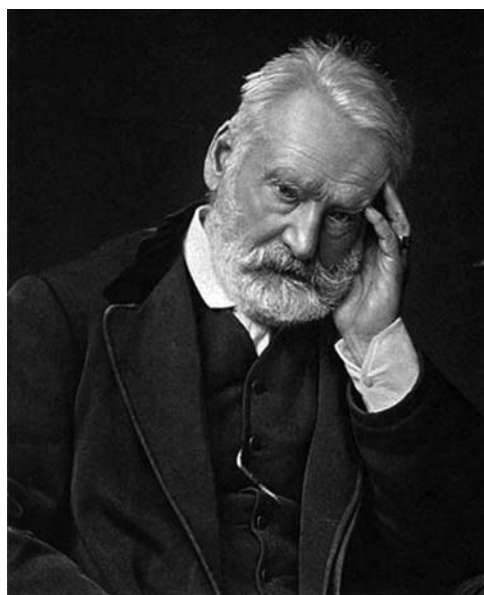
Não é isso que vemos no Brasil atual? De um lado, temos um país democrático, industrializado e em crescimento; de outro, temos também práticas autoritárias, desemprego altíssimo e uma imensa população abaixo da linha de miséria. Em nosso país, cerca de 20% da população vivem com menos de R\$125,00 por mês, estando, assim, abaixo da linha de miséria. Dentre os miseráveis, estima-se que 45% sejam crianças com menos de 15 anos (FONTES; BLANCO, 2006).

Uma tragédia nacional? Talvez nos dias de hoje, sim, mas não se pensarmos historicamente. Essa tragédia faz parte da história do capitalismo.

### **Victor Hugo**

Nasceu em 1802, em Besançon (França). Filho de militar, foi introduzido pela mãe no mundo da literatura e, ainda muito jovem, obteve grande reconhecimento. Escreveu romances, poesias, dramas teatrais e textos para jornais, tornando-se o grande nome do romantismo francês. Mais tarde, atuou na política e apoiou o regime republicano. Morreu consagrado em 1885. Cerca de dois milhões de pessoas acompanharam o seu enterro.

Dizer a mudança por escrito é muito difícil. Apresentar as inúmeras variáveis e suas consequências em textos e livros compreensíveis é em si um grande desafio. Por isso, para mostrar com excelência como as pessoas de uma sociedade transformada experimentam a mudança dos tempos – dos costumes, dos valores, das relações de trabalho etc. –, escolhemos um dos autores franceses mais célebres: **Victor Hugo**.



**Figura 5.1:** Victor Hugo.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Victor\\_Hugo.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7c/Victor_Hugo.jpg)

Em seu famoso livro *Os miseráveis*, publicado em 1862, Victor Hugo explora um tema novo: a miséria. Não que pessoas não tenham padecido da miséria em outros tempos, a novidade é a miséria tornar-se um tema, surgir como um escândalo a ser superado. E isso indica a mudança dos tempos, uma França em que o capitalismo e suas relações de trabalho avançam com migrações de trabalhadores do campo para a cidade, desemprego, guerras e industrialização acelerada.

A pobreza tornada estrutural e o conflito social são os seus alvos. Victor Hugo assume o olhar do miserável. Ele não só confere dignidade ao pobre, “tão demorada a aparecer, de ser um sujeito cujos olhos, cuja visão da sociedade, contam e têm importância, como também o tornam personagem do grande teatro do mundo” (RIBEIRO, p. 16). Victor Hugo não só mostra o espetáculo da pobreza como também o despertar dos nossos sentimentos pelos mais pobres. É uma nova sensibilidade que nasce.

A *mudança* numa sociedade não *muda* apenas o presente, *muda* também o passado, isto é, o modo como interpretamos o passado. E muda, por sua vez, o modo como interpretamos o presente, que, nesse caso, como afirmou Le Goff, é o futuro do passado. E, por fim, *muda* também o futuro; o modo como imaginamos o que está por vir. A história é mudança porque cuida de tudo o que vive, e é porque tudo é vivo que tudo se move e *muda* incessantemente de forma.

A história narrada por Victor Hugo se passa na França do século XIX, um país em plena ebulição política, social e econômica. Após a Revolução Francesa e o período de Napoleão (1789-1815), o país viveu entre a afirmação dos ideais burgueses e liberais e as tentativas de restaurar os nobres no poder. Some-se a isso a expansão das relações capitalistas no campo e na cidade e as lutas sociais contra a exploração desumana do trabalhador.

O trecho que vamos acompanhar conta a trajetória de uma bela jovem trabalhadora chamada Fantine. Ela era pobre porque era trabalhadora: tratava-se de uma mulher degradada pela pobreza. Abandonada por um amante insensível, desesperada, grávida e em busca de emprego, foi obrigada a deixar sua pequena filha, Cosette, com a família Thénardier. Ela temia que o trabalho lhe fosse negado por ser mãe solteira, porém Fantine não tinha como saber se os Thénardier cuidariam bem de sua filha. Vamos à história.

## Mudanças numa história de vida

Fantine deixara a oficina nos fins do inverno; passou-se o verão, novo inverno chegou. Dias muito curtos e, conseqüentemente, menos tempo para trabalhar. No inverno não há calor, não há luz, não há sol; a tarde parece emendar-se com a manhã; nevoeiro, crepúsculo, os vidros da janela tornam-se foscos e quase não se vêem as coisas. O céu é um respiradouro. O dia, um subterrâneo. O sol parece um miserável. Que estação horrível! O inverno transforma em pedra a água do céu e o coração do homem. Os credores não a abandonavam.

Fantine não ganhava quase nada. As dívidas aumentavam. Os Thénardier, mal pagos, escreviam-lhe a todo instante cartas que a enchiam de apreensão, forçando-a a gastar ainda mais com o correio. Um dia, escreveram-lhe que a pequena estava praticamente nua no frio que fazia e tinha necessidade de uma saia de lã, sendo portanto preciso que a mãe enviasse pelo menos dez francos para comprar-lhe agasalho! Recebeu a carta e passou todo o dia a amarrotá-la entre as mãos. À noite, foi a um barbeiro, que morava na esquina de sua rua, e aí desenrolou sua admirável cabeleira loura que lhe chegava até os rins.

- Que lindos cabelos! — exclamou o barbeiro.
- Quanto daria por eles? — perguntou Fantine.
- Dez francos.
- Pode cortá-los.

Comprou uma saia de lã e a mandou para sua filhinha.

Isso deixou os Thénardier furiosos. Era dinheiro que eles queriam. Deram a saia para Eponine [filha dos Thénardier].

A pobre **Cotovia** continuou a tremer de frio.

Fantine pensava: "Minha filha não sente mais frio. Vesti-a com os meus cabelos." Usava, então, toucas redondas, que lhe escondiam os cabelos cortados e ainda a faziam parecer bonita.

No coração de Fantine, davam-se perigosas mudanças. Quando percebeu que já não podia pentear-se, começou a odiar tudo o que a rodeava. Por longo tempo participou da veneração geral em que era tido o Sr. Madeleine; contudo, à força de repetir continuamente para si mesma que fora ele quem a expulsara e que ele era a causa de sua desgraça, passou a odiá-lo igualmente, sobretudo a ele. Quando passava diante da fábrica, principalmente nas horas em que os operários estavam na porta, fingia rir e cantar.

Uma antiga operária, que uma vez a viu rindo e cantando dessa maneira, disse: — Essa moça vai acabar mal.

Fantine arranjou um amante, o primeiro que encontrou, um homem a quem não amava, simplesmente por fanfarrice, com o coração cheio de raiva. Era um coitado, uma espécie de músico mendigo, um ocioso, um vagabundo que a espancava e que a deixou do mesmo modo como ela o aceitara, com desprezo.

Fantine, porém, adorava a filhinha.

### **Cotovia**

Ave encontrada na Europa famosa pelo seu canto melodioso.

### **Febre miliar**

Doença infecciosa aguda, que se manifesta de forma epidêmica, e em que o indivíduo apresenta febre de instalação abrupta, grande sudorese, prostração, erupção cutânea papular e vesicular e, ocasionalmente, até manifestações hemorrágicas.

Quanto mais ela se aprofundava no vício, quanto maior era a escuridão que se fazia a seu redor, mais esse pequeno anjo brilhava em sua alma. Dizia: — Quando eu for rica, trarei Cosette para junto de mim — e punha-se a rir. A tosse nunca a abandonava; tinha continuamente as costas suadas.

Um dia, recebeu dos Thénardier uma carta nestes termos: “Cosette caiu doente com uma febre que está grassando por esta região; **febre miliar**, como dizem. Os remédios necessários são caros. Os gastos são muitos, a doença pode ser a nossa ruína; não podemos tirar mais de nosso dinheiro. Se não mandar quarenta francos dentro de oito dias, a menina morrerá.”

Pôs-se a gargalhar e disse à sua velha vizinha: — Ah! Mas eles são formidáveis! Quarenta francos! Nem mais nem menos! Dois napoleões! Onde querem que eu os arranje? Será que esses camponeses não pensam?

Depois foi até a escada, para perto de uma fresta, e releu a carta. Em seguida, desceu a escada e saiu correndo e pulando, rindo sem parar.

Alguém que a encontrou lhe disse: — Que aconteceu, que está tão alegre? Respondeu: — É por causa de uma carta boba que me escreveu uma gente do campo. Querem que eu lhes mande quarenta francos. Que gente mais imbecil!

Passando pela praça, percebeu um agrupamento de gente ao redor de uma carruagem estranha, de cuja boléia um homem, de pé, vestido de vermelho, falava em altas vozes. Era um dentista de feira, oferecendo ao público dentaduras completas, analgésicos, pós e elixires.

Fantine misturou-se ao grupo e pôs-se a rir como os outros daquela discurseira cheia de gírias e frases bonitas para agradar a todos. O dentista, vendo o riso de tão bela rapariga, exclamou de repente:

— Você aí que está rindo; você tem belos dentes. Se quiser vender-me seus dentes pago-lhe dois napoleões de ouro.



— O quê? — perguntou Fantine.

— Dois napoleões! — resmungou uma velha desdentada que lá estava. — Esta é que é feliz!

Fantine afastou-se, tapando os ouvidos para não ouvir a voz enrouquecida do homem que lhe gritava: — Reflita bem, beleza! Dois napoleões servem para muita coisa. Se mudar de idéia, venha à noite ao albergue do Tombadilho de Prata, onde estou hospedado.

Fantine voltou furiosa para seu quarto e contou o ocorrido a sua boa vizinha Marguerite: — A senhora está entendendo? Não é então um miserável? Como podem deixar um homem desses andar pelas cidades! Arrancar-me os dentes da frente! Com que cara eu iria ficar? Os cabelos tornam a crescer, mas os dentes! Que homem horroroso! Preferiria jogar-me de cabeça da altura de um quinto andar! Ele me disse que estaria esta noite no Tombadilho de Prata.

— E quanto oferecia? — perguntou Marguerite.

— Dois napoleões.

— Quarenta francos!

Isso mesmo — disse Fantine —, quarenta francos.

Ficou pensando e pôs-se a trabalhar. Ao cabo de um quarto de hora, deixou a costura e foi reler a carta dos Thénardier na escada.

Quando voltou, disse a Marguerite, que trabalhava ao seu lado:

— A senhora sabe o que é febre miliar?

— Sei — respondeu a velha —, é uma doença.

— É preciso muito remédio para curá-la?

— Ih! se precisa; e remédios fortes!

— Como se pega essa doença?

— Assim, por acaso.

— Isso também dá em crianças?

- Sobretudo nas crianças.
- Elas podem morrer dessa doença?
- É muito frequente.

Fantine saiu, foi novamente à escada e leu a carta pela terceira vez.

À noite, desceu e viram-na dirigir-se para os lados da rua de Paris onde estavam os albergues.

No dia seguinte, como Marguerite costumava entrar em seu quarto antes da aurora, pois ambas trabalhavam juntas para gastar uma única vela, encontrou Fantine sentada na cama, pálida, gélida. Não havia dormido. A touca caíra-lhe sobre os joelhos. A vela ardera por toda a noite e quase chegava ao fim.

Marguerite parou à porta, assustada com tamanha desordem e exclamando:

— Senhor! A vela quase se acaba! Deve ter acontecido alguma coisa!

Depois olhou para Fantine, que lhe mostrava a cabeça quase sem cabelos.

De um dia para outro envelhecera mais de dez anos.

— Jesus! — disse Marguerite —, que tem você, Fantine?

— Nada! — respondeu. — Pelo contrário: minha filhinha não vai morrer dessa terrível doença por falta de remédios. Estou muito contente.

Enquanto assim falava mostrava à boa velha os dois napoleões que brilhavam sobre a mesa.

— Jesus! — disse Marguerite —, mas isso é uma fortuna! Onde arranjou esses luíses de ouro?

— Ganhei-os — respondeu Fantine.

E pôs-se a sorrir. A vela iluminava-lhe o rosto. Era um sorriso ensangüentado. Uma saliva avermelhada sujava-lhe os cantos dos lábios, na boca aparecia um buraco escuro.

Os dois dentes superiores tinham sido arrancados.

Mandou os quarenta francos para Montfermeil. No fim de contas tudo aquilo não passava de uma astúcia dos Thénardier para conseguir dinheiro. Cosette não estava doente.

Fantine atirou o espelho pela janela. Havia tempo que se havia mudado do quarto do segundo andar para um cubículo mal fechado sob o teto; era um sótão cujo forro fazia ângulo com o telhado, machucando-lhe continuamente a cabeça. O pobre não pode chegar até o fim de seu quarto, nem ao fim de seu destino, sem se curvar cada vez mais! Não tinha mais a cama; restava-lhe um farrapo que chamava de cobertor, um colchão estendido no assoalho e uma cadeira quebrada. Uma pequena roseira que ela cultivava fora abandonada a um canto e morrera. No outro canto havia uma moringa que gelava no inverno, onde os diferentes níveis da água continuavam marcados pelos círculos de gelo. Perdera a vergonha e a vaidade. Era o último sinal. Saía à rua com toucas sujas. Fosse por falta de tempo ou por indiferença, não remendava mais a própria roupa. À medida que o calcanhar das meias se ia rasgando, puxava-as cada vez mais para dentro dos sapatos. Podia-se perceber isso pelas pregas perpendiculares das meias assim esticadas. Remendava o espartilho, já velho e muito usado, com pedaços de chita que se rompiam ao menor movimento. As pessoas para as quais ainda devia algum dinheiro “faziam escândalo” e não lhe davam sossego. Encontrava-as pela rua e tornava a encontrá-las na escada de seu tugúrio. Passava a noite chorando e pensando. Tinha os olhos muito brilhantes e sentia uma dor fixa nas espáduas, mais ou menos na altura da omoplata esquerda. Tossia muito. Odiava profundamente o Sr. Madeleine, mas não dizia palavra. Costurava dezessete horas por dia, mas o Chefe dos Trabalhos da prisão, que fazia trabalhar as prisioneiras quase de graça, fez com que automaticamente os preços baixassem, reduzindo o salário

## **Adelo**

Comerciante.

das costureiras livres para nove soldos. Dezessete horas de trabalho a nove soldos por dia! Seus credores ficavam cada vez mais intransigentes. O **adelo** que lhe tirara quase todos os móveis lhe dizia: — Quando vai me pagar, descarada? — Que queriam que ela fizesse, santo Deus?! A infeliz sentia-se perseguida, e em seu íntimo desenvolvia-se o instinto do animal selvagem. Por essa mesma época, Thénardier escrevia-lhe dizendo que, decididamente, havia esperado com demasiada paciência e que precisava imediatamente de cem francos; senão, poria Cosette para fora de casa, ainda convalescente da terrível moléstia, abandonando-a ao frio dos caminhos; que fosse para onde quisesse, e morresse, se esse era o seu desejo. “Cem francos”, pensou Fantine. Mas onde encontrar um emprego que lhe rendesse cem soldos por dia?

— Coragem! — disse ela. — Vendamos o resto.

E a coitada entregou-se à prostituição.

A que se reduz toda essa história de Fantine? É a sociedade comprando uma escrava.

Para quem? Para a miséria.

Para a fome, o frio, a solidão, o abandono, a nudez. Doloroso comércio! Uma alma por um pedaço de pão. A miséria oferece, a sociedade aceita.

A santa lei de Jesus Cristo governa a nossa civilização, mas ainda não conseguiu penetrá-la; costuma-se dizer que a escravidão desapareceu por completo da civilização européia. Grande erro! Ela continua a existir, mas oprimindo somente a mulher, e chama-se prostituição.

Ela recai sobre a mulher, isto é, sobre a beleza, sobre a graça, sobre a maternidade. E esta não é uma das menores vergonhas do homem.

No ponto a que chegamos desse doloroso drama, nada mais restava a Fantine do que possuía outrora. Tornando-se lodo, ficou como o mármore. Quem a tocar sentirá o frio que a invade. Ela passa, tolera-nos e nos ignora; é a imagem, ao

mesmo tempo, da desonra e da severidade. A vida e a ordem social disseram-lhe sua última palavra. Tudo o que tinha de lhe acontecer já havia acontecido. Tudo experimentou, tudo suportou, tudo sofreu, tudo perdeu, tudo chorou. Resignou-se, com essa resignação que se assemelha à indiferença, como a morte se assemelha ao sono. Não evita coisa alguma. Não crê em coisa alguma. Que as nuvens todas se descarreguem sobre ela, que todo um oceano passe por cima de sua cabeça! Que importa! É uma esponja embebida.

É nisso que ela acredita; mas é um erro pensar que o destino se cansa e que se pode chegar ao fundo do que quer que seja.

(HUGO, p. 181-185)



## 2. Atendem ao Objetivo 2

Por que Victor Hugo pôde exclaimar: “O pobre não pode chegar até o fim de seu quarto, nem ao fim de seu destino, sem se curvar cada vez mais!”? Cite a cadeia de mudanças ocorridas que acometeu Fantine.

---

---

---

---

---

3. Esse é um drama apenas social ou apenas pessoal, ou social e pessoal? Justifique sua resposta.

---

---

---

---

---

4. Por que Victor Hugo afirma que a escravidão continua a existir na “civilização européia”?

---

---

---

---

---

### Respostas Comentadas

2. Ele produziu uma relação entre o novo quarto de Fantine, que a obrigava a curvar-se para nele caminhar, e a sucessão de acontecimentos na vida dela que a fez se curvar perante o mundo. Ela foi forçada a deixar a filha com pessoas desonestas, foi obrigada a vender os cabelos, foi obrigada a vender os dentes e foi obrigada a prostituir-se.

3. É um drama pessoal e social. Drama social porque o conjunto de escolhas que tinha durante sua vida era muito reduzido, em virtude de ter nascido pobre assim como sua capacidade de recuperação; trata-se de um drama pessoal porque suas escolhas erradas dentro do campo reduzido que tinha a conduziram à destruição.

4. Porque o miserável que luta para sobreviver com um trabalho continua a ser explorado, e, dependendo do nível em que sua pobreza se encontra, já não é mais dono de sua vida, é um passageiro na nau da tragédia social, no caso, européia.



## RESUMO

Fazemos história quando procuramos compreender e explicar as mudanças ao longo do tempo. Essas mudanças são provocadas pela ação dos homens em sociedade. Esses homens, por sua vez, são atingidos pelas próprias mudanças para as quais contribuíram. No fim das contas, tudo isso parece muito complicado, tão misturado ao dia-a-dia das nossas vidas que nem nos damos conta disso. Por isso, fazemos história: para esclarecer a nós mesmos os sentidos da nossa existência e para superar os problemas desse existir em sociedade.

O conhecimento científico da história se faz por intermédio da reconstrução problemática do passado. Nesse processo de reconstrução, interessa sobremaneira ao historiador a dialética entre a mudança e a permanência. Tudo muda, mas não de uma vez só.

## Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos a história da história, documento e historicidade.





# Aula 6

História da  
história,  
documento e  
historicidade

## Meta da aula

Apresentar a noção de história da História, relacionando-a às diversas formas pelas quais as sociedades históricas documentam sua experiência social.

## Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer o significado da noção de historicidade;
2. identificar as duas modalidades de regime de historicidade;
3. relacionar as diferentes formas de registro documental às épocas históricas.

## Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que tenha estudado, na Aula 2, o significado de documento histórico como registro da experiência social passada.

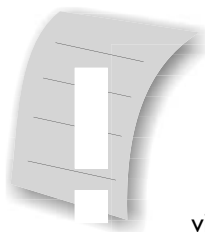
## INTRODUÇÃO

Quanto tentamos responder à pergunta o que é a história?, nossa resposta, consciente ou inconscientemente, reflete nossa própria posição no tempo e faz parte de nossa resposta uma pergunta mais ampla: qual a visão da sociedade em que vivemos? (CARR, E.H. *O que é História?*, 1978).

As duas perguntas relacionam a definição de História à nossa condição de sujeitos integrantes de uma sociedade que se situa num tempo histórico. Ou seja, hoje, nossa consciência de pertencimento a um grupo, comunidade, nação, ou ainda, a própria condição humana, se constrói a partir do nosso posicionamento numa dimensão temporal, da nossa condição de sujeitos históricos ou, ainda, da nossa historicidade.

## O significado da historicidade

Quando identificamos a especificidade das experiências humanas no tempo, estamos atribuindo-lhe uma historicidade. Todo registro ou documento, ao ser interpretado dentro das suas condições históricas de produção, está sendo identificado na sua historicidade específica. Assim, historicidade significa colocar em perspectiva temporal e espacial as ações humanas que podem ser depreendidas da análise dos documentos.



A distância temporal nos permite identificar que os egípcios construíram uma civilização milenar, bastante distinta da nossa, cuja lógica de organização e funcionamento nos é dada a conhecer pelos registros visuais, verbais, arquitetônicos etc.: os seus documentos/monumentos.

A análise de tais fontes permite-nos identificar que perspectiva a sociedade egípcia tinha de si, das suas diversas atividades, formas de sentir, de crer e também de se orientar diante da inexorável passagem do tempo, através dos relatos míticos, dos rituais funerários etc.

Entretanto, o significado dos textos egípcios para os escribas, que registravam em hieróglifos (escrita egípcia) o cotidiano dos templos e palácios, não é o mesmo para um historiador da antiguidade egípcia. Para o escriba, o texto significa a expressão do controle das atividades diárias; para o historiador, o mesmo texto é uma fonte para se conhecer o funcionamento da sociedade egípcia. A historicidade dos textos e dos sujeitos da ação de interpretar é distinta.

Tais relatos verbais ou visuais constituem uma forma de escrita histórica, registrando a passagem do tempo, segundo a elaboração de relato próprio a cada época. Nas sociedades antigas, o **mito** era uma das formas predominantes, mas não exclusiva, de representar a experiência temporal, confundindo o tempo dos homens com o dos deuses, misturando passado, presente e futuro.

**Mito** para os estudos históricos é uma forma de representação do passado, que se expressa tanto como a narrativa dos tempos fabulosos ou heroicos, na qual aparecem seres e acontecimentos imaginários que simbolizam forças da natureza, aspectos da vida humana etc. ou, ainda, como uma narrativa de significação simbólica, transmitida de geração em geração e considerada verdadeira ou autêntica dentro de um grupo, assumindo a forma de um relato, pelo qual se formula uma explicação da ordem natural e social e de aspectos da condição humana.

A própria escrita da história possui uma história, que se constitui pelas distintas formas de deixar registrada em textos e imagens a experiência social no tempo. De acordo com Michel de Certeau, “há uma historicidade da história que liga uma prática interpretativa a uma prática social” (Apud LE GOFF, 1985).

O historiador francês Jacques Le Goff (1985) apresenta a ideia de historicidade como “a relação que a psicologia coletiva mantém com o seu passado”. Nesse sentido, a história da história deve levar em consideração tanto o contexto social da produção histórica (livros, textos, imagens etc.) quanto aspectos da memória coletiva. Daí ser relevante uma outra afirmação de Le Goff: “A história não deve se preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época.”

Desta forma, é plenamente possível estabelecer uma distinção nas formas de conceber e registrar a história, balizadas pelas transformações sociais e de mentalidade das diferentes épocas históricas. Essas formas estão associadas àquilo que, apropriadamente, denominou o historiador francês **François Hartog** de “regimes de historicidade”.

### **François Hartog**

Historiador francês, nascido em 1946. Formado em História pela École Normale Supérieure, atualmente é o responsável pela cadeira de historiografia antiga e moderna da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Autor de várias obras, dentre as quais destacam-se *O espelho de Heródoto* (Editora UFMG/Humanitas, 2000) e *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges* (Editora UFRJ, 2003).



## 1. Atende ao Objetivo 1

No Egito dos primeiros tempos,

Osíris (deus da terra e do sol poente, responsável pela fertilidade e, por isso, também visto como deus do Nilo) é assassinado por um outro deus, seu irmão Set (deus do vento do deserto, das trevas e do mal), e seu corpo espalhado por várias partes do país. Sua irmã-esposa Ísis (deusa da vegetação e das sementes), auxiliada por seu filho Hórus (deus-falcão e do sol levante), vai conseguir, através das palavras mágicas, reunir todas as partes, e Osíris revive, indo morar entre os deuses.

A historiadora paulista Vavy Pacheco Borges explica que esse mito é relatado de distintas formas: ora ele é visto como a luta entre a luz e as trevas, ora como a vida sucedendo a morte. Tal relato, complementa a historiadora, também “é visto como significando a vida que vem do Nilo, que gera a fertilidade do Egito. Essa versão da morte e do renascimento de Osíris é a forma de os egípcios explicarem a noção de imortalidade e sua eterna dependência da natureza” (BORGES, V. P. *O que é história*, 1987, p. 14).

Identifique a historicidade do mito de Osíris para a sociedade egípcia antiga e para a sociedade contemporânea.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Resposta Comentada

O fundamental é identificar que o relato revela a dependência da sociedade egípcia em relação à natureza, valorizando a forma como cada um dos integrantes da narrativa revela aspectos da sociedade que o produziu. Por outro lado, a trama do relato, envolvendo a disputa entre irmãos e a reação por parte de Ísis e Hórus, assume no presente uma outra historicidade, associada ao fabuloso e à imaginação que hoje temos do passado egípcio.

---

## Regime de historicidade, por François Hartog

François Hartog, em 1996, numa conferência realizada na cidade de Estocolmo, esboçou sua definição de regime de historicidade. Desde o início de suas considerações, distingue regime de época histórica, considerando esta como um recurso de periodização, enquanto regime ampliaria a noção de baliza temporal.

Segundo o autor,

"[...] Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo [...].".

(<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>, capturado em 1/1/2008).

Os regimes de historicidade, segundo esse autor, não incluem as formas do tempo ou a experiência temporal das distintas épocas históricas, "mas apenas aquelas que pertencem à tradição do saber: mais precisamente, os modos por que se conectam presente, futuro

e passado na escrita da história” (idem). Assim, os regimes de historicidade definem os princípios da escrita da história formalizada, ou, ainda, da historiografia.

Na concepção do autor, existiram dois grandes regimes de historicidade na história ocidental. O primeiro, definido em torno da noção de *historia magistra* (história mestra), era pautado na subordinação do futuro ao passado, que se colocava como uma coleção de exemplos. A *historia magistra* dominou a escrita da história ocidental por mais de vinte séculos, reformulando-se a cada época histórica, da antiguidade clássica à França revolucionária. Este período também é identificado como História Clássica (PALMADE, G. 1991, p. 35).

O segundo regime, denominado moderno, iniciou-se em fins do século XVIII e perdurou até 1989. Tal regime significa um período em que o ponto de vista do futuro domina. A palavra-chave é Progresso: a história é entendida como processo, e o tempo, como se fosse direcionado a um fim (ideia de progressão). Esse regime também é identificado com a constituição da história como disciplina científica (idem).

Para os interesses da nossa disciplina – História e Documento –, a distinção de Hartog nos permite compreender que o documento histórico nem sempre foi utilizado da mesma forma. No primeiro tipo de regime, o documento é uma amostra da exemplaridade do passado que justifica uma ação no presente. O documento, dentro deste regime, registra a ação passada instruindo o presente a não repetir, no futuro, o que já se passou. Através dele, o historiador apreende as lições da História, concebida como mestra da vida, para instruir e guiar futuras gerações, reis, generais, imperadores etc.

No segundo regime de historicidade, a História é considerada um processo ou, ainda, um vir-a-ser progressivo. Nesse regime, o passado não se repete; portanto, o seu conhecimento não serve de lição, mas de prova da superação de um estágio e do surgimento de um outro tempo, o futuro. Nesse regime, o documento é a evidência que comprova a existência de um processo temporal em curso, de um tempo que passou para outro advir. Nesse regime, a história se



constitui em conhecimento científico e institucionalizado; através do documento, o historiador comprova um argumento, desenvolve uma tese, apresenta uma síntese. A atitude em relação ao documento, no moderno regime de historicidade, assemelha-se à do detetive que busca pistas para desvendar um mistério. No caso do detetive, um crime; do historiador, o sentido da história.

Entretanto, como enfatiza Hartog, ambos os regimes de historicidade incluem distintas modalidades de representar a experiência temporal, cada qual sujeita a certas condições históricas da produção do registro documental ou, ainda, da historicidade do documento como suporte de práticas sociais.



## 2. Atende ao Objetivo 2

A antiguidade greco-romana não teve verdadeiramente o sentido da história. Avançou apenas, como esquemas explicativos gerais, a natureza humana (isto é, a imutabilidade), o destino e a Fortuna (isto é, irracionalidade), o desenvolvimento orgânico (isto é, o biologismo). Situou o gênero histórico no domínio da arte literária e atribuiu-lhe as funções de distração e utilidade moral. Mas previu uma concepção e uma prática "científica" da história (Tucídides), a investigação das causas (Políbio), a procura e o respeito pela verdade. O Cristianismo tinha dado um sentido comum à história, mas tinha-na submetido a teologia. No século XVIII e sobretudo no XIX, os historiadores queriam assegurar o triunfo da história dando-lhe um sentido secularizado pela idéia de progresso, unindo as funções de saber e de sabedoria, através de concepções e práticas científicas que a identificavam com a realidade (LE GOFF, 1985, p. 203).

O trecho foi retirado do artigo “História”, de Jacques Le Goff, publicado originariamente na *Enciclopédia Einaudi*, volume 1. Nesse trecho, o autor discorre brevemente sobre as concepções da história ocidental, dos gregos ao século XIX, estabelecendo um diálogo com a noção de regime de historicidade, tal como foi definida por Hartog.

Identifique no trecho ambos os regimes de historicidade apresentados por Hartog e suas principais características.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

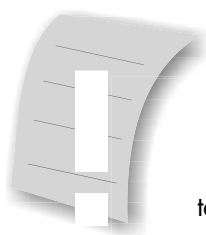
São dois regimes de historicidade apresentados por Hartog: o primeiro, no qual predominou a idéia de história exemplar, ou história mestra, engloba vinte séculos, desde a antiguidade clássica até a Revolução Francesa, caracterizando-se pela subordinação do futuro ao passado e pelo uso do documento como amostra da exemplaridade do passado. Já o segundo, denominado moderno regime de historicidade, vai do final do século XVIII até 1989, caracterizando-se pelo tempo progressivo e pela idéia de processo. Nesse regime, o documento é utilizado como evidência de um processo temporal em curso.

No trecho, ambos os regimes são apresentados; as características do primeiro são indicadas na menção dos esquemas explicativos da Antiguidade greco-romana e na forma como o cristianismo fornece um sentido para a história, como exemplo. Já o segundo regime é identificado pela menção da noção de progresso e pela orientação científica que a história assume a partir do século XIX.



## Épocas históricas e seus registros históricos

Neste item, vamos indicar, para cada período histórico (respectivamente, antiguidade, medievo, modernidade e contemporaneidade), as predominantes formas de registro histórico. Cada um dos períodos será abordado dentro de um conjunto de características predominantes. O que traçaremos a seguir será um quadro geral de orientação, e o aprofundamento de cada um desses períodos será feito numa aula específica.



É importante ressaltar que toda periodização é um recurso que utilizamos para sistematizar características comuns a um determinado tempo/espço. Tradicionalmente, a história do ocidente se orienta segundo um eixo temporal que toma como referência espacial a Europa e regiões que com ela se relacionaram. Entretanto, isso não quer dizer que o tempo histórico é único, tampouco linear ou progressivo, mas sujeito a rupturas e discontinuidades relativas aos problemas históricos que nos propusermos estudar.

No entanto, para os limites do nosso estudo, acompanharemos a tradição ocidental, que nos possibilita uma visão em perspectiva da escrita da história com a qual dialogamos atualmente.

## Tempos históricos

Categoria utilizada no estudo da história para tratar da relação passado/presente/futuro. O tempo histórico pode assumir funções de datação, de periodização e de contextualização. Não é unívoco, mas plural; não é absoluto, mas relativo. Pode ser trabalhado para atribuir sentido de duração, de ruptura, de distância, de diferença, mudança e processo.

Na moderna historiografia, trabalha-se com a noção tripartite de tempo histórico, a saber:

O tempo do acontecimento – é o tempo breve, delimitado pelas datas e localizável numa seqüência cronológica; por exemplo, o 11 de setembro de 2001 é um acontecimento.

O tempo da conjuntura – é o tempo de média duração, delimitado pelas noções de ciclo e de crise, para caracterizar um conjunto de características de um período. Quando delimitamos o período da Segunda Guerra Mundial, estamos nos referindo a uma conjuntura de crise. Quando nos referimos ao período inflacionário no Brasil, delimitamos um ciclo que envolveu um conjunto de medidas econômicas e políticas por parte do Estado Brasileiro.

O tempo das estruturas – é o tempo de longa duração, no qual as mudanças são imperceptíveis à experiência cotidiana. Relativo às mudanças na geografia, nos sistemas econômicos e religiosos. Ao nos relacionarmos, por exemplo, ao sistema capitalista, estamos lidando com uma estrutura econômica que vem se organizando desde fins do século XIV. Dentro desse tempo longo, existem tempos curtos como, por exemplo, a queda da Bastilha ou, ainda, tempos médios, como a Revolução Industrial.

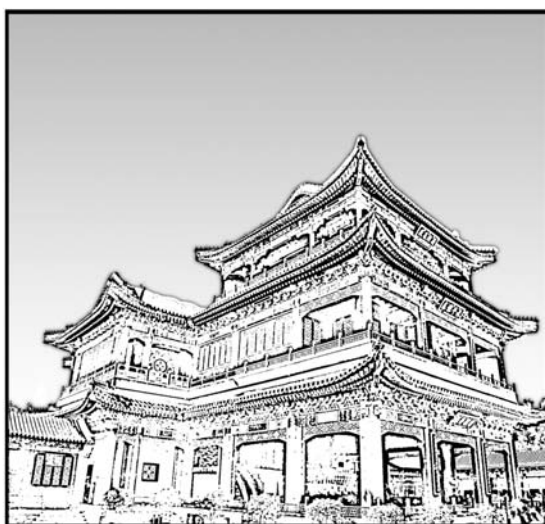
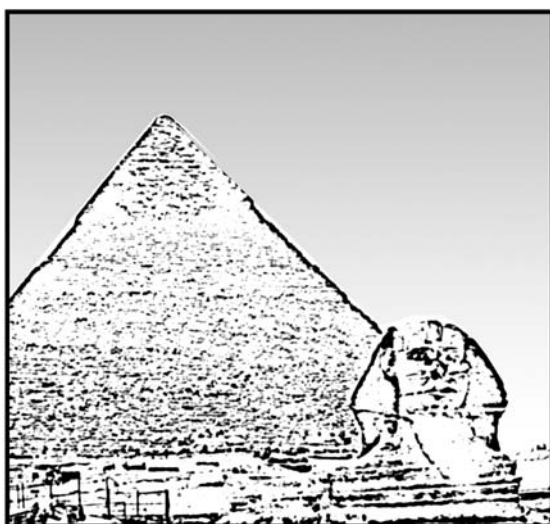
Do ponto de vista da escrita da história e do registro do tempo, podemos distinguir, dentro do primeiro regime de historicidade de Hartog (no qual a história era exemplo e lição), quatro grandes períodos:

## **Narrativa mítica e construção da representação histórica. Civilizações antigas**

Esse período envolve as formações sociais da antiguidade ocidental e oriental, entre elas: Egito, Mesopotâmia, China, Índia, Grécia e Roma.

Destacam-se, como forma de documento, anais que registravam a vida política dos palácios e templos da antiguidade oriental e o papel do mito nas sociedades antigas.

Nas sociedades orientais (Índia e China), os Anais remontam ao século XVIII a.C. e compõem um estilo de registro muito preciso, consagrando a sucessão de fatos relativos às dinastias imperiais. O relato mítico atuava como referência explicativa para a realidade circundante, fornecendo explicações mágicas e religiosas para eventos reais; era transmitido pela tradição oral e possuía uma concepção circular do tempo, sem cronologia ou datação: o princípio das coisas, primórdios, tempos imemoriais – tempo sagrado e não datado. O mito era tomado como modelo e exemplo.



## **Narrativa histórica de base factual: o conhecimento histórico na Antiguidade clássica**

Engloba a Antiguidade clássica, Grécia e Roma, e circunscreve uma nova forma de narrar a experiência social, valorizando a ação dos homens e assumindo a função de registro memorável.

Surge na Grécia do século V, através da figura de Heródoto, qualificado por Cícero como o Pai da História. Heródoto foi o primeiro a utilizar a palavra história com sentido de investigação e perenização da ação humana. Em um trecho de seu livro, denominado *Histórias*, esclarecia a nova dimensão que o relato dos acontecimentos assumiria: “Eis a exposição do inquérito empreendido por Heródoto de Halicarnasso para impedir que as ações realizadas pelos homens se apaguem com o tempo”. Seu tema foram as guerras dos atenienses contra os persas e suas viagens como exilado político.

Outro importante grego a programar um novo princípio de registrar a história foi Tucídides, um general, que relatou os eventos da guerra do Peloponeso, da qual participou. Ambos se preocupavam com os relatos dos costumes, os interesses econômicos, a relação com outros povos etc.

No mundo romano, destaca-se a figura de Políbio (II a.C.), que, apesar da preocupação com a verdade dos fatos, terminou por narrar somente as conquistas do Império Romano.

Neste período, em que pese a emergência do conceito de história como narrativa de fatos acontecidos e experimentados por homens e mulheres, verifica-se a persistência da narrativa mítica como forma de elaboração do passado.



## Poder e saber: o conhecimento histórico no período medieval

Período marcado pelo processo de cristianização, pelo advento e disseminação da **Escolástica** e a prioridade da História eclesiástica.

A implantação e expansão do cristianismo no mundo antigo impuseram uma nova forma de conceber o tempo, identificada com o caráter datado e escatológico da religião cristã.

A emergência do pensamento escolástico se faz por meio da elaboração de um método de leitura e interpretação de autores clássicos (principalmente Aristóteles). Tal método pressupõe a existência de dogmas a partir dos quais toda e qualquer interpretação deve se processar. Esses dogmas eram estabelecidos e divulgados com base nos *escólios*, pela Igreja, devido ao controle dos textos e documentos antigos nas abadias e mosteiros. Daí a produção intelectual limitar-se aos mosteiros.

Dentre os temas e os métodos desse período, destacam-se a priorização das hagiografias (vida dos santos) e gesta dos reis. Além da temática limitada, a historiografia medieval carecia de um método crítico, ficando restrita ao estilo da crônica e dos anais.

### Escolástica

Doutrinas teológico-filosóficas dominantes na Idade Média, dos séculos IX ao XVII, caracterizadas, sobretudo, pelo problema da relação entre a fé e a razão, problema que se resolve pela dependência do pensamento filosófico, representado pela filosofia greco-romana, da teologia cristã.

Desenvolveram-se, na escolástica, inúmeros sistemas que se definem, do ponto de vista estritamente filosófico, pela posição adotada quanto ao problema dos universais, dos quais se destacam os sistemas de Santo Anselmo (sistema anselmiano), de São Tomás (tomismo) e de Guilherme de Occam (occamismo).



## **História e Erudição: a escrita da história no Renascimento**

Período caracterizado pelo retorno aos clássicos, pelo movimento antiquarista e o advento do método crítico no século XVII.

O movimento humanista e renascentista transfere do céu para a terra as preocupações humanas. A filosofia escolástica se vê invadida por um retorno aos clássicos pensadores greco-romanos, no original. Em decorrência de tal interesse, desenvolve-se um trabalho de erudição para avaliar a veracidade e autenticidade dos textos antigos. Revitaliza-se o estudo das línguas, por meio da filologia, e amplia-se a noção de documento a alguns objetos, como moedas e inscrições (em paredes, tábuas, túmulos etc.).

O movimento antiquarista promove a descoberta e a manutenção de antigos documentos e peças. Catalogar, inventariar e compor coleções são trabalhos eruditos. A erudição preocupava-se mais com a guarda dos materiais históricos do que com sua interpretação.

Nesse período, é publicado o primeiro tratado de erudição (século XVII – DE RE DIPLOMÁTICA, D. Mabillon – 1681), e se desenvolvem ciências que auxiliam o trabalho de crítica interna e externa: numismática, epigrafia, cronologia, heráldica etc.

O moderno regime de historicidade, iniciado em meados do século XVIII, reúne os dois períodos seguintes:





## História e Filosofia iluminista

O conhecimento histórico na época das Luzes é caracterizado pela estreita relação entre história e filosofia; pela construção de uma concepção de história com base na idéia de progresso e pela emergência da “história nacional”.

Esta era pautada em princípios românticos e ideais, tais como espírito do povo, caráter nacional, civilização ocidental, progresso racional etc.

No final do século XVIII, a corrente liberal, representante dos valores e anseios da burguesia emergente, buscou explicar racionalmente a sociedade burguesa. O **liberalismo** utilizava-se dos conceitos de progresso e liberdade como valores inerentes ao processo histórico, a princípio contra a hegemonia do Rei e da Igreja e, no final do século XIX, contra o advento dos movimentos sociais populares.



### Liberalismo

Corrente de pensamento político surgida durante o Iluminismo, particularmente na Inglaterra. O pensamento liberal se opunha à monarquia absoluta, ao mercantilismo e às diversas formas de ortodoxia religiosa, em particular, ao clericalismo. Foi a primeira corrente a formular os conceitos de direitos individuais e do primado da Lei, bem como da importância do autogoverno através de representantes eleitos.

A história do liberalismo como ideologia consistente, ou seja, em que a liberdade não é algo de acessório, mas base fundamental dos direitos políticos (e mais tarde do próprio Estado), começa a tomar forma como resposta ao absolutismo político e ao realismo no Reino Unido. O corte definitivo foi a concepção de que os indivíduos livres poderiam formar a base da estabilidade política em vez de terem licença de agir, desde que não colocassem em risco a estabilidade política. Esta concepção é geralmente atribuída a John Locke (1632-1704), cuja obra (*Dois tratados de governo*) estabeleceu duas idéias liberais fundamentais: liberdade econômica, ou seja, o direito de possuir e usufruir da propriedade, e liberdade intelectual, incluindo a liberdade de consciência, idéia exposta em *Da tolerância* (1689).

Informações complementares: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberalismo>\_cl%C3%A1ssico acesso em 1/1/2008.

### Leopold Von Ranke

(Wiehe/Unstrut, 21 de dezembro de 1795—Berlim, 23 de maio de 1886) foi um dos maiores historiadores alemães do século XIX, frequentemente considerado como o pai da “História científica”. Ranke definiu o tom de boa parte dos escritos históricos posteriores, introduzindo ideais de vital importância para o uso do método científico na pesquisa histórica, como o uso prioritário de fontes primárias, uma ênfase na história narrativa e especialmente em política internacional (*Aussenpolitik*) e um comprometimento em mostrar o passado tal como realmente foi (*wie es eigentlich gewesen ist*).

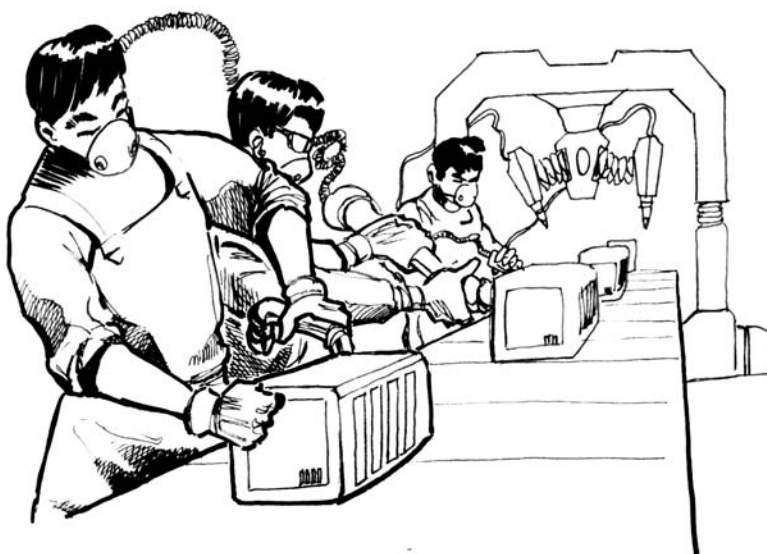
### História e ciência, os séculos XIX e XX

A segunda metade do século XIX, principalmente o período após 1870, assiste ao triunfo da história científicista, fortemente influenciada pela concepção naturalista de evolução humana, esquematicamente transferida para o desenvolvimento das sociedades.

Nesse contexto, a escola metódica reabilitou o método crítico do século XVII, que buscava uma narrativa imparcial dos fatos, fortemente influenciado pelo historiador alemão **Leopold Von Ranke**, cuja máxima era relatar os fatos “tal como aconteceram”. Acreditavam na possibilidade de neutralidade do narrador e tomavam a fórmula: história política + narrativa dos grandes feitos + nas datas importantes + por grandes homens, como a base fundamental da história humana.

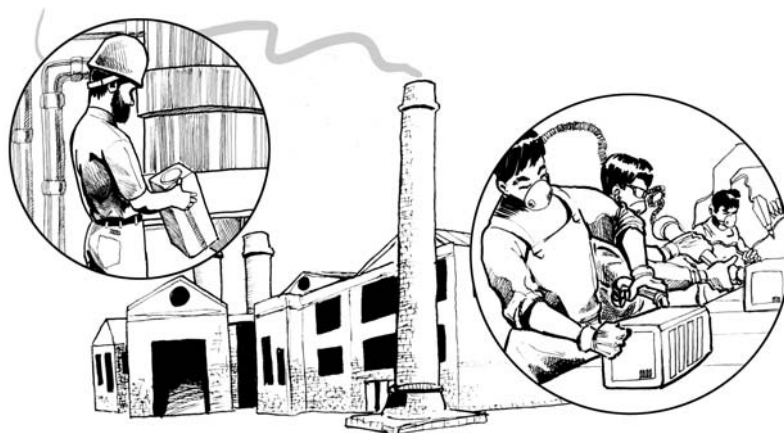
Neste período, a história torna-se uma disciplina universitária, com regras e técnicas. Segundo este princípio, a fonte documental é a prova do que “realmente aconteceu”, a base segundo a qual se elabora a síntese histórica.

Proliferaram, nesta época, os institutos e as academias voltados ao debate documental.



Fora da academia, a militância intelectual e política coloca a história no centro das explicações sobre as transformações das sociedades. Destaca-se a aproximação entre história e teoria social, tanto materialismo histórico e materialismo dialético, de **Marx e Engels**, quanto em tendências mais culturalistas, como é o caso de **Max Weber**.

Ao longo do século XX, a história transformou-se no estudo das relações sociais, no tempo, com vocação para a totalidade, tratando as fontes históricas segundo a noção de documento/monumento.



**Karl Heinrich Marx** (Tréveris, 5 de maio de 1818 — Londres, 14 de março de 1883) foi um intelectual alemão, economista, considerado um dos fundadores da Sociologia. Também é possível encontrar a influência de Marx em várias outras áreas, tais como Filosofia e História, já que o conhecimento humano, em sua época, não estava fragmentado em diversas especialidades da forma como se encontra hoje. Teve participação, como intelectual e revolucionário, no movimento operário, sendo que ambos (Marx e o movimento operário) influenciaram um ao outro durante o período em que o autor viveu.

**Friedrich Engels** (Wuppertal, 28 de novembro de 1820 – Londres, 5 de agosto de 1895) foi um filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Ele foi co-autor de diversas obras com Marx, sendo que a mais conhecida é o *Manifesto comunista*. Também ajudou a publicar, após a morte de Marx, os dois últimos volumes de *O Capital*, principal obra de seu amigo e colaborador. Grande companheiro de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. De dezembro de 1847 a janeiro de 1848, junto com Marx, escreve o *Manifesto comunista*. Sem dúvida nenhuma, Engels foi um filósofo como poucos: soube analisar a sociedade de forma muito eficiente, influenciando diversos autores marxistas.

**Maximilian Carl Emil Weber** (Erfurt, 21 de abril de 1864 – Munique, 14 de junho de 1920) foi um intelectual alemão, jurista, economista, considerado um dos fundadores da Sociologia. Foi autor de vasta obra, na qual destaca-se *A ética protestante* e *O Espírito do capitalismo*.

O pensamento de Weber caracteriza-se pela crítica ao materialismo histórico, que dogmatiza e petrifica as relações entre as formas de produção e de trabalho (a chamada “estrutura”) e as outras manifestações culturais da sociedade (a chamada “superestrutura”), quando, na verdade, trata-se de uma relação que, a cada vez, deve ser esclarecida segundo a sua efetiva configuração. Para Weber, isso significa que o cientista social deve estar pronto para o reconhecimento da influência que as formas culturais, como a religião, por exemplo, podem ter sobre a própria estrutura econômica.



O trabalho com palavras-chave ajuda a indexar de forma rápida e objetiva idéias, conceitos e argumentos desenvolvidos em textos mais longos. No trabalho de história, as palavras-chave são muito utilizadas para publicação de artigos, indicação de trabalhos em congressos científicos ou em qualquer situação em que seja necessária uma referência rápida e objetiva ao que se está falando.

A nossa terceira atividade consiste em indicar duas palavras-chave para cada um dos cinco períodos da história da história expostos anteriormente. A escolha pode ser ampla e incluir expressões compostas.

---

---

---

---

---

### Comentário

Você poderá escolher dentre as possíveis palavras-chave:

1. mito, tradição oral, factualidade, anais, exemplaridade etc.;
2. narrativa, ação humana, memória, Grécia, conquistas, guerras, costumes etc.;
3. cristianismo, escolástica, hagiografia, história teológica, gesta dos reis etc.;
4. humanismo, antiquarismo, erudição, crítica externa e interna etc.;
5. Iluminismo, liberalismo, racionalismo, progresso, ciência, história metódica etc.

---

## CONCLUSÃO

O uso de documentos não é uma atividade mecânica e irrefletida; pauta-se num regime de historicidade que revela a situação histórica do sujeito do conhecimento, o próprio historiador.

Nesse sentido, a cada momento da história da história, as relações que as sociedades estabeleceram com as dimensões temporais de passado/presente/futuro definiram formas de narrativa e usos diferenciados do documento histórico, quer como exemplo, quer como prova.

Atualmente, operamos com a noção do documento-monumento, apresentada na Aula 2, segundo a qual todo vestígio do passado é suporte de relações sociais. Neste sentido, deve ser interpretado levando em consideração as condições de produção, circulação e consumo na sua própria época, como também as formas pelas quais foi preservado até chegar aos dias de hoje.

Portanto, quando consideramos as diferentes modalidades de escrever a história, incluímos nessas considerações a forma como em cada um desses períodos os documentos foram tratados, preservados ou até mesmo “silenciados” pela ação humana.

### *Atividade Final*

---

Imagine-se como um(a) historiador(a) que pertence ao regime de historicidade clássico, ou da *Historia magistra*; depois, como um(a) historiador(a) do moderno regime de historicidade. Para cada situação, indique um tipo de documento que você escolheria para escrever a história e o uso que você faria dele. Pode escolher qualquer um dos períodos dentro de cada um desses regimes.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

O que interessa na realização desta atividade não é a acuidade do documento escolhido, mas a sua capacidade de colocar em prática os conhecimentos conceituais apreendidos.

Nesse sentido, para o primeiro regime, deve-se definir antes o período, por exemplo, o do Renascimento. O documento poderia ser as “Histórias”, de Heródoto, por meio do qual o historiador de então consideraria a narração das guerras e dos acontecimentos como exemplos e ensinamentos para o futuro dos reis e das nações.

No segundo regime, sendo um historiador da escola metódica, vivendo na França do século XIX, tomaria um tratado de paz como a evidência do acontecimento de uma guerra, como prova factual de que essa guerra realmente aconteceu. Defendendo, é claro, o ponto de vista da história nacional.



## RESUMO

Todo registro ou documento, ao ser interpretado dentro das suas condições históricas de produção, está sendo identificado na sua historicidade específica.

Historicidade é o movimento de colocar em perspectiva temporal e espacial as ações humanas que podem ser depreendidas da análise dos documentos.

A escrita da história possui uma história que se constitui pelas distintas formas de deixar registrada em textos e imagens a experiência social no tempo.

É possível estabelecer uma distinção nas formas de conceber e registrar a história, balizadas pelas transformações sociais e de mentalidade das diferentes épocas históricas.

Existem, segundo François Hartog, dois grandes regimes de historicidade para a história ocidental: o clássico e o moderno. Cada qual pode ser subdividido em períodos.

Para cada regime de historicidade, o documento é considerado de forma distinta, ora como exemplo ora como prova.

## Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a escrita da história na antiguidade clássica, a relação entre história e mito, o significado do documento arqueológico, tomando como base os poemas de Homero e a importância dos historiadores gregos no surgimento do regime de historicidade clássico ou da *historia magistra*.





# Aula 7

Antiguidade grega  
entre mito  
e história

## Meta da aula

Apresentar a noção de história e documento histórico na Antiguidade.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as formas de narrativa sobre o passado na Grécia Antiga;
2. apresentar os historiadores gregos como fundadores da narrativa histórica ocidental;
3. identificar os significados do documento arqueológico.

## Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que tenha estudado, na primeira aula, as origens do pensamento histórico e, na Aula 7, o significado de regime de historicidade.

## INTRODUÇÃO

Os gregos foram os pais da História. No entanto, os próprios gregos não valorizavam a história como um conhecimento sério, digno de ser creditado como algo valioso para a humanidade devido ao seu caráter particular. O filósofo grego Aristóteles pouco se preocupou com a história em seus escritos. A história não teria uma função séria, pois não estabelecia verdades absolutas, estava sempre vinculada ao específico e ao relativo.

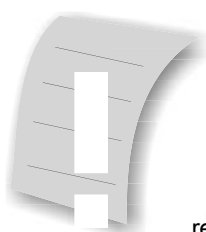
O pouco de história que se escrevia ficava por conta de relatos de acontecimentos, escritos em forma de prosa. Aliás, uma das raras reflexões sobre história que chegaram aos dias de hoje foi o texto *Como se deve escrever a história*, de Luciano de Samósata, escritor satírico nascido na Síria no século II da Era Cristã. Seu texto é considerado uma mistura de regras e máximas que se tornaram lugares-comuns na instrução retórica. De acordo com o historiador inglês Moses Finley (1985), é um trabalho inferior, superficial e essencialmente sem valor.

Claro que se a história como disciplina não era valorizada, o mesmo não se pode dizer sobre o passado, como fonte de modelos. Era na poesia que o passado se fazia presente. Portanto, a principal polaridade no trato com o passado se fazia entre a história e a poesia.

A poesia é de fundamental importância para conceber a forma como os gregos constituíram sua consciência histórica. Tanto a poesia épica quanto a lírica e a tragédia tinham como fundamento narrativo as grandes figuras e os grandes acontecimentos do passado. Esse tipo de poesia não objetivava uma verdade factual; de acordo com Finley (1985, p. 5),

tratava-se, isso sim, da questão mais profunda da universalidade, da verdade sobre a vida em geral. A questão, em resumo, era distinguir mito de história (mito aí compreendido como lenda).

A atmosfera do mito impregnava o século V, nos quais Heródoto e Tucídides, reconhecidos como "pais da história", começaram a trabalhar. O mito era uma forma narrativa que tinha como função primordial dar inteligibilidade ao passado. Todo um conjunto de rituais, festejos e festivais estava associado à função de atualização da memória mítica. A importância dos mitos para os gregos, de acordo com Finley (1985, p. 6), "era o grande mestre dos gregos em todas as questões do espírito. Com eles aprendiam moralidade e conduta; as virtudes da nobreza".



A história e a poesia eram duas formas de narração do passado, ambas tinham a experiência passada como algo concreto. No entanto, para a poesia, o passado era imemorial, e para a história, datado e recente. A poesia épica não era história, pois era atemporal, desligada da cronologia, no estilo "era uma vez". Nessa forma narrativa, o tempo era sentido como medida de distância, como escala de percepção do tempo vivido. Não há datação (FINLEY, 1985, p. 7-8). No mito, o tempo não passa, não implica mudança; os personagens da poesia épica não envelhecem.

O mito e sua expressão por intermédio da narrativa poética tinham uma função concreta: a de dar resposta a problemas vividos. Não era uma máxima moral como a narrativa evangélica, mas um sentido de fundação de uma identidade helênica.

Se a poesia era mais importante do que a história para dar conta do passado grego, por que ainda continuamos a afirmar que a história é uma "invenção" dos gregos?

Porque é justamente no universo da Pólis, no século V a.C., que surgem as primeiras formas de relato histórico, com uma preocupação clara em instruir as gerações futuras sobre o que

aconteceu aos gregos, sobre sua identidade, sobre suas guerras, sobre seus costumes em relação a tudo que não era grego, ou seja, aos bárbaros. Nesse registro, a história é mestra, e o passado é exemplo a ser ou não seguido pelo futuro.

A *historia magistrae* se define na Grécia clássica como regime de historicidade ocidental. Entretanto, a noção de História que se elabora na Grécia Antiga não é única e nem sempre foi a mesma. A continuidade do nome "História" e a lenta formação de uma tradição até os dias de hoje não devem esconder nem as diferenças nem as rupturas.

Escolhemos a Grécia Antiga como referência central para o nosso estudo por considerá-la um modelo por meio do qual identificaremos a constituição de práticas e procedimentos comuns à tradição ocidental de registro histórico e usos do passado.

## Os usos do passado e a noção de documento na Antiguidade grega

O pensamento grego, de acordo com Finley (1985), dividia o passado em duas partes: a era heroica e a era pós-heroica (ou "tempo dos deuses" e "tempo dos homens").



É importante ter em mente que a noção moderna de documento não pode ser simplesmente transposta para épocas mais remotas da formação do pensamento histórico. Portanto, consideraremos que, em cada época histórica, as fontes que cada estudioso, escritor ou agente da escrita da história, no seu tempo, tem para apreender a experiência social passada variam de acordo com os usos que estes querem fazer do passado.

Nesse sentido, a noção de documento está indefectivelmente ligada ao conceito de história e à forma como cada sociedade lida com o conceito de "tempo histórico". No caso do nosso estudo específico a respeito do mundo grego, o que fundamenta essa relação é a separação entre um tempo imemorial, sem datação, devotado à narrativa de fatos fabulosos, misturando deuses, heróis e a humanidade, e uma nova época, pós-heroica, marcada pelas guerras, decisões coletivas, pela conformação de um universo político novo e participativo, que habilita uma nova forma discursiva, o discurso histórico. Esse novo universo é o mundo da *pólis*, cidade-Estado grega do século V.

Segundo François Hartog (apud BURGUIÈRE, 1993),

a afirmação e o desenvolvimento da *Pólis* (cidade-estado) representaram indubitavelmente uma função fundamental: constituição de um espaço e de uma palavra, "políticos", com relação aos quais todos os que tinham direito (só os cidadãos) estavam em posição de paridade; passagem do "pré-direito" ao direito que se traduziu, especialmente, pela instituição de novos procedimentos judiciais, por uma nova concepção de prova; passa-se de uma verdade que se enuncia a uma verdade que se demonstra.

Tudo isso leva a se criar um discurso cuja legitimidade em relação ao passado se apóia na noção de prova e de comprovação, de batalhas, vitórias, exílios, costumes, enfim, em um conjunto variado de registros sobre a experiência social.

Tais princípios penetram no mundo romano por meio da circulação de ideias e pessoas no mundo antigo, bem como pelas subseqüentes conquistas de Roma. Vale ressaltar que um dos mais notáveis historiadores romanos, Políbio, do século II a.C., nasceu na Grécia, numa pequena cidade da Arcádia, sob dominação macedônica. Deportado para Roma por integrar um grupo de notáveis aqueus que representavam um perigo de total submissão da região, empenhou-se em compreender o sentido da dominação romana. Seu envolvimento nos meios dirigentes romanos foi tamanho que, durante os dezessete anos de exílio, desenvolveu uma profunda admiração pelo Estado romano e por sua capacidade de conquista e expansão. A questão central de Políbio era responder o que levou em tão pouco tempo à extensão

de tamanho império. Sua resposta gerou uma obra monumental, *Histórias*, pautada no princípio da causalidade e da sucessão temporal em idades (DOSSE, 2003, p. 47-48).

A tradição histórica grega de "história mestra da vida" penetra no mundo romano, evidenciada nas obras de Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.), sobrevivendo à sua desagregação por intermédio da história teológica e da erudição monástica.

A época heroica foi determinada, definida e descrita pelos criadores de mitos, que trabalharam nos séculos que para nós são estritamente pré-históricos. Eles criavam e transmitiam mitos oralmente, reunindo material puramente religioso (sobre cujas origens pode-se especular, mas não estão documentadas), eventos históricos genuínos (inclusive detalhes pessoais sobre famílias nobres) e muito material puramente imaginário. Eles estavam voltados para o passado; a princípio, presumivelmente, para o passado mais recente; com o passar do tempo, porém, foram-se atendo progressivamente a épocas mais remotas – em grande parte de modo deliberado. Todavia, o interesse não era histórico, no sentido de uma investigação objetiva dos fatos da Guerra de Troia (ou de qualquer outro período da história). A consciência e o orgulho pan-helênicos ou regionais, o governo aristocrático e especialmente seu direito de governar, suas notáveis qualificações e virtudes, uma compreensão dos deuses, o sentido das práticas religiosas, enfim, esses e outros propósitos semelhantes eram atendidos pela contínua repetição dos relatos antigos e pela constante reconstrução destes, pois sempre havia ocorrência de novas condições.

Essa primeira fase, quando a tradição oral foi criada e mantida viva, teve por resultado um passado mítico baseado em elementos díspares que diferiam em caráter e precisão (factual), cuja origem (factual) remontava a períodos de tempo bastante

esparsos. A "tradição" não transmitia meramente o passado, ela o criava. Destaca-se nesse período o papel dos bardos ou aedos, que recitavam a poesia épica nos eventos públicos.

Sobreveio em seguida uma nova fase, simbolizada por ocasionais relatos épicos e outros documentos mitológicos. Num mundo desprovido de qualquer autoridade central, política ou eclesiástica, repleto de interesses políticos e regionais separados, muitas vezes conflitantes, essa etapa ajudou a determinar os textos e relatos, criando uma versão autorizada. O processo de criação mítica não terminou no século VIII; ele nunca parou totalmente. Além da mitificação de homens como Sólon, a criação de mitos prosseguiu porque a religião grega continuou a criar novos ritos, introduzir novos deuses, e combinar elementos antigos em novas formas, cada etapa exigindo um ajustamento apropriado da mitologia herdada (FINLEY, 1985 p. 18-19). A época heroica tem nos escritos de Homero sua fonte mais expressiva.



**Homero** – A tradição antiga unanimemente chama de *Homeros* o autor dos mais antigos textos literários gregos, a *Ilíada* e a *Odisseia*, e de outros textos tais como os *Hinos homéricos*.

Entretanto, a tradição não identificava uma única personalidade ao poeta, transformando-o numa figura quase mitológica. Uma das primeiras conquistas da crítica filológica, a partir do século XVIII e as subseqüentes descobertas arqueológicas relacionadas às altas épocas gregas, no século XIX, foi a de contestar essa autoria única e criar a "questão homérica". O universo homérico é, portanto, em primeiro lugar, uma composição literária, que inclui recordações da época micênica, dados tomados de empréstimo dos tempos geométricos, inclusive contemporâneos à datação dos textos (séculos IX, VIII, VII a.C.). Esse universo é acrescido, também, de inclusões e adendos (as chamadas interpolações) elementos de época posteriores, nas quais as poesias foram lidas e apropriadas pelas distintas comunidades do mundo grego. Assim,



as obras denominadas homéricas tanto fundam a literatura grega quanto representam o apogeu de uma tradição heroica e pré-histórica (ou seja, anterior ao discurso de fundamentação histórica). (Para maiores informações, consulte o verbete: "Homero e o mundo homérico" In.: *Dicionário das ciências históricas*, 1993.)

Na segunda fase, denominada pós-heroica, o mapa mítico manteve a sua repetição e atualização por meio da tradição oral, passada por rapsodos, recitadores e atores, e não por criadores. As atenções voltaram-se para outras atividades intelectuais, sobretudo a poesia lírica e a filosofia, necessitando da tradição somente de uma escuta passiva que em ocasiões delimitadas fosse atualizada e rememorada.

O passado é o domínio da tradição, e esta se vincula ao funcionamento e à sedimentação da sociedade através do controle da memória. A memória coletiva é induzida e motivada. Na Grécia pós-heroica, a atribuição de manter viva a tradição associou-se ao controle da memória coletiva por um certo grupo, ligado às famílias de mais poder e origem aristocrática – visava ao aumento do prestígio e à garantia do poder e justificação de instituição. Passaram a ser os donos da memória pública.

As principais características dos registros encontrados sobre essa época são: a divulgação das memórias privadas, a impossibilidade de estabelecer uma cronologia específica e a invenção de tradições associadas aos mitos e lendas transmitidos pela oralidade.



## 1. Atende ao Objetivo 1

Canta, oh deusa, a cólera de Pelida Aquiles; cólera funesta que causou infinitos males aos aqueus e lançou a Hades muitas almas valorosas de herois, que serviu de presa a cães e de comida a aves cumpria-se a vontade de Zeus desde que se separaram na disputa Atrida, rei dos homens, e o divino Aquiles.

(Homero, *Ilíada*, [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000012.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000012.pdf))

Conte-nos, Musa, a história do homem de muitos caminhos, que andou errante muito depois de Troia sagrada ter sido arrasada; viu muitas cidades de homens e conheceu seus desejos, e sofreu dores sem fim no mar tratando de assegurar a vida de seus companheiros. Mas apesar de todos os seus esforços não conseguiu salvá-los, pois da sua própria insensatez resultaram vítimas. [...] Deusa, filha de Zeus, também a nós conte-nos alguma história de suas aventuras.

(Homero, *Odisseia*, [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000013.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000013.pdf))

Os trechos foram retirados do início da *Ilíada* e da *Odisseia*, obras relacionadas à tradição homérica. A *Ilíada* e a *Odisseia* relatam as lendas heróicas referindo-se às guerras que os gregos (denominados aqueus por Homero) fizeram contra Troia (ou Ílion), cidade do noroeste da Ásia Menor. A *Ilíada* relata um curto episódio do cerco a Troia. O próprio conflito, ainda que amplamente descrito, é o pano de fundo da récita dramática das paixões humanas que se enfrentam. A *Odisseia* conta as aventuras de Ulisses, rei de Ítaca, a quem, em virtude de numerosos perigos que encontra na estrada, foram precisos muitos anos após a Guerra de Troia para voltar à sua ilha.

Identifique, em ambos os trechos, elementos que caracterizem a forma da narrativa mítica, como registro de uma experiência passada na Grécia Antiga.

---

---

---

---

---

### Comentário

O fundamental é indicar a relação entre deuses e homens, a construção da narrativa que elege os deuses como os autores do relato e a opção pelo tempo passado, mas não datado para construir o relato.

Recomendo ao estudante que busque no *site* Domínio Público o acesso gratuito as obras completas.

---

## Os historiadores gregos e a "invenção" da História

Heródoto de Halicarnasso apresenta aqui os resultados de sua investigação, para que o tempo não apague os trabalhos dos homens e para que as grandes façanhas, realizadas ou pelos gregos ou pelos bárbaros, não caiam no esquecimento (HERÓDOTO apud DOSSE, 2003, p. 13).

Assim começa Heródoto a compor as suas *Histórias*, o relato das guerras médicas e do Peloponeso, entre 484 a.C. e 420 a.C. Suas *Histórias*, divididas em nove livros, buscam investigar a diferença e construir a identidade grega em relação ao mundo bárbaro, estrangeiro. Heródoto descreve, inventaria e delimita fronteiras temporais com base naquilo que ouve e que vê, estabelecendo uma distância entre o narrador e o seu relato, e com isso delimitando o espaço da objetividade e da verdade histórica.

Diferentemente da epopéia mítica, não são mais os deuses e as musas que se expressam para contar o passado dos homens, "História de Heródoto de Thourioi é o relato de sua investigação" (DOSSE, 2003, p. 14).

### **Filósofos de Mileto**

Homens de saber prático, acostumados a viajar, eram dedicados à política e ao trabalho intelectual. A partir de fatos particulares, conceituaram a realidade como um todo organizado e animado. Mileto era uma cidade grega, situada no território que hoje pertence à Turquia.

A atitude de Heródoto é própria ao universo da *pólis* grega, encontrada já nos **filósofos de Mileto**, como Tales, Anaxímanes e, sobretudo, Anaximandro, todos voltados para o exercício da investigação e da valorização do dado passível de comprovação.

Nesse sentido, *História* é a palavra que define uma nova atitude intelectual, caracterizada pelo espírito de investigação tanto no domínio da geografia quanto no da etnografia. O viajante ou o observador é, em primeiro lugar, um *histôr*, de acordo com a antiga tradição, "uma testemunha", "aquele que viu", aquele em quem se deve acreditar porque viu. Heródoto foi o primeiro, dentro dessa nova tendência de relato, a incrementar a descrição etnográfica, incorporando a ela o passado próximo e inserindo-a numa problemática mais ampla: especificamente, as guerras que foram tema de suas *Histórias*.

Assim, a guerra como acontecimento memorável consolidou esse novo tipo de relato. A história se associou à guerra, e fazer história seria, durante um bom tempo, contar a história de uma guerra, investigar as motivações e os desdobramentos de uma guerra precisa.

O método de investigação, segundo Hartog (1993),

apoiava-se primeiro no olho – a autópsia (o fato de ver em pessoa) – em seguida, na orelha (*akoê*), recebendo oralmente informações de pessoas que "sabem" ou que se considera que saibam (BURGUIÈRE, 1993, p. 378).

A orelha substitui o olho quando ver, ou ainda testemunhar presencialmente, é substituído pelo testemunho indireto de quem viu e contou. Nasce aí o princípio da noção de testemunho como forma de registro histórico.

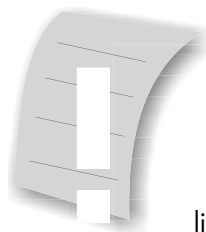
Com Heródoto, reflete François Dosse (2003), o corte entre o aedo e o *histôr* ainda não é radical, pois ele vai de cidade em cidade "como um rapsodo, para tornar conhecidos seus relatos nas leituras públicas, valorizando todas as técnicas de agradar" (DOSSE, 2003, p. 16). A busca da verdade do acontecimento é minimizada pela construção de um argumento, de uma problemática, que para Heródoto era, sem dúvida, o mundo grego projetado pela identidade helênica.

É contado pela tradição que Tucídides, quando criança, teve a oportunidade de ouvir Heródoto contar suas *Histórias* em Olímpia. Nessa época, muito se emocionou pela capacidade de Heródoto de envolver as platéias com sua forma de contar histórias.

Entretanto, o encantamento do jovem Tucídides não sobrevive à sua maturidade, ele passa a acusar Heródoto de "efabulador, propenso à invenção para preencher lacunas documentais" (DOSSE, 2003, p. 20). Tucídides desqualifica a obra de Heródoto,

cujas composições visam a agradar o ouvinte e não à verdade: trata-se de fatos incontroláveis cuja antiguidade condena ao papel de mitos os quais não se pode conferir (TUCÍDIDES apud DOSSE, 2003).

Assim, segundo Tucídides, Heródoto não é um historiador, mas um mitógrafo ou mitólogo, aquele que relata mitos. Ele, ao contrário, advoga para si o lugar do verdadeiro historiador, pois, preocupado com a busca da verdade, valoriza o testemunho presencial, reduzindo a operação histórica à restituição do tempo presente (DOSSE, 2003, p. 21).



Vale ressaltar que apesar de Tucídides desvalorizar Heródoto, quase o chamando de mentiroso, ambos operam com a noção de passado como forma de instruir as ações futuras, e em ambos, a história é exemplar. Fornece lições para as gerações futuras sobre os feitos e glórias dos gregos.

Além disso, os escritos de Heródoto podem hoje ser reinterpretados à luz das abordagens antropológicas e das análises do relato. Sua obra como um todo é um excelente documento para a história das representações (BURGUIÈRE, 1993, p. 379).

A vocação histórica incorporada por Tucídides penetrou profundamente na tradição histórica ocidental, traduzindo-se pela busca da verdade e pela preocupação com a comprovação factual do relato, ao mesmo tempo em que reservava ao historiador um lugar oculto de fala (DOSSE, 2003, p. 24). Assim,

no próprio nascimento do gênero histórico, encontra-se, portanto, a ilusão do autoocultamento do sujeito histórico e de sua prática de escrita para melhor dar ao leitor a impressão de que os fatos falam por si só (Ibid., p. 21).

Essa é uma ilusão que será compartilhada por gerações de historiadores, notadamente, no século XIX.



## 2. Atende ao Objetivo 2

"O saber ocidental considera, pois, que a História nasceu com os gregos"; Essa afirmação é feita pelo historiador francês Jacques Le Goff, em seu texto *História*, publicado na *Enciclopédia Einaudi*, em 1985. Comente a afirmação de Le Goff, apresentando três elementos fundadores da narrativa histórica grega.

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Em primeiro lugar, pode-se destacar a noção de testemunho como base para a produção do conhecimento histórico, que seja este produzido pelo ato de ver ou de ouvir.

Em segundo lugar, pode-se avaliar a valorização do específico por meio do relato temporalizado dos acontecimentos e da descrição das sociedades envolvidas em tais acontecimentos.

Em terceiro lugar, pode-se destacar o uso do passado como forma de instruir as ações no futuro.

---

## Arqueologia e História

Até agora, trabalham na perspectiva da história das representações históricas, buscando caracterizar o advento da noção ocidental de história na Grécia Antiga, suas principais diretrizes e fontes históricas. Entretanto, o estudo sobre o passado não se limita a suas formas narrativas, mas amplia-se para o estudo da cultura material, compreendendo tanto o sistema de objeto quando o conjunto de práticas sociais relacionadas ao seu uso. O estudo das formas passadas de cultura material passadas tem na arqueologia um importante espaço de reflexão.



**Cultura material** – A noção de cultura material surgiu nas ciências humanas e em particular na História a partir da formação da antropologia e da arqueologia e da influência exercida pelo materialismo histórico.

Marca sua distância em relação ao conceito de cultura, chamando atenção para os aspectos não simbólicos das atividades produtivas dos homens, para os produtos e utensílios, bem como para os diversos tipos de técnica empregada pelas diversas sociedades.

O estudo da cultura material privilegia as massas em detrimento das individualidades e das elites; dedica-se aos fatos repetidos, não ao acontecimento; valorizando o movimento lento das estruturas. O homem e sua materialidade corporal também fazem parte da cultura material. A constituição corporal humana enquanto suporte de significações sociais é importante para recompor o quadro geral de uma cultura ou de uma civilização. Da mesma forma, partindo de farrapos e moedas, pode-se delinear a cidade, a indústria, o comércio ou a troca e o tipo de consumo das várias classes da população. Assim, os objetos materiais são indícios, pistas através das quais é possível reconstituir um modo de vida, mesmo este não existindo mais.

Dessa forma, o estudo da cultura material busca considerar a imaginação humana e sua criatividade ao tomar como componentes centrais o espaço, o tempo e o caráter social dos objetos.

("Cultura Material", In: *Enciclopédia Einaudi*, v.16, p. 46-47)



Para o nosso estudo, vale indicar as contribuições que o campo da arqueologia trouxe para a ampliação da noção de fonte histórica, dentre as quais a mais importante foi a descoberta de novas formas de estudar a experiência social de homens e mulheres no passado, por meio da análise de sua cultura material, compondo, assim, uma referência que agrega informação ao documento escrito, e vice-versa.

Desde a segunda metade do século XIX, quando foi revelada a definitiva existência do homem pré-histórico, as ciências humanas foram confrontadas com a materialidade da cultura. A história já ampliava seu universo de fontes, mediante a descoberta de sistemas de objetos, os arranjos biológicos, cujos diversos vestígios sobre o solo são importantes testemunhos sobre como as sociedades se constituíram. O aparecimento das técnicas de datação, como a prova do carbono 14, permitiu o estudo do surgimento do homem na Terra, recuando no tempo alguns milhões de anos. A dualidade das fontes históricas se acentuou, assim, entre o material – objetos – e o imaterial – textos e tradições – e passou a interpor-se na história da espécie humana (SCHAPP apud BURGUIÈRE, 1993, p. 70-78).

Entretanto, é importante considerar que todo o sistema de objetos é portador de sentidos que ultrapassam as suas funções primárias. Dos grandes monumentos, tais como as pirâmides do Egito ou ainda as muralhas da China, até os mais simples jarros, os objetos funcionam porque possuem uma função e um sentido atribuídos pela prática social. Uma cadeira serve para sentar, mas se for um trono serve também para atribuir poder a quem nela se sinta.

Nesse sentido, destaca Schapp, "a arqueologia é responsável pelo mais íntimo objeto, pelo menor traço: tudo o que é observável lhe é de proveito" (SCHAPP apud BURGUIÈRE, 1993, p. 71). Assim, inseridos na paisagem ou preservado nas coleções, os traços do passado, monumentos ou objetos, são pretexto para um trabalho constante do imaginário. Objetos e monumentos, por sua conservação tão aleatória quanto ocasional, aguçam a imaginação e desfiem a inteligência.

Por fim, cabe apontar que "na relação da humanidade com o passado, os objetos e sítios constituem uma categoria de testemunhos um pouco particulares" (SCHAPP apud BURGUIÈRE, 1993, p. 72). Enquanto os documentos textuais ficam tradicionalmente sob a guarda de uma instituição, quer sejam mosteiros medievais, arquivos reais ou burocracia do Estado, os objetos da cultura material permaneceram ao saber das descobertas e da curiosidade. Sua particularidade reside justamente na forma como a cultura material é preservada ou, ainda, sobrevive à ação do tempo devido a seus restos, cabendo à arqueologia, em parceria com a história, desenvolver estratégias para identificá-los e estudá-los.



### 3. Atende ao Objetivo 3

Ao longo da nossa exposição, indicamos documentos textuais que, entretanto, não deixam de ser expressão da cultura material grega da Antiguidade, sendo assim documentos arqueológicos. Quais foram esses documentos, e que informações arqueológicas deles podemos indicar?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Resposta Comentada

Os textos citados foram principalmente os relacionados ao mundo homérico, à *Ilíada* e à *Odisseia*, às *Histórias* de Heródoto e à obra de Tucídides.

Em todos os exemplos, a própria existência material do texto já consiste num documento arqueológico. As formas como eles também sobreviveram à passagem do tempo indicam como boa parte das informações que temos sobre a Grécia clássica segue o princípio do objeto como testemunho de um tempo.

Em relação à *Ilíada* e à *Odisseia*, ambos são o testemunho da narrativa mítica, mas também contêm dados sobre a cultura material dos séculos IX, VIII e VII. No caso dos trabalhos de Heródoto e de Tucídides, o objeto material livro é uma nova forma de elaborar um relato histórico e o registro verbal desse testemunho.

---

"Os gregos inventaram a História": com essa afirmação podemos concluir a nossa aula. Entretanto, é fundamental considerar que o relato histórico desenvolvido na Grécia do século V não era único e tampouco se manteve imutável ao longo dos tempos.

Principalmente se considerarmos que todo documento textual não deixa de ser também a expressão de uma cultura material: o documento é portador de sentido e sujeito à ação do tempo. Assim, a perspectiva do relato histórico que os gregos deixaram de legado à história ocidental foi sendo avivada em diferentes momentos por distintas tradições. Da Roma Imperial ao Renascimento, os valores gregos foram sendo apropriados ao sabor dos usos que cada sociedade fazia do seu passado.

Portanto, na Grécia clássica, a História era antes de tudo contemporânea, militar e política; algumas vezes etnográfica, descrevendo costumes e valorizando aspectos da cultura material. Em seus procedimentos, a História, como conclui Hartog

esforça-se por pensar as mudanças e indicar as causas dos fenômenos. De bom grado, ela deixa os deuses fora do relato. A afirmação do gênero passa pela rejeição do *muthos* (mito), adversário que se escolhe e espectro que cumpre esconjurador para abrir sempre o espaço de um discurso verídico. Heródoto critica Hecateu de Mileto e seu *muthos* sobre o Oceano. Tucídides circunscreveu e denunciou os fabricantes de *mythodes* e Políbio combateu os autores que confundem história e tragédia. Narrativa, mais que descritiva, sem método claro que lhe seja próprio, a história, desde o início vive de empréstimos e adaptações (HARTOG apud BURGUIÈRE, 1993, p. 368).

## Atividade Final

Heródoto, Tucídides e Políbio passaram pelo exílio por certo tempo ou por muito tempo, geralmente por motivos políticos. No exílio, tiveram a oportunidade de viajar, conviver com o mundo não-grego e ponderarem na distância os fatos e acontecimentos com os quais se envolveram. Cada um deles, a sua maneira, instruiu as gerações futuras sobre os feitos dos gregos e dos romanos.

Desenvolva uma reflexão sobre o seu estudo, avaliando a forma de narrativa adotada pelos historiadores gregos, os tipos de testemunhos por eles utilizados e, por fim, o valor de tais obras como documento arqueológico.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Na sua reflexão, valorize a questão da busca da verdade pelo relato dos acontecimentos, diferenciando entre Heródoto e Tucídides a questão da objetividade do testemunho. Destaque a relação entre o ver e o ouvir como elementos importantes na elaboração dos testemunhos, e, por fim, considere os aspectos descritivos das obras, através dos quais informações importantes sobre a cultura material podem instruir pesquisas de cunho arqueológico. Vale destacar também que a própria sobrevivência de tais escritos já constitui em si mesma, objeto material, que aporta significação para o universo da *pólis* grega. Recomendo a você o *site* [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br), no qual poderá encontrar as obras completas de Heródoto e Tucídides.

---

## RESUMO

Na Antiguidade grega, a História e a poesia eram duas formas de narração do passado; ambas consideravam a experiência passada como algo concreto. No entanto, para a poesia, o passado era imemorial, e para a História, datado e recente.

O mito e a sua expressão por meio da narrativa poética tinham uma função concreta: a de dar resposta a problemas vividos. Não era uma máxima moral como a narrativa evangélica, mas um sentido de fundação de uma identidade helênica.

No universo da *pólis*, no século V a.C., surgiram as primeiras formas de relato histórico, com uma preocupação clara em instruir as gerações futuras sobre o que aconteceu aos gregos, sobre sua

identidade, sobre suas guerras, sobre seus costumes em relação a tudo que não era grego, enfim, aos bárbaros. Nesse registro a história é mestra, e o passado, exemplo a ser seguido ou não pelo futuro.

A *historia magistrae* se define na Grécia clássica como regime de historicidade ocidental. Entretanto, a noção de História que se elabora na Grécia Antiga não é única e nem sempre foi a mesma, a continuidade do nome e a lenta formação de uma tradição até os dias de hoje não devem esconder nem as diferenças, tampouco as rupturas.

## **Informações sobre a próxima aula**

Na próxima aula, estudaremos a escrita da História na Idade Média, o significado de história teológica, o relato hagiográfico, as gestas e crônicas principescas, as relações entre poder e saber no agenciamento dos documentos históricos, assim como o documento iconográfico e sua importância para o estudo do período medieval.

# Aula 8

O medievo  
e suas fontes

## Meta da aula

Apresentar as noções de História e de documento histórico no período medieval.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar o advento do Cristianismo com a elaboração da noção de tempo na Idade Média;
2. reconhecer as formas de escrita da história na Idade Média;
3. identificar os principais tipos de documento para a história medieval.

## Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que tenha estudado na primeira aula as origens do pensamento histórico e, na Aula 7, o significado de regime de historicidade.



## INTRODUÇÃO

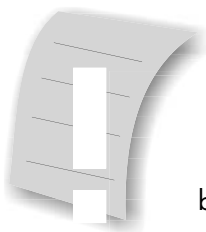
Envolta em brumas ou em trevas, com paralelos sobre o atual e o antigo, o imaginário sobre a Idade Média é alimentado por uma variedade de meios da indústria cultural. Não é de hoje que as histórias em quadrinhos tomaram príncipes valentes como motivo para se apropriarem do passado medieval e projetarem no presente os medos e as expectativas de nossos tempos.

Igualmente, as obras literárias e cinematográficas investiram na nossa imaginação. Recriaram mosteiros, onde crimes dignos do detetive inglês Sherlock Holmes se misturavam às tradições monásticas de cópia dos documentos antigos, como no clássico de Umberto Eco, *O nome da rosa*.

No cinema, do já clássico *Excalibur* (John Boorman, 1981) ao recente *Cruzadas* (*Kingdom of Heaven*, Ridley Scott, 2005), passando pelos dois corações, o *Coração de dragão* (*Dragonheart*, Rob Cohen, 1996) e o *Coração de cavaleiro* (*A Knight's Tale*, Brian Helgeland, 2001), os filmes incorporaram a temática da Idade Média, acrescentando rostos e paisagens à nossa imaginação.

Entretanto, para além da nossa imaginação, nos mil anos que circunscrevem o medievo europeu, forjou-se uma nova forma de pensar o tempo e de se relacionar com o passado. O Cristianismo e a consolidação do poder da Igreja Católica no Ocidente estreitaram as relações entre saber e poder, redefinindo as formas de registro histórico, sua narrativa e função explicativa do mundo.

Nesta aula, estudaremos as mudanças no pensamento histórico ocidental durante o período medieval, suas principais formas de escrita e seus locais de produção, bem como a concepção de documento vigente no período.



O período que vai do século V ao século XIV circunscreve um conjunto significativo de transformações no continente europeu, bem como nas formas de lidar com as regiões com as quais a Europa mantinha relações comerciais ou políticas. A ideia de "processo histórico" entra em nossas reflexões como fundamento para explicar as mudanças ocorridas na forma de registro histórico e, ainda, para nos auxiliar a compreender e trabalhar com esses mesmos registros como fontes para o estudo da Idade Média.

Dessa forma, esse período foi dividido em dois subperíodos, a saber: o primeiro, que vai do século V ao XII, dominado pela história cristã de cunho teológico; e o segundo, que segue do século XII ao XV, caracterizado pelas crônicas e gestas dos reis e príncipes, ambientada no renascimento urbano. Ao segundo momento é atribuído o nascimento de "uma consciência ativa da História" (BOURDÉ; MARTIN, 1983). Assim, temos duas modalidades próprias da mentalidade histórica medieval: as biografias de santos (hagiografias) e os relatos de peregrinação aos locais sagrados (uma espécie de crônica das Cruzadas), e a historiografia urbana (LE GOFF, 1985).

## Cristianismo, tempo e história

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, o Cristianismo foi visto como uma ruptura, como uma revolução na mentalidade histórica. A partir da doutrina cristã, a história adquiria um sentido, um *telos*, delimitada por três referenciais temporais: a criação, início absoluto da história; a encarnação, início da história cristã e da história da salvação; e o juízo final, fim da história.

Os vários estudiosos da Idade Média, dentre os quais Marc Bloch, são enfáticos em afirmar que "o cristianismo é uma religião de historiadores" (apud LE GOFF, 1985, p. 190). De acordo com tais estudos, o Cristianismo teria substituído as concepções antigas de um

tempo circular pela noção de um tempo linear, e teria orientado a história, dando-lhe um sentido. Sensíveis às datas, os escritos cristãos procuravam datar a criação, os principais pontos de referência do Antigo Testamento e, com maior precisão possível, o nascimento e a morte de Jesus. Portanto, o Cristianismo, como religião histórica apoiada na História, teria dado à história do Ocidente um impulso decisivo (LE GOFF, 1985).

Entretanto, apesar de ser uma religião histórica, o tempo do Cristianismo não era exclusivamente linear, pois previa, na sua liturgia, o eterno retorno rumo à salvação. Assim, mesmo fornecendo um sentido à história, o tempo da doutrina cristã ainda misturava a esfera do sagrado à dimensão humana. Em seus registros, a ausência de uma datação precisa e a valorização dos registros dos dias, em detrimento dos anos, expressam a inexistência da noção de cronologia pautada na ação exclusivamente humana. Os desígnios de Deus estavam no primeiro plano da lógica narrativa da história cristã da Alta Idade Média.

## **Nascimento da história cristã na Alta Idade Média**

Identifica-se, nos estudos sobre historiografia medieval (BOURDE; MARTIN, 1983; TÉTARD, 2000), a existência de três gêneros de registro histórico, próprios à Alta Idade Média:

1º gênero: produção hagiográfica. Inclui-se neste gênero a narrativa da vida dos santos, os relatos de milagres, as translações de relíquias e as listas episcopais. A partir de então, os atos feitos de Deus e dos seus servos ocupam o primeiro lugar na cena histórica.

A estrutura da narrativa adotada apoiava-se num modelo padrão que tinha uma dupla função: por um lado, fundar uma pseudolinagem episcopal; por outro, estabelecer o bispo no seu papel de pai dos fiéis. Além disso, a vida dos santos assumia a função de exemplaridade para a comunidade de fiéis. Estabelece-se

**São Gregório de  
Tours (c. 538-17  
de novembro  
de 594)**

Historiador galo-romano e bispo de Tours. Filho de família senatorial de Auvergne e educado por dois tios bispos, foi ordenado diácono em 563 e eleito bispo de Tours em 573.

Reconhecido pelos relatos que fez sobre os acontecimentos da época em que viveu na Gália, Grégoire de Tours adotava um estilo narrativo moldado pela fé inabalável no poder do milagre, estilo próprio às crenças do seu tempo. Entretanto, o relato que fez da peste que assolou Marselha em 588 indica que por muito que Grégoire de Tours estivesse preocupado em ler os sinais da intervenção divina neste mundo, foi também um observador atento do real, narrando com precisão tudo aquilo que observava.

(BOURDE; MARTIN, 1983, p. 15).

assim a proeminência do modelo de uma história exemplar sobre o modelo pautado na observação; a idéia de história exemplar vai marcar por muito tempo a historiografia medieval.

2º gênero: Anais e crônicas. Os primeiros relatam secamente os fatos ano a ano e dão um bom lugar aos acontecimentos políticos e militares. Contudo, esses anais são, na maioria das vezes, escritos em mosteiros, e trazem a marca da preocupação de seus autores. A crônica é, a princípio, um gênero com pretensões muito amplas, dentre os quais o de descrever e explicar os acontecimentos a partir da fé. O mais famoso dos cronistas da Alta Idade Média foi **Gregório de Tours**.

3º gênero: biografias ou autobiografias, também inspiradas em obras antigas, contudo adaptando o relato ao modelo cultural carolíngio (séculos VIII-X), ou seja, de um humanismo devoto impregnado de tradição latina.

Uma das principais obras desse gênero foi escrita pelo monge beneditino Eginhard (775-840), denominada a "Vida de Carlos Magno". Eginhard foi admitido no ciclo do imperador Carlos Magno em 792, tornando-se secretário do imperador. Durante este período escreve sua obra com base em abundante documentação, composta por documentos oficiais e da correspondência de Carlos Magno. Para compor sua história ele mobiliza o conhecimento dos historiadores da Antiguidade latina, como Tito Lívio, confrontando informações recolhidas sobre Carlos Magno com os traços típicos dos imperadores romanos. Para François Dosse,

Com essa obra, desenha-se uma história profana, o que era raro, mas ela exemplifica o projeto comum aos reis e aos bispos, nesses tempos carolíngios, o de realizar um vasto projeto político e religioso (DOSSE, 2003, p. 220).



Um dos principais debates nos estudos de historiografia medieval é sobre a distinção dos gêneros e a existência de uma perspectiva propriamente histórica do passado. Contudo, se os autores da Alta Idade Média (que se estende até o século XII) dão provas de uma ausência geral de sentimento histórico, isso acontece porque a história desse período não é realmente apropriada pelo homem. A história, nesse contexto, não passa de aplicação dos desígnios divinos sobre a humanidade. Assim, o gênero hagiográfico exerce todo o seu peso sobre o gênero histórico, com risco de se confundir com ele.

Portanto, é possível estabelecer uma identidade entre hagiografia e historiografia no período medieval. Os dois gêneros se preocupam com autenticidade e veracidade dos fatos, sempre rodeados de todas as garantias de lugar e de data. Perseguem o mesmo objetivo: evitar que os fatos notáveis caiam no esquecimento.

Ainda assim, o que fica mais evidente é a diferença estrutural entre os gêneros. A hagiografia não recolhe necessariamente os fatos verdadeiros, mas "constitui" a verdade de fenômenos maravilhosos, rodeando-os de todas as garantias desejáveis. Não se pauta numa cronologia, mas num conjunto de fatos ou provas para validar uma instituição ou legitimar um culto.

O tempo circular da liturgia exerce sua atração sobre a hagiografia

A historiografia, representada pela crônica, em contrapartida, registra fatos verdadeiros, junto a outros mal estabelecidos, ou seja, sem comprovação factual. Em termos de visão de tempo, por mais providencialistas que fossem os historiadores, define a História como um relato verdadeiro, baseado na cronologia. Assim, o sentido de duração marca esse tipo de registro da história.

## História teológica

Apesar da diversidade dos gêneros de narrativa da Alta Idade Média, o modelo de narrativa histórica que prevaleceu no espaço historiográfico medieval, a partir do século VI, foi o da história teológica, com sua visão unificadora e orientada do devir histórico.

Segundo essa perspectiva, a interpretação dos desígnios divinos é anterior à investigação das razões humanas; assim, a lógica moral ou espiritual vence o vivido. Não se limita o uso dos relatos anteriores, os fatos passados não são inatingíveis, e a história se torna um repositório, no qual se vão buscar fatos-provas e fatos-argumentos para dar veracidade ao discurso religioso. Este se apoia na autoridade cada vez mais forte da Igreja, assim, saber e poder tornam-se faces da mesma moeda.

Dentre as referências fundadoras da história teológica, encontra-se a obra de Eusébio (c. 265-c. 341), bispo de Cesaréia. Os dez livros que compõem a coleção "História da Igreja" fornecem inúmeras informações sobre a vida da Igreja primitiva (perseguições). Seus escritos, entretanto, celebram antes de tudo o triunfo da Igreja, limitando a lógica factual ao efeito da vontade divina. Assim, a obra de Eusébio imprime ao modelo de história medieval uma leitura finalista do tempo.

Segundo Tetard,

"Eusébio organiza a cronologia em torno do saber bíblico, da Criação ao Juízo Final. Essa perspectiva afirma o desejo da história eclesial de ser um conhecimento, comum e revelado, apto a concorrer com a cultura greco-latina e perenizar o esforço dos primeiros evangelizadores. Em Eusébio, a história da humanidade sendo revelada já não permite nem lacunas nem dúvidas: daí a sua inclinação universalista e enciclopedística" (TETARD, 2003, p. 35).

Prolongando a perspectiva providencialista de Eusébio, encontra-se Santo Agostinho (354-430). Em sua clássica obra *A cidade de Deus*, encontra-se o esquema dominante para pensar a história. Em linhas gerais, essa obra afirmava que a Cidade Terrestre, partilhada entre cristãos e pagãos, e reunida sob a forma de Império Romano, está em marcha para a Cidade Celeste. No seio da Cidade Terrestre, para a guiar, a Civitas Dei ("Cidade de Deus") está já presente sob a forma de Igreja.

Em Santo Agostinho, o sentido profundo da história reside nas conquistas da Igreja, instituição criada por Deus para associar os homens à sua própria beatitude. Dessa visão resulta um estatuto político e histórico particular dos cristãos, peregrinos pelo mundo terrestre, para a conquista da Cidade Celeste pela obediência a Deus, representado pela instituição Igreja (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 37).

Partindo dessa lógica, complementa Tetard (2003),

"a Igreja e seus historiadores herdaram uma missão histórico-predicativa. A história já não é senão a memória da viagem para a felicidade, coletânea de exemplos oferecidos à pregação" (p. 37).



---

## 1. Atende ao Objetivo 1

Leia atentamente o seguinte trecho da obra de Santo Agostinho, *A cidade de Deus*.

Comente as considerações de Santo Agostinho sobre o tempo, discutindo a ideia de que o Cristianismo é uma religião histórica.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines, typical of notebook paper. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

O trecho de Santo Agostinho aponta para uma percepção de tempo absoluto, portanto a histórico. Assim, a noção do Cristianismo como uma religião histórica deve ser apresentada levando-se em consideração que a história que se conta não é a história da experiência humana, mas aquela que busca a comprovação da existência de Deus, por meio da identificação das provas dos seus desígnios.

Dessa forma, apesar de ser correto afirmar que o Cristianismo é uma religião histórica, essa afirmação deve ser matizada pelo tipo de história com o qual o Cristianismo se identifica: uma história teológica, fundada no tempo litúrgico, da Criação ao Juízo Final.



## Os sentidos da história na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)

Até o século XII, pode-se falar de uma ampla indiferença pelo tempo, que é concebido e vivido essencialmente como tempo natural (ciclo das estações e dos meses) e como tempo litúrgico (organizado também em cadências fixas). Os acontecimentos históricos interessam mais pela sua importância simbólica do que pelos seus antecedentes e sequências. Contudo, um sentido novo do tempo vai despertar no século XII, por conta das transformações históricas associadas ao desenvolvimento geral das trocas e do florescimento de uma cultura urbana. Nesse novo contexto, o homem assume um papel ativo diante da natureza, transformando-a por meio do seu trabalho.

Nasce também uma nova visão de história baseada em algumas características.

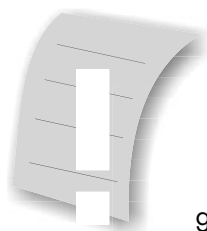
A primeira delas é o providencialismo. A história, nesse contexto, faz sempre referência às obras e aos atos da humanidade, sob a orientação da Providência, a suprema sabedoria de Deus, que fornece sentido a todas as coisas. Destacam-se os escritos de clérigos, em geral, vivendo em meio a príncipes e casas da nobreza medieval.

A segunda associaria o passado à noção de legado, através do qual cada novo momento se valeria da herança das gerações anteriores. Tal característica dominava a história das instituições religiosas e dos valores morais.

A terceira característica imprimia à sequência dos acontecimentos uma finalidade. Assim, tudo o que aconteceu no passado era ordenado de modo a justificar o presente. A narrativa histórica incorporaria a doutrina teleológica, segundo a qual o mundo é concebido como um sistema de relações entre meios e fins.

A quarta e última característica estaria associada à elaboração de uma periodização para a "aventura humana", transformando o conceito de tempo numa ferramenta conceitual para se pensar as mudanças sociais. Vários esquemas temporais podem ser

encontrados para organizar a vida dos homens na Terra. Assim, a divisão da história pode ser a mesma que a dos dias da semana, que são também os dias da Criação: seis dias, seis idades da humanidade (a de Adão, a de Noé etc.), o sétimo sendo o repouso e a beatitude. Ou ainda, esquemas menos marcados pela teologia, como aquele que se refere à transferência da soberania imperial ao longo dos séculos dos romanos aos francos, ou ainda, aquele que se orienta pela transferência do saber, ou seja, o movimento da civilização ocidental, de Péricles a Carlos Magno, para se fixar, no século XII, nas abadias e nos mosteiros. Segundo esses esquemas mais laicizados, o destino do Ocidente é orientado pela política e pelo saber.



Vale ressaltar que as quatro características se reúnem num modelo comum de história, como relato dos acontecimentos passados, que ganharia coerência entre os historiadores e cronistas do século XII em diante. Passariam a se preocupar com a investigação causal entre os fatos; entretanto, as causas humanas seriam sempre determinadas pelos desígnios divinos.

Todas essas características estavam presentes na narrativa do principal acontecimento que marcou a cristandade no Ocidente medieval: as Cruzadas.



As Cruzadas são tradicionalmente definidas como expedições de caráter "militar" organizadas pela Igreja, para combaterem os inimigos do Cristianismo e libertarem a Terra Santa (Jerusalém) das mãos desses infiéis. O movimento estendeu-se desde os fins do século XI até meados do século XIII. O termo Cruzadas passou a designá-lo em virtude de seus adeptos (os chamados "soldados de Cristo") serem identificados pelo símbolo da cruz bordado em suas vestes. A cruz simbolizava o contrato estabelecido entre o homem e Deus. Era o testemunho visível e público de engajamento individual e particular na empreitada divina. Partindo desse princípio, podemos afirmar que as peregrinações em direção a Jerusalém, assim como as lutas travadas contra os muçulmanos na Península Ibérica e contra os hereges em toda a Europa ocidental, foram justificadas e legitimadas pela Igreja, por meio do conceito de Guerra Santa – a guerra divinamente autorizada para combater os infiéis. O movimento cruzadista foi motivado pela conjugação de diversos fatores, dentre os quais se destacam os de natureza religiosa, social e econômica. Em primeiro lugar, a ocorrência das Cruzadas expressava a própria cultura e a mentalidade de uma época, ou seja, o predomínio e a influência da Igreja sobre o comportamento do homem medieval devem ser entendidos como os primeiros fatores explicativos das Cruzadas. Tendo como base a intensa religiosidade presente na sociedade feudal, a Igreja sempre defendia a participação dos fiéis na Guerra Santa, prometendo a eles recompensas divinas, como a salvação da alma e a vida eterna, por meio de sucessivas pregações realizadas em toda a Europa. Adaptado de (<http://www.brasilecola.com/historiag/cruzadas.htm>)

Pregada por Urbano II, a primeira Cruzada (1096-1099) tinha o objetivo de libertar Jerusalém, em mãos dos muçulmanos desde 636. O sucesso dos pregadores a transformou numa Cruzada bastante popular. Do ponto de vista da cultura e das mentalidades, as cruzadas expandem o mundo conhecido e redefinem a perspectiva temporal, incorporando aquela experiência humana e sua diversidade. Assim, escreve Tetard, "o horizonte sobrenatural do religioso sofre subitamente a concorrência de uma realidade maciça de uma experiência longínqua, dispendiosa em dinheiro, em tempo e em vidas" (TETARD, 2000, p. 46).

Do ponto de vista da historiografia medieval, as Cruzadas possibilitaram a consolidação do gênero "crônica". Já na primeira Cruzada, um cavaleiro teria deixado a "História Anônima da 1ª Cruzada", preciosa fonte de informação para outros autores, dentre eles Guibert de Nogent, que, mesmo sem ter ido ao Oriente, retira daquela fonte dados suficientes para a história da primeira Cruzada. Entretanto, foi somente com a quarta Cruzada e seu épico objetivo, a tomada de Constantinopla, que os relatos se multiplicaram para justificar o que parecia ser um objetivo insano.

François Dosse nos conta que Godofredo de Villehardouin, marechal de Campagne que era um dos principais chefes da expedição, dita, a partir de 1207, sua "História da conquista de Constantinopla". Para compor tal relato, utilizou-se tanto dos documentos oficiais quanto das notas que tomou ao longo dos acontecimentos (DOSSE, 2003, p. 115). Sua versão foi composta com o objetivo de dar coerência e sentido ao acontecimento, expressando a incorporação do princípio teleológico a esse tipo de registro.

Dentre os cronistas que se dedicaram a escrever sobre as Cruzadas, a literatura especializada (TERTARD, 2000) destaca a figura de Jean Joinville (1225-1317), integrante da sétima Cruzada ao lado do rei Luís IX, reconhecido posteriormente como São Luís. A crônica que resulta dessa experiência integrou um projeto mais amplo, o de escrever a própria história do rei. Foi finalmente publicada em 1309, sob o título História de São Luís, a pedido de Joana de Navarra, esposa de Filipe, o Belo, neto de Luis IX.

Joinville não se limita a mostrar o rei em sua devoção, mas também o guerreiro. E o cavaleiro, enfim, um ser humano. Na sua narrativa, evitou recorrer à ideia de providência divina para explicar os acontecimentos, relatando como um leigo a trajetória do rei. Como gozou da intimidade do monarca em diversos momentos de seu relato, ocupou-se de testemunhos que teve a oportunidade de solicitar ao seu biografado.

Além da biografia do rei, Joinville foi responsável por descrições detalhadas da vida e dos costumes do mundo muçulmano. Em sua narrativa, além de detalhes sobre o pitoresco, descreveu a vida econômica e cotidiana, compondo um quadro de representações de um cruzado, imerso nos ideais da cristandade, sobre o mundo muçulmano.

## Os cronistas dos séculos XIV e XV

Nos últimos dois séculos da Idade Média, a escrita da História começa a superar os limites do *scriptorium* dos mosteiros, local onde monges copistas limitavam-se a conservar a tradição, copiando textos santos. Os historiadores dos séculos XIV e XV,

tomam a chave das cidades e das cortes principescas, retomando o gênero antigo, o das crônicas, cuja regra é dar conta dos acontecimentos em ordem cronológica. Entretanto, os cronistas do fim da Idade Média enriquecem o gênero por seu cuidado em adornar o relato (DOSSE, 2003, p. 119).

Assim, desenvolvem regras retóricas e o modelo causal para "historiar a matéria", nas palavras de um dos mais famosos cronistas da época, Froissart (1337-1404). Ainda segundo esse autor, o cronista tinha o dever de agradar ao público, composto por uma nobreza de guerra, que não escrevia e que mal sabia ler, mas que era ávido por façanhas que ilustrassem seu prestígio e sua posição social privilegiada (DOSSE, 2003, p. 119).

O cronista, segundo esse princípio, era considerado um propagandista dos valores da nobreza, oferecendo um espetáculo contínuo de façanhas militares, festas, banquetes e grandes atos diplomáticos. Além disso, devia cumprir o papel de mediador das regras do código de honra dos cavaleiros para as futuras gerações, apresentando, assim, um novo programa para o discurso histórico, que valorizava a sua função educativa e prescritiva.

A dependência dos cronistas aos príncipes se estende ao século XV, criando uma expectativa, em relação ao seu trabalho, pautada em dois princípios: exaltar os feitos do príncipe e manter a coesão dos Estados.

Essa perspectiva limitava o horizonte historiográfico do final da Idade Média, que se restringia aos fatos militares e à vida na corte, numa soberba ignorância sobre o povo, além de abusar de uma narrativa "empolada", que tinha como obrigação tomar a defesa do príncipe ou mecenas.

No entanto, vale destacar que, apesar da dependência política dos historiadores da corte, eles escrevem a história como observadores, como se não participassem dela. Esse gesto de afastar-se do relato com o intuito de criar uma objetividade da narrativa anuncia a historiografia dos tempos modernos. Assim, a história se assume como testemunho das aspirações coletivas, tornando-se veículo privilegiado de um emergente sentimento nacional.



## 2. Atende ao Objetivo 2

A crônica foi a forma de relato que esteve presente ao longo de toda a Idade Média, e hoje constitui uma preciosa fonte para o seu estudo. Entretanto, esse gênero sofreu transformações entre a Alta e a Baixa Idade Média. Caracterize esse tipo de relato nos dois períodos.

[illegible]

## Comentário

A crônica na Alta Idade Média era um gênero que tinha como objetivo compor um relato coerente das ações humanas sob os desígnios da fé. O mais famoso cronista foi Gregório de Tours. Dentro desse período, a crônica se constituía segundo o modelo da história teológica, devotada à memória dos fatos notáveis da cristandade.

A crônica consolida-se como gênero de narrativa histórica com as Cruzadas, a partir do século XII, constituindo-se como um relato de acontecimentos políticos e registro de costumes diferentes. Desde então, a crônica, apesar de não se afastar radicalmente do modelo da história teológica, providencialista e teleológica, vai aos poucos assumindo a função política de representar a nobreza e a sociedade aristocrática, com seus códigos de cavalaria e seus valores morais.

## Documentos para estudar a Idade Média

As fontes para o estudo da Idade Média são muitas, e são definidas, necessariamente, em função da problemática a ser tratada. No entanto, do ponto de vista da história das representações e das formas de registro da experiência social, podemos destacar um conjunto de três fontes, que nos permite avaliar uma perspectiva comum sobre o tempo: relato de peregrinação, inquéritos judiciais e iconografia (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 20-22).

Os autores dos relatos de peregrinação atingem uma determinada medida de tempo vivido, associada ao seu trajeto até Jerusalém. Indicam as principais etapas da sua viagem, por vezes com data e hora de chegada. Entretanto, esses autores não tinham uma ideia diferente do passado e uma outra relação com o tempo. Evocavam os acontecimentos de forma imprecisa, geralmente usando os mesmos advérbios tais como *outroora*, *há muito tempo*, *há algum tempo* etc.

Um traço mais geral reside na presentificação dos grandes acontecimentos da história santa. Dessa forma, o que está situado no presente se refere à salvação, porque geralmente revivido na representação sagrada. Era no presente que se comprovava o desígnio de Deus e da providência.

As fontes jurídicas medievais, geralmente associadas a uma região ou feudo, também apresentam um domínio difuso do passado. Organizada a partir de inquéritos testemunhais sobre, por exemplo, disputas de domínio entre aldeias ou comunidades rurais, sua fonte é basicamente oral e, portanto, atrelada fundamentalmente à memória. Os idosos e os notáveis eram as testemunhas preferenciais, comprometendo a qualidade da recordação. Evidencia-se uma acuidade maior dentre os testemunhos de clérigos, côsules ou pessoas associadas às atividades mercantis.



Em geral, a medida de tempo passado era imprecisa, apoiando-se em referências como calendário das atividades rurais, festas religiosas ou, ainda, marcos institucionais, do tipo "quando fulano era bispo". Habitualmente, arredondavam-se as idades e as distâncias no tempo, por fatias de cinco ou dez anos, sendo considerado pertencente aos tempos imemoriais tudo aquilo que fosse anterior à vida das testemunhas.

Finalmente, o testemunho iconográfico também evidencia a confluência do tempo litúrgico com os acontecimentos contemporâneos à Idade Média. A imagem a seguir ilustra bem essa estratégia.



**Figura 8.1:** *Adoração dos magos*, por Jean Fouquet. Esta iluminura pertence ao Livro de Horas de Étienne Chevalier (França, século XV).

Fonte: [http://content.answers.com/main/content/wp/encommons/thumb/c/cb/250px-L\\_Adoration\\_des\\_Mages.jpg](http://content.answers.com/main/content/wp/encommons/thumb/c/cb/250px-L_Adoration_des_Mages.jpg), capturado em 15/1/2008.



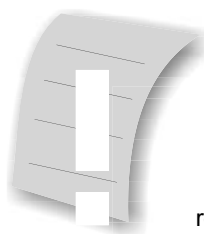
Livro de Horas – No final da Idade Média manifesta-se a necessidade de um livro que tornasse acessível aos leigos certos elementos do breviário utilizado pelos padres. De acordo com esse modelo litúrgico, desenvolveu-se lentamente, durante o século XIV, um livro de devoções privadas que retoma o papel anterior do saltério. Apesar das variações de formato e da abundância de ilustrações, todos os Livros de Horas são concebidos segundo um mesmo esquema, que, no entanto, sofre exceções: começam com um calendário elaborado exclusivamente em função das festas religiosas. Seguem-se numerosas preces. Estas, compostas em grande parte de salmos, seguem o ritmo cotidiano — matinas, laudas, prima, terça, sexta e nãa, as vésperas e as completas escalonam o dia. O Livro de Horas foi o *best seller* da Baixa Idade Média, sendo que seu uso sempre ficou limitado à leitura privada, alheia às cerimônias públicas e coletivas. Todos tinham seu Livro de Horas, muitas vezes o único da estante. Mesmo os analfabetos, que decoravam suas orações. Modestos ou suntuosos, exerceram um papel de suma importância social, seja como cartilha para o aprendizado da leitura, seja como símbolo da riqueza de seus possuidores — podiam valer tanto quanto grandes propriedades, até figuravam nos inventários. Com o Livro de Horas a iluminura alcançou o pináculo da perfeição, assim como um esplendor jamais igualado. Beneficiou-se da conjunção de numerosos grupos de artistas excepcionais com duas ou três gerações de príncipes bibliófilos, opulentos e generosos.

Trata-se de uma iluminura do século XV, e nela podemos distinguir, no primeiro plano, o acontecimento litúrgico representado pela revelação. É um acontecimento imemorial, um fato suspenso no tempo. Entretanto, os demais elementos da pintura se referem a um tempo datado, indicado pelos detalhes da indumentária, do tipo da figuração e dos acontecimentos representados no segundo plano.

Nesse caso, a revelação, pertencente a uma ordem atemporal, projeta-se num presente histórico identificado com o reinado de Carlos VII. A guarda pessoal do rei é apresentada em detalhe, com cuidado na representação dos trajes e do armamento. No fundo, uma cena de batalha comemora possivelmente a libertação de Pont-Audemer pelas tropas reais.

Assim, na cena, coabitam a reportagem e a evocação do imutável. O pintor empresta aos Reis Magos a aparência, o hábito e a escolta do soberano do século XV, tempo no qual se situa. Produziu, dessa forma, um encaixe entre um fato de revelação e um fato da história contemporânea (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 21).

Também nas crônicas, já tratadas anteriormente, encontramos as justaposições entre passado e presente, encaixes entre o plano divino e o humano, onde domina um passado imperfeito, com flutuações cronológicas e inexatidão de datas.



A grande contribuição medieval em relação ao tratamento de documentos históricos reside na valorização do relato oral e do seu registro como testemunho de seu tempo, criando a noção de tradição oral. A outra contribuição foi a organização de bibliotecas nos mosteiros e abadias, atividade própria da cultura monástica do *scriptorium*; e, por fim, a divulgação do conhecimento por meio do registro impresso.



### 3. Atende ao Objetivo 3

Caracterize as três principais formas de narrativa histórica produzidas no medievo.

[illegible]

## Comentário

Os relatos de peregrinos, registros judiciais e a iconografia. Cada qual produzia um determinado registro da experiência social. Os relatos de peregrinos, junto com as hagiografias e as crônicas da vida da corte, eram as principais formas de registrar a experiência social de um mundo mediado pela ordem divina.

Os registros judiciais, como testemunhos indiretos, mesmo sem a intenção de contar uma história para a posteridade, possibilitam o acesso a uma experiência cotidiana por meio do registro das casualidades legais.

A iconografia, principalmente aquela associada ao Livro de Horas e aos calendários, eram ilustradas com rituais da vida cotidiana, construindo uma narrativa em imagens.

---

Bernard Guené, numa avaliação geral da história na Idade Média, revela as seguintes características:

1. Os historiadores medievais tinham uma visão clara de história como um relato simples e verdadeiro.
2. Só registram os fatos (gesta) realizados por atores eminentes, tais como reis, príncipes e a nobreza.
3. A história não é uma disciplina autônoma; é uma ciência auxiliar da moral e da teologia. Somente ao final da Idade Média adquiriu certa autonomia.

A variedade de historiadores se definiu em função do local de produção do saber medieval e sua relação com o poder político e religioso. Assim, nos mosteiros, os monges foram responsáveis por valorizar e perenizar a história teológica; na cidade, o historiador das cortes e das praças era o cronista que tornava públicos os feitos da nobreza; por fim, o historiador de gabinete, figura típica do final da Baixa Idade Média, associado aos primeiros trabalhos de erudição.

## Atividade Final

---

Analise os documentos, identificando o gênero e o período da história medieval ao qual se relaciona.

### Documento 1

Antes de descrever as lutas dos reis com as nações adversárias, dos mártires com os pagãos, das igrejas com os heréticos, eu desejo confessar minha fé, para que aquele que me leia não duvide que sou católico. Eu quis também, para aqueles que se desesperam com a aproximação do fim do mundo, indicar claramente o número de anos que escorre desde o começo do mundo, recolhendo nas crônicas e histórias um resumo dos fatos passados. Mas antes, eu suplico aos leitores que me desculpem se nas cartas e nas sílabas me acontece de transgredir as regras da arte da gramática, pois não as possuo plenamente.

Meu único cuidado é reter sem nenhuma alteração nem hesitação do coração aquilo que nos ordena acreditar na Igreja, pois sei que aquele que se tornou culpado de pecados pode obter o perdão de Deus pela pureza de sua fé.

Quanto à cronologia desse mundo, as Crônicas de Eusébio, bispo de Cesareia, e de padre Jerônimo, expõem claramente, apresentando um cálculo de toda a série dos anos. Por sua vez, Horósio, que fez pesquisas muito diligentes, reuniu em um volume a cronologia completa, desde o começo do mundo até o seu tempo. Victorius também fez a mesma coisa, assim como uma pesquisa sobre a data das solenidades da Páscoa. Seguindo os exemplos dos escritores pré-citados, nós nos propomos, se o Senhor condescender-nos e nos prestar Seu socorro, de calcular todo o conjunto dos anos, desde a criação do primeiro homem até o nosso tempo. Assim, nós chegaremos mais facilmente se começarmos pelo próprio Adão.

História dos francos (c. 591), Gregório de Tours, In: <http://www.ricardocosta.com/textos/livrol.htm>.

## Documento 2

No tempo que governavam os três estados, começaram a levantarem-se uns tipos de gentes que se chamavam companheiros e que saqueavam a todos que levavam cofres. Digo que os nobres do reino da França e os prelados da santa Igreja começaram a se cansar da empresa e da ordem dos três estados. Deixaram atuar o preboste dos comerciantes e alguns burgueses de Paris, mas intervinham mais do que desejavam.

Sucedeu um dia que o duque da Normandia estava em seu palácio com grande quantidade de cavaleiros e o preboste dos comerciantes reuniu também grande quantidade de comunas de Paris que eram de sua seita e de seu partido. Todos levavam gorros iguais para reconhecerem-se. Este preboste se dirigiu ao palácio rodeado por suas gentes e entrou na câmara do duque. Com grande acrimônia requereu que se ocupasse dos assuntos do reino e mantivesse conselho, de modo que o reino que devia herdar estaria bem protegido daqueles companheiros que o dominavam, saqueando e roubando por todo o país. O duque respondeu que se ocuparia com muito gosto, se obtivesse sentença de assim fazê-lo, mas que correspondia decidir o que determinava os ditames e juízos do reino.

Não sei por que nem como sucedeu, mas as palavras foram crescendo tanto e tão alto que, na presença do duque da Normandia, mataram os três maiores de seu conselho,

tão próximo dele, que sua vestimenta ficou ensanguentada. O mesmo correu um grande perigo, mas lhe deram um dos gorros e concedeu perdoar a morte daqueles três cavaleiros, dois de armas e o terceiro de leis. Um deles se chamava meu senhor Robert de Clermont, um homem nobre e muito gentil; o outro, senhor de Conflans, marechal de Champagne e cavaleiro de leis, meu senhor Simon de Bucy. Foi uma grande pena que ali morressem, por falar e aconselhar bem a seu senhor.

Crônicas: Jacquerie Froissart (c. 1337-1410), In: <http://www.ricardocosta.com/univ/jacquetext.htm>,

[illegible]

## Comentário

O primeiro documento situa-se na Alta Idade Média e representa o gênero “crônica”, próprio desse período, em cujo estilo prevalecem a devoção e a valorização do tempo litúrgico em detrimento da ação humana. Apesar disso, já indica que o objetivo é o relato dos acontecimentos que definiram a história da cristandade, assumindo uma perspectiva exemplar e finalista.

O segundo documento, escrito por Froissart, situa-se na Baixa Idade Média, sendo também um exemplo de crônica. Entretanto, nesse registro evidenciam-se elementos da vida urbana, querelas da nobreza e códigos da cavalaria. Nesse tipo de relato, a medida do tempo também é imprecisa, apesar de já conter o princípio de ordenação cronológica dos acontecimentos.

## RESUMO

Os registros da história medieval diferem entre a Alta e a Baixa Idade Média.

Na Alta Idade Média, predominou a história teológica, cuja narrativa era orientada pelos princípios providencialista e teleológico.

Na Baixa Idade Média, a diversidade dos gêneros não superou a valorização dos desígnios de Deus como princípio explicativo para a ação humana. Entretanto, consolida-se a crônica como gênero de registro histórico, principalmente como forma de relatar os feitos dos cruzados, heróis da cristandade.

Os registros documentais da Idade Média evidenciam um domínio impreciso sobre o passado, sobrepondo o tempo divino ao tempo humano, nas suas diferentes formas de representação.

## Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, desenvolveremos o estudo sobre a erudição, o movimento antiquirista e o surgimento do princípio do método histórico.



# Aula 9

Antiquarismo e  
a inauguração  
do tratamento  
documental

## Metas da aula

Apresentar e discutir as conquistas dos antiquários para a metodologia da história.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar erudição e método de pesquisa histórica;
2. relacionar a moderna crítica documental com a crítica contemporânea.

## INTRODUÇÃO

Você gosta do passado? Colectona objetos antigos como moedas, discos, selos ou livros, por exemplo? A palavra *antiquarismo* vem de *antiquário*, aquele que ama antiguidades. O antiquário é um colecionador.

Coleccionar dá prazer, não apenas para as crianças, mas também para os adultos, sejam quais forem os objetos colecionados. Decifrar enigmas e resolver pequenos problemas é uma atividade atraente para muitas pessoas que a cada achado se alegram e ganham novo estímulo. No mundo dos eruditos – e o colecionador pode ser comparado a um erudito –, tudo é motivo para empreender uma busca e realizar uma descoberta que sacie a curiosidade. Cada objeto conquistado é um troféu a ser cultuado, algo precioso, uma verdadeira relíquia. O conjunto dos troféus é a coleção.



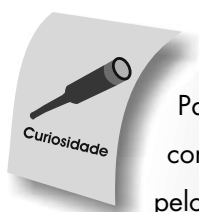
Relíquias são objetos que se crê que tenham estado em contato com um deus ou com um herói, ou que se pense que sejam vestígios de qualquer grande acontecimento do passado mítico ou simplesmente longínquo. Eram conhecidas quer na Grécia, quer em Roma. Mas foi o Cristianismo que, ao difundir o culto dos santos, levou o das relíquias ao seu apogeu. Era considerada relíquia qualquer parte do corpo de um personagem da história sagrada ou, ainda, qualquer objeto que se supunha ter tido contato com um desses personagens. Por menor que fosse o objeto e qualquer que fosse a sua natureza, este conservava a inteira graça de que o santo era investido em vida. Por isso, uma relíquia santificava o local onde se encontrava de um modo não menos eficaz do que o próprio santo o teria feito (POMIAN, 1984, p. 59).



## Câmara Cascudo: o colecionador de histórias...

É possível, também, colecionar histórias. O pesquisador brasileiro Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), natural do Rio Grande do Norte, foi um dos mais célebres colecionadores de histórias, ou "estórias", como ele gostava de dizer. Mas não importa, histórias são narrativas da vida humana.

Além de histórias, ele colecionava aspectos e elementos da cultura popular brasileira, e por isso ficou muito conhecido como folclorista. Uma das suas obras mais famosas é o *Dicionário do folclore brasileiro*, no qual são abordados inúmeros e variados temas relacionados a festas, músicas, lendas, mitos, superstições, usos, costumes, gestos, vestimentas, bebidas, comidas, santos e muitos outros.



Para saber mais sobre Câmara Cascudo e sua obra, consulte o *Dicionário crítico Câmara Cascudo*, organizado pelo historiador Marcos Silva. Cada um dos 87 verbetes do dicionário corresponde a um livro de Cascudo que é analisado por diferentes especialistas.

Ele pesquisou durante toda a vida, desde o início. Ele fez da vida dos outros o objeto de suas pesquisas, e para tal usou todo tipo de fonte. Primeiro, valeu-se da sua própria observação atenta, daquilo que ele testemunhava pessoalmente. Depois, ampliou as fontes de informação, valendo-se do testemunho de outras pessoas, de livros e de todo tipo de documento, indistintamente.

Em um trecho da Introdução do livro *Literatura oral no Brasil*, ele nos fala da sua experiência de pesquisador, de colecionador ou, numa palavra, de antiquário:



**Figura 9.1:** Luís da Câmara Cascudo, um colecionador de histórias.

Fonte: <http://www.globaleditora.com.br/site/catalogo/AutorFotoRender.aspx?id=3600>

### **Setecentista**

Conforme o Setecentos, isto é, o século XVIII.

### **Oiticica**

Árvore de até 15 metros (*Licania rigida*), da família das crisobalanáceas, nativa do Brasil (Piauí até a Bahia).

### **Juazeiro**

Árvore de até 10m (*Ziziphus joazeiro*), da família das ramnáceas, nativa do Brasil (Piauí até Minas Gerais).

### **Arrancho**

Lugar que abriga, que oferece hospedagem; pousada, pouso; rancho.  
Cid, el Campeador  
– Dom Rodrigo Dias de Bivar, herói espanhol do século XI.

### **Monodia**

Canto em uníssono (intervalo nulo que resulta da emissão simultânea de dois sons de mesma altura por diversas vozes ou instrumentos).

### **Aboio**

Canto dolente e monótono, geralmente sem palavras, com que os vaqueiros guiam as boiadas.

A vida nas povoações e fazendas era **setecentista** nas duas primeiras décadas do século XX. A organização do trabalho, o horário das refeições, as roupas de casa, o vocabulário comum, os temperos e condutos alimentares, as bebidas, as festas, a criação de gado dominadora, as superstições, assombros, rezas-fortes estavam numa distância de duzentos anos para o plano atual. Os plantios de algodão multiplicar-se-iam mais tarde, derrubando os raros capões, as **oiticicas**, **juazeiros** verdes, sombras das malhadas, **arranchos** de comboios esperando o pender do sol na queda da viração da tarde. O fazendeiro só faltava mandar nas estrelas e nos xexéus, longes umas e alvoroçados outros para respeitar o brado autoritário. O gado era, 99%, gado crioulo, local e nativo, entendendo a **monodia** do **aboio**, gostando de negociar a "bassora" à mão firme dos derrubadores nas tardes de vaquejada. A instituição do **compadrio** era uma potência, determinando o vínculo obrigacional sagrado entre o compadre rico e o compadre pobre, mandando o primeiro armar os **acostados** e ir assaltar a cadeia da vila para arrancar o segundo e tornando este, pela simples enunciação do título, um servo **jubiloso**, vitalício e gratuito do primeiro.

Os livros eram raros nas fazendas. Raríssimo o livro de reza e mais ou menos fácil o de deleite, *Carlos Magno* e *Os Doze Pares de França* e mais a biblioteca que registrei no *Vaqueiros e Cantadores*, em 1939. Não havia casamento sem os vivos protocolares e sem a louvação dos cantadores, de violas enfeitadas de fitas, empinando o braço e depondo os instrumentos aos pés dos noivos confusos, talqualmente sucedera nas bodas de **Cid, el Campeador**. Os ditados, provérbios, frases feitas eram moeda corrente no comércio diário familiar. Recorriam aos exemplos sacros e aos reparos dos antepassados: – *Como dizia meu avô: um gambá cheira o outro...* E às imagens expressivas: – *dar nó em pingo d'água, comprida como paciência de pobre, boca aberta como o sino*. O caçador

vivia da boca de uma espingarda. O pescador vivia da vontade dos peixes. Depois da ceia faziam roda para conversar, espaiar, dono da casa, filhos maiores, vaqueiros, amigos, vizinhos. Café e **poranduba**. Não havia diálogo, mas uma exposição. Histórico do dia, assuntos do gado, desaparecimento de bois, aventuras do campeio, façanhas de um cachorro, queda num grotão, anedotas rápidas, recordações, gente antiga, valentes, tempo da guerra do Paraguai, cangaceiros, cantadores, furtos de moça, desabafos de chefes, vinganças, crueldades, alegrias, planos para o dia seguinte.

Todos sabiam contar histórias. Contavam à noite, devagar, com os gestos de evocação e lindos desenhos mímicos com as mãos. Com as mãos amarradas não há criatura vivente para contar uma história. Seriam temas para pesquisas sábias de alemães e norte-americanos essa linguagem auxiliar, indispensável nos "primitivos" de todos os tempos, (...) variações de timbres, empostamento, nasalações, saltos de quinta e oitava, contos tinham divisões, gêneros, espécies, tipos, iam às adivinhações, aos trava-línguas, **mnemonias, parlendas**. Ia eu ouvindo e aprendendo. Não tinha conhecimento anterior para estabelecer confronto nem subalternizar uma das atividades em serviço da outra. Era o primeiro leite alimentar da minha literatura. Cantei, dancei, vivi como todos os outros meninos sertanejos do meu tempo e vizinhanças, sem saber da existência de outro canto, outra dança, outra vida.

Voltando a Natal, fui para o curso secundário e pude ver a diferença entre as duas literaturas, ambas ricas, antigas, profundas, interdependentes e ignorando as pontas comunicantes. Inconscientemente confrontava ritmos e gêneros, as exigências do dogma culto e a praxe dos cantadores sertanejos, setissílabos, décimas, pé-quebrado, a ciência do "desafio". Todas as leituras subsequentes foram elementos de comparação.

### **Compadrio**

Conjunto de laços sociais bastante enraizados costumeiramente iniciados quando se pede para uma pessoa (futuro compadre) batizar o filho.

### **Acostado**

Que tem proteção, amparado, arrimado.

### **Jubiloso**

Tomado por júbilo, por intensa alegria ou contentamento.

### **Poranduba**

Narrativa de fato histórico; história, notícia, narrativa.

### **Mnemonia**

Arte que ensina os meios de educar a memória e de memorizar coisas, que utiliza exercícios e ensina artifícios, como associação de ideias ou fatos difíceis de reter a outros mais simples ou mais familiares, combinações e arranjos de elementos, números etc.

### **Parlenda**

Declamação poética para crianças, acompanhada por música; rima infantil utilizada em brincadeiras ou como técnica de memorização.

Compreendera a existência da literatura oral brasileira onde eu mesmo era um depoimento testemunhal. Voltava carregado de folhetos de cantadores, centos de versos na memória, lembrança dos romances reeditados há tantos cem anos, vivos no espírito de milhões de homens e jamais citados nas histórias registradoras das atividades literárias no Brasil. Na biblioteca paterna fui encontrando outras formas e espécies da mesma substância que vira no sertão velho. E verifiquei a unidade radicular dessas florestas separadas e orgulhosas em sua independência exterior (CASCUDO, 2006, p. 13-15).



### Atendem ao Objetivo 1

Você certamente leu e releu o texto de Câmara Cascudo. Há muitas palavras desconhecidas, e sua estrutura é mais complexa do que a de um texto jornalístico, por exemplo. Pois é, podemos tomá-lo como um documento, um documento a ser interpretado.

Vamos, então, responder a duas questões.

1. O autor se diz testemunha de muitas das coisas que ele coleciona. Contudo, para ser um colecionador capacitado, basta ter boa memória? O que mais Câmara Cascudo demonstrou possuir ou ter de desenvolver para ser um verdadeiro colecionador?

---



---



---



2. O autor se utiliza da comparação para cumprir o seu objetivo. Destaque do texto uma passagem que comprove essa afirmação.

---

---

---

### Respostas Comentadas

1. Cascudo é um observador atento. Com o seu olhar, ele detecta aspectos sociais e elementos da cultura popular que aparecem nas histórias que coleciona. Sem esse olhar atento, sua coleção ficaria bastante empobrecida.

2. "Voltando a Natal, fui para o curso secundário e pude ver a diferença entre as duas literaturas, ambas ricas, antigas, profundas, interdependentes e ignorando as pontas comunicantes. Inconscientemente confrontava ritmos e gêneros, as exigências do dogma culto e a praxe dos cantadores sertanejos, setissílabos, décimas, pé-quebrado, a ciência do *desafio*. Todas as leituras subsequentes foram elementos de comparação."

---

O gosto pelo passado, pela memória, pela lembrança e, mais especificamente, por tudo aquilo que, tendo sobrevivido à passagem do tempo e suas inexoráveis transformações, carrega consigo a suposta essência de outra época, numa palavra, os objetos antigos, as antiguidades. Um antiquário é um homem erudito que busca e coleciona antiguidades para restabelecer os laços com o passado, para habitar uma vez mais um mundo que se perdeu, valendo-se dos objetos como elementos restauradores da continuidade do tempo. "Os objetos materiais dão testemunho do tempo em que foram feitos" (MOMIGLIANO, 1990, p. 57). Nisso, o antiquário difere do historiador profissional. Há algum tempo, este sabe que a história científica se faz com as discontinuidades, com os rompimentos do eixo temporal que denotam, por sua vez, as transformações, ele é um especialista em mudanças. Já o erudito é um aficionado pela continuidade.

Mas os antiquários contribuíram bastante para a construção da história científica. Em sua busca das antiguidades, eles desenvolveram maneiras de separar aqueles objetos verdadeiramente antigos dos falsos. Foram os precursores da crítica das fontes.

## A era dos antiquários

Para o historiador italiano Arnaldo Momigliano, a *era dos antiquários* (o século XVII) significou uma revolução no método histórico. Ela fixou as suas normas e colocou os seus problemas com tal força que ainda hoje nos recusamos a julgá-los de todo ultrapassados.

Toda a metodologia da moderna pesquisa histórica está baseada na distinção entre fontes diretas (ou primárias) e fontes indiretas (ou secundárias). São consideradas fontes diretas as declarações das testemunhas oculares, os documentos e outros vestígios materiais contemporâneos aos acontecimentos e que, de certo modo, os testemunharam. Consideramos fontes indiretas os historiadores e cronistas que relataram e examinaram os acontecimentos que não foram por eles testemunhados, mas dos quais encontraram nas fontes diretas disponíveis a menção ou um indício imediato ou mais distante no tempo.

As fontes diretas nos cativam por sua segurança, as fontes indiretas – os historiadores não-contemporâneos –, pela qualidade do seu julgamento na interpretação e avaliação das fontes diretas.

Foi somente no final do século XVII que a pesquisa histórica reconheceu de maneira geral essa distinção entre fontes diretas e historiadores não-contemporâneos. Nós a encontramos, naturalmente, antes dessa data, mas ela não havia sido então claramente formulada nem considerada por todos como um postulado necessário aos estudos históricos.

Na formação da nova metodologia histórica, os antiquários desempenharam um papel relevante e colocaram os problemas

essenciais. Eles mostraram como é adequado e correto utilizar os testemunhos não escritos, mas também propiciaram a reflexão sobre a diferença entre o ato de colecionar e a interpretação dos fatos.

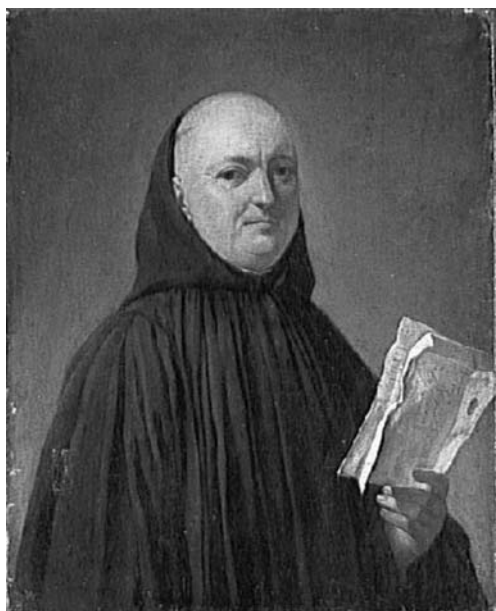
Os fundadores da chamada Escola dos Anais, apesar de terem sido grandes combatentes contra certo tipo de história desprovida de movimento e de ideias, reconheceram a relevância da contribuição dos eruditos do século XVII para a história científica. Marc Bloch considerou que nem sempre se lhes atribuiu a verdadeira grandeza merecida, em particular a sua ação na segunda metade do século. Lucien Febvre jamais colocou abertamente em causa a utilidade da erudição, ou a legitimidade de sua união com a história, desde que ela permanecesse a serviço das ideias gerais.

Na referida segunda metade do século XVII, em 1681, publicou-se *De Re Diplomatica*, do monge beneditino Jean Mabillon (1632-1704). Para Marc Bloch, esta é uma grande data na história do espírito humano. Com essa publicação, nasceu o método histórico juntamente com o avanço da erudição.

Quais foram os avanços da erudição no século XVII? Primeiro, aperfeiçoaram-se os instrumentos de pesquisa, com a publicação de listas bibliográficas retrospectivas e de catálogos de bibliotecas. Segundo, foram criadas as chamadas "ciências auxiliares", por exemplo, a heráldica – ciência cujo objeto é o estudo da origem, evolução e significado dos brasões – e a diplomática – ciência que tem por objeto os diplomas, cartas e outros documentos oficiais, para determinar sua autenticidade, sua integridade e época ou data em que foi feito –, enquanto outras "ciências" foram aperfeiçoadas como a cronologia. Terceiro, e de suma importância, as publicações de fontes se tornaram mais numerosas e diversificadas. A intensa publicação dessas fontes desdobrou-se em duas vertentes principais: fontes para a história da Igreja e documentos de Estado.



Jean Mabillon foi o mais famoso membro da Congregação Beneditina de Saint-Maur (São Mauro). A sede dos maurinos ou mauristas ficava em Saint-Germain-des-Près, perto de Paris. A congregação foi uma das grandes organizações da atividade erudita no século XVII e a de maior prestígio dentre as demais: oratorianos e bolandistas, por exemplo, disputavam-lhe o lugar. Jean Mabillon (1632-1707) é chamado "o pai da Diplomática". A palavra "diploma" foi usada pelos humanistas para designar os documentos e atos medievais que lhes pareciam mais solenes. Para Mabillon, a redação dos documentos produzidos nas chancelarias medievais seguia regras muito precisas que ele conseguiu determinar empiricamente, isto é, comprovando-as com lógica, razão, coerência e objetividade.



**Figura 9.2:** Jean Mabillon.

Fonte: [http://www.culture.gouv.fr/Wave/image/joconde/0036/m501104\\_0000322\\_p.jpg](http://www.culture.gouv.fr/Wave/image/joconde/0036/m501104_0000322_p.jpg)

## O método dos antiquários

O método de Mabillon, sob o critério radical da verdade, caracterizava-se por uma total preocupação com a autenticidade dos registros. Segundo o beneditino:

Que não se exija de mim outra base para minha opinião concernente à autenticidade dos diplomas e dos instrumentos aqui propostos como verdadeiros e sinceros, além da seguinte: a forma da escrita, o estilo e todas as outras características trazem a mais certa marca dos tempos de composição destes documentos (...). Numa palavra, que não se exija, para firmar-se um juízo desta natureza, uma razão ou uma demonstração metafísica, mas uma razão, a que corresponde à matéria e que, em seu gênero, não é menos certa do que a razão metafísica (...) De resto, esta certeza moral não pode ser adquirida a não ser por uma longa e perseverante observação de todos os fatos e circunstâncias que possam conduzir à verdade procurada (apud GLÉNISSON, 1979, p. 91).

Veja bem, um monge beneditino, um homem religioso, põe de lado a metafísica, isto é, tudo aquilo que está para além do mundo físico e concreto, como meio de comprovação da veracidade dos acontecimentos e da autenticidade de documentos. Ele quer autenticar os documentos do mundo pelos meios fornecidos pelo próprio mundo, por intermédio de regras objetivas, e não recorrendo a coisas fora do mundo como, por exemplo, um deus. Mas observe com cuidado: ele pôs a metafísica de lado para cumprir uma exigência do seu método de pesquisa. Ele não deixou de ser monge e muito menos de acreditar no deus cristão. Aqui há uma bipartição: uma mesma pessoa pode ser religiosa e, ao mesmo tempo, ser capaz de conduzir pesquisas conforme o método científico.

Aliás, o filósofo René Descartes (1596-1650), outro grande nome do século XVII, sem deixar de admitir a existência do deus cristão, consagrou um dos mais importantes princípios metodológicos da ciência: a dúvida metódica.



Faz alguns anos já, dei-me conta de que admitira desde a infância muitas coisas falsas por verdadeiras e de quão duvidoso era o que depois sobre elas construí. Era preciso, portanto, que, uma vez na vida, fossem postas abaixo todas as coisas, todas as opiniões em que até então confiara, recomeçando dos primeiros fundamentos, se desejasse estabelecer em algum momento algo firme e permanente nas ciências (DESCARTES, 2004, p. 21).



**Figura 9.3:** René Descartes.

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/73/Frans\\_Hals\\_-\\_Portret\\_van\\_Ren%C3%A9\\_Descartes.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/73/Frans_Hals_-_Portret_van_Ren%C3%A9_Descartes.jpg)

Perante duas atitudes bem diferentes, que são a de tudo receber do mundo sem discussão e a de contribuir para o mundo com exatidão e discernimento, Mabillon escolheu a segunda

como sendo a mais conforme ao amor da verdade que deve ter um cristão, um religioso e um sacerdote (...) e como sendo absolutamente imprescindível num século tão esclarecido quanto o nosso, ao qual não é mais permitido escrever fábulas, nem avançar coisa alguma sem o recurso a boas provas (GLÉNISSON, 1979, p. 92).



### **Entre erros e falsificações de documentos: uma nota metodológica de Mabillon**

Por que meios se faz a interpolação? Há uma grande diferença entre os documentos falsos e os documentos interpolados (*interpolare* = alterar, falsificar). Nada pode, com efeito, desculpar as falsificações, mas a interpolação é, a maioria da vezes, desculpável. Pode produzir-se por adjunção, por mudança ou por erro. Vejamos o caso daqueles que reuniam as cartas autênticas de uma igreja ou de um mosteiro numa única obra a que se chama cartulário: se encontrassem num lado qualquer apenas a menção dos anos de reinado dos papas, dos reis ou dos imperadores aposta na parte de baixo dos antigos documentos, acrescentavam os anos da encarnação ou mesmo da indicção para que a data de um dado documento fosse conhecida com mais exatidão. Neste caso, pecavam muitas vezes contra as regras da cronologia, mas não contra as Leis da justiça. Semelhante prática constitui a interpolação por adjunção. Uma outra categoria procede de uma modificação trazida ao documento, quando uma palavra é traduzida por uma outra ou se encontra temerariamente retocada, o que acontece por vezes aos investigadores inexperientes que se julgam peritos, como os que liam *fevum* nos antigos documentos e lhe substituíam por acaso a palavra *feodum*, que ainda não se usava nestes tempos antigos. Finalmente, a interpolação provém sobretudo de um erro do escriba, ou insuficientemente prático na difícil leitura de um documento autêntico, ou vítima de um erro ocular, ou que salta uma linha, ou transcreve uma ou mais palavras para uma ou várias outras. E daí procedem as diferentes leituras dos documentos transmitidos de mão em mão; a sua diversidade não deve prejudicar a autoridade dos documentos autênticos (MABILLON apud BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 65).

Em seus estudos de história da Igreja e dos santos católicos, ele admitia unicamente dados comprovadamente autênticos. O resultado foi a eliminação de muitos "santos" duvidosos e uma grande controvérsia. Veja bem: foi de uma controvérsia que nasceu o moderno método da história. Porém, que controvérsia foi essa?

Os jesuítas reunidos em torno de Jean Bolland (1596-1665), conhecidos como bolandistas e sediados em Antuérpia, na Bélgica, continuaram os esforços eruditos iniciados por Héribert Rosweyde (1569-1629) para buscar fontes inéditas, verificar a autenticidade e publicar documentos referentes à história de santos e fatos importantes da Igreja. E tudo dentro dessa ampla movimentação erudita que se espalhou pela Europa.

Os chamados *Acta Sanctorum* (Atos dos Santos), fruto do trabalho rigoroso e sistemático de muitos colaboradores, começaram a ser publicados em 1643. Bolland e seus dois principais colaboradores, Henschenius e Papenbroeck, elaboraram um rigoroso método de estudo segundo o qual todo trabalho passava por uma meticulosa revisão em equipe. Papenbroeck, em particular, obcecado com a formulação de regras rígidas para a validação de documentos medievais, reuniu as suas conclusões num texto intitulado "Sobre o discernimento do verdadeiro e do falso nos velhos pergaminhos" e que serviu como prefácio do volume das *Acta Sanctorum* publicado em 1675.

Até aqui, você poderia dizer: "Não vejo problema algum." Onde está a controvérsia? O problema é que em seu texto Papenbroeck pôs dúvidas nos documentos tidos por autênticos guardados pelos beneditinos mauristas em Saint-Germain-des-Près. Para além de uma disputa entre estudiosos jesuítas e beneditinos, encontra-se uma disputa pelo rigor científico, pela honra e pelo prestígio de ter estabelecido um julgamento verdadeiro. Jean Mabillon escreveu *De Re Diplomatica* para responder a Papenbroeck. O empenho posto na controvérsia não assegurou a Mabillon simplesmente a vitória na disputa. De fato, fez nascer a moderna crítica documental.





## Atendem ao Objetivo 2

Que tal colocarmos as temporalidades para conversar? Estamos no século XVII, falando de Mabillon, Descartes e método histórico. Vamos para o século XX e junto com o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) discutir, no século XXI, a crítica do documento. Leia este texto de Foucault e, em seguida, responda às questões.

Na verdade, os problemas colocados são os mesmos, provocando, entretanto, na superfície, efeitos inversos. Pode-se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica do documento. Nada de mal-entendidos: é claro que, desde que existe uma disciplina como a História, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstituir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias-palavras –, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem diante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil, mas, por sorte, decifrável. Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante

muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa (FOUCAULT, 1987, p. 7-8).

**3. O autor afirma que houve uma mudança de posição da história sobre o documento. Você pode nos dizer qual foi?**

---

---

---

---

---

**4. O autor afirma que o documento não é mais uma "matéria inerte" destinada a uma reconstituição do passado. Segundo os padrões atuais, história não reconstitui o passado, ela o reconstrói. Então, segundo Foucault, quem o reconstitui?**

---

---

---

---

---

### Respostas Comentadas

3. A tarefa primordial da história não é determinar se o documento diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas, sim, trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.

4. A memória. A história reconstrói o passado questionando o documento; a memória reconstitui o passado usando o documento como um tijolo inerte que vale por si próprio.

---

## RESUMO

Ao longo do século XVII, os eruditos conhecidos como antiquários desenvolveram seus estudos e criaram a moderna metodologia da história. Em sua base está a distinção entre fontes diretas e indiretas assim como o desenvolvimento de regras para determinar se um documento é falso ou não. Apesar de seus vínculos religiosos, os eruditos beneditinos e jesuítas, em particular, puseram em prática, consciente ou inconscientemente, o exercício da dúvida metódica formulada por Descartes.

## Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos o desenvolvimento da metodologia da história no século XIX. Até lá!



# Aula 10

Disciplina  
histórica e seu  
método crítico  
no século XIX

## Meta da aula

Apresentar o modo de escrever a História e os usos do documento histórico no século XIX.

## Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os princípios da mentalidade histórica do século XIX;
2. relacionar o surgimento da disciplina História e a consolidação do método histórico no século XIX;
3. reconhecer o papel das fontes escritas na produção da História oitocentista.

## Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado, na Aula 7, o significado de regime de historicidade, e, nas Aulas 10 e 11, o surgimento dos antiquários e arquivos.

## INTRODUÇÃO

Com certeza, você estuda história há muito tempo. Nas aulas de História, deve ter se encantado com as conquistas gregas, se fascinado pelos rituais de cavalaria, se impressionado com as grandes conquistas da época moderna, ou ainda se indignado com os desmandos e abusos do imperialismo colonialista. Caso contrário, você não estaria cursando a faculdade de História e fazendo dela o seu campo profissional.

Deixando de lado as modalidades de ensinar a História, esta, como matéria a ser ensinada, já existe desde o século XIX, quando se institucionalizou como disciplina universitária, primeiramente na Europa e depois nas Américas. Tal processo ocorreu paralelamente a um outro, mais amplo e de caráter político e social: a formação dos Estados nacionais e do sentido das nações modernas.

Segundo o historiador inglês Benedict Anderson, o sentido moderno de nação se forma em torno de um tripé, composto por uma língua comum, um território comum e um passado comum. Esses três princípios coordenados forneceriam sentido à nação, como uma “comunidade imaginada”.

A concretização de tais princípios foi possível através da institucionalização dos saberes. Assim, a consolidação dos princípios cartográficos e da delimitação territorial pela cartografia e pela geografia garantiram o reconhecimento e a consolidação do espaço nacional. O estudo da filologia, da gramática e a valorização da língua vernácula forneceram ao idioma nacional uma base de difusão. Por fim, a construção de um passado comum para a nação contou com a consolidação da história institucionalizada nas academias e nas universidades, locais por excelência onde se *forjou* a história nacional, ou melhor, as *histórias nacionais*.

Estudaremos, nesta aula, o processo de elaboração de uma escrita da história propriamente acadêmica e com aspirações científicas, associada aos processos de formação da nação. Buscaremos também caracterizar como, no século XIX, se consolidou o moderno regime

de historicidade (HARTOG, 2003). A palavra-chave desse moderno regime é “Progresso”, e nele a História é entendida como processo, e o tempo como se fosse direcionado a um fim (progressão).

Na moderna concepção de história, a exemplaridade cede lugar ao unívoco. Algum dia, no futuro, alguém estabelecerá uma lei. Ou, para empregar uma outra formulação típica de fins do século XIX, algum dia, no futuro, virá o dia glorioso da síntese.

## **A mentalidade histórica oitocentista: a história liberal e a história romântica**

Durante o século XIX, os historiadores emanciparam-se dos laços com os reis e príncipes, conquistando pouco a pouco a posição de cientistas. Entretanto, até adquirirem esse *status*, atravessaram um período em que as paixões literárias e políticas prevaleceram sobre a objetividade cientificista (TETARD, 2000, p. 81).

Jacques Le Goff (1985, p. 196) menciona duas correntes ou ideias que contribuíram em primeiro plano para a promoção da paixão pela história: a história liberal, de inspiração burguesa, ligada às noções de classe e democracia, e o romantismo, devotado à valorização do sentimento nacional.

Dentre os típicos historiadores liberais da França, destacaram-se Guizot (1787-1874) e Thiers (1797-1877). Ambos se voltaram para a valorização dos feitos da burguesia em ascensão. Escrevendo em 1829, Guizot já entrevia o movimento comunal do século XII como a “vitória” dos burgueses e o nascimento da burguesia: “A formação da grande classe social, a burguesia, era consequência necessária da libertação local dos burgueses” (LE GOFF, 1985, p. 196).

Arguto observador político das grandes transformações sociais do início do século XIX, Tocqueville (1805-1859) é considerado um dos precursores da ciência política moderna. Interessava-se pela história como problemática social e lugar de encontro das humanidades (TETARD, 2000, p. 91).



Em sua obra principal, *A democracia americana*, escrita entre 1835 e 1840, ele afirma a necessidade de uma “ciência política”, para explicar “um mundo” totalmente novo, os Estados Unidos. Mais analista do que narrador, dissecou o sistema de governo dos Estados Unidos, a democracia, apontando suas origens, transformações e funcionamento.

Outra corrente de pensamento importante do século XIX é o romantismo, pela qual se valoriza o sentimento nacional através do estudo e da escrita da história da nação.

A idéia de nação, como indica Le Goff (1985, p. 197), vem desde a Idade Média, mas a religião da pátria é uma novidade que data da Revolução Francesa. Acrescenta, ainda, que a ideia de nação é especialmente valorizada pelos povos que ainda não estão politicamente unidos, tais como a Alemanha e a Itália. Entretanto, os demais países também foram tocados pela influência do nacionalismo.

Na França, o sentimento nacional inspirou obras clássicas, como a “História da França”, de Lavissee (1842-1922), coleção publicada entre 1900 e 1912, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Nessa obra, propunha um programa para o ensino da história pátria, com as seguintes características:

Cabe ao ensino da História o glorioso dever de fazer amar e compreender a pátria[...] nossos antepassados gauleses e as florestas com druidas, Carlos Martel, Joana d’Arc, todos os nossos heróis do passado, reis ou lendários. Se o estudante não levar consigo uma recordação viva das nossas glórias nacionais, se não souber que os nossos antepassados combateram em mil campos de batalha, por mil causas, se não aprender o que causou, em sangue e esforços, construir a unidade da nossa pátria e libertar do caos das nossas envelhecidas instituições, as leis sagradas que nos tornaram livres, se não vier a ser um cidadão compenetrado dos seus deveres e um soldado que ama a sua bandeira, então o professor esteve a perder o seu tempo (NORA, 1962 apud LE GOFF, 1985, p. 197).

No passado, a História não foi objeto de ensino; Aristóteles a tinha retirado do mundo das ciências. As universidades medievais não a integravam entre as disciplinas lecionáveis. Foi somente com a Revolução Francesa que se definiu um programa de ensino escolar – primário, secundário e superior – que assegurando, no século XIX, a difusão para um número cada vez maior de pessoas de uma cultura histórica. Desde então, a melhor plataforma de observação dessa cultura histórica são os livros e textos didáticos, os manuais escolares.



No Brasil, vale salientar o papel do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o IHGB, e do Colégio Pedro II, sua interface escolar, para o estabelecimento de uma cultura histórica nacional, por meio da qual se associaram noções como: império, pátria e nação. Encontram-se na página da Multirio, órgão da prefeitura do Rio de Janeiro, informações e reflexões importantes para se conhecer a história de ambas as instituições. Disponível em: (<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/ighb.html>, acesso em: 18/1/2008).

#### Sobre o IHGB:

Em 21 de outubro de 1838, criou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, inspirado no Institut Historique, fundado em Paris, em 1834. Desde a sua inauguração, o IHGB contou com a proteção de D. Pedro II, expressa por uma ajuda financeira, que a cada ano significava uma parcela maior do orçamento do Instituto. Mas foi somente a partir de 1840 que o Imperador, além de participar frequentemente de suas sessões, tornou-se o grande incentivador da Instituição.

Aos domingos, membros da elite brasileira, literatos e intelectuais, comprometidos com o processo da consolidação da Monarquia, se encontravam para debater como seria escrita a nossa História, objetivo maior da Instituição. O IHGB desejava criar a História do Brasil destacando suas grandes personagens e seus heróis, trazendo “à luz o verdadeiro caráter da Nação brasileira”. A necessidade de se estruturar a História da Pátria pode ser observada nas palavras de um de seus

sócios, Carlos Frederico de Martins, em 1844: “A História é mestra, não somente no futuro, como também no presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos... sobre o patriotismo”. Criar uma historiografia para o Brasil significava, portanto, a própria fundação da nacionalidade, a construção da identidade do povo brasileiro.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tornou-se um centro de estudos e de pesquisas, proporcionando ao Imperador levar adiante seu projeto de desenvolver uma política cultural para o país com um nítido “caráter brasileiro”. Desde a sua fundação, esse instituto coletava e arquivava os documentos de interesse para a História e Geografia do Brasil, com a intenção de divulgar os conhecimentos desses dois ramos científicos por meio do ensino público; mantinha correspondência com outras associações estrangeiras; instalava sucursais em outras Províncias do Império; e publicava a Revista do Instituto.

Sobre o Colégio Pedro II:

O Colégio de Pedro II, cuja primeira sede se situa na atual Avenida Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro, originou-se do Seminário dos Órfãos de São Pedro, criado em 1739, por Frei de Guadalupe, “para criação de meninos nas costas da igreja de São Pedro”. Recebeu diversos nomes: Seminário de São Joaquim, e Imperial de São Joaquim, até receber a denominação de Colégio de Pedro II. Transformou-se em Instituto de Ensino Secundário pelo decreto de 2 de dezembro de 1837. A inauguração e o começo das aulas ocorreram no dia 25 de março de 1838. Estavam presentes o jovem imperador e suas irmãs, o regente Pedro de Araújo Lima, assim como todos os Ministros de Estado. Essas presenças ilustres demonstravam a importância política que o colégio teria desempenhado outros papéis além da instrução.

O Colégio de Pedro II recebeu atenções especiais na sua organização e orientação, pois era uma Instituição aristocrática destinada a oferecer “a cultura básica necessária às elites dirigentes”, à “boa sociedade” formada por aqueles que eram brancos, livres e proprietários de escravos e terras. O Pedro II tornou-se um símbolo de civilidade. Mantido pelo Imperador, era o padrão de ensino secundário e a única Instituição a realizar os

exames que possibilitavam o ingresso nos cursos superiores. O aluno que completasse o curso recebia o título de Bacharel em Ciências e Letras e tinha acesso direto às Academias. D. Pedro, que costumava referir-se a ele como “seu colégio”, escolhia os professores, assistia às provas e conferia as médias.

O último ato público do Governo de Pedro II, em 14 de novembro de 1889, ocorreu dentro do colégio com o Imperador presidindo um concurso para professores de Inglês. Nos primeiros tempos republicanos, o colégio passou a se chamar Ginásio Nacional, mas retomou o nome de Pedro II, mantendo-o até os nossos dias.



## 1. Atende ao Objetivo 1

O nosso século considera a História de duas maneiras, ou particular ou universal. A primeira consiste em escrever, segundo os grandes modelos, os acontecimentos, com toda a verdade, e crítica, em marcar a cada povo seu tipo peculiar, a marcha da civilização, o estudo da indústria, e o avançamento e progresso das nações. A esta escola pertencem Thierry, Lingnard, Sismondi e Muller, historiadores modernos. A segunda maneira de considerar a História, é filosófica e ideal. Giambatista Vico, no século passado, estabelece leis universais da humanidade, eleva-se da representação à ideia, dos phenomenos à essência; atendendo ao princípio da natureza idêntica em todas as nações, forma uma história abstrata, não pertencendo a nenhuma; Herder e Hegel continuam no nosso século esta tarefa, e consideram a humanidade, como sendo o que podia ser, e nada senão o que ela podia ser (Pereira da Silva, “Estudos sobre litteratura”, in: *Nichteroy* t. I (1836), p. 241-242).

O autor da citação é distinto membro do IHGB e escreve a propósito dos debates que se travavam no campo da História oitocentista, no momento em que ela se institucionaliza como disciplina acadêmica. Avalie o comentário de Pereira da Silva considerando qual a natureza da cultura histórica, em que ele está inserido.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta Comentada

O importante de ser destacado nesta resposta é a existência de duas tendências no século XIX, a liberal e a romântica, indicada pelo autor da citação. Identificar que no seu pertencimento ao IHGB um posicionamento que valoriza a relação entre História e a formação da nação.

Por fim, na resposta, podem ser aproveitadas as referências sobre o papel do IHGB na cultura histórica brasileira, como a mais importante instituição responsável pela elaboração de uma escrita da história com base em documentos e na noção e no progresso.

---

## História como disciplina acadêmica: a escola metódica

A Escola Histórica Francesa, criada no século XIX, foi responsável pela profissionalização do historiador e pela determinação de uma prática historiadora. Conhecida como Escola Metódica, por justamente estabelecer as bases do método histórico, foi muitas vezes identificada com uma história positivista, fato rejeitado por alguns autores que encaram tal denominação como um erro.



A História positivista praticamente não se alimenta das relações com a doutrina de Comte (1798-1857), embora sua denominação reflita a importância que seus defensores conferiam ao termo “ciência positiva”, pois a ambição científica é o primeiro traço distintivo de uma escola histórica que reina sobre as primeiras gerações de historiadores de ofício no fim do século XIX e no início do século XX.

A partir de uma concepção de ciências experimentais já obsoleta por volta de 1870, a História positivista considera científico um método indutivo fundado no empirismo absoluto. No caso da História, o fato histórico substitui as experiências. Como os fatos falam por si, basta sua reconstituição; infelizmente, para o historiador positivista, a observação direta dos fatos é impossível, o que se opõe à “reconstituição do que realmente se passou” (Leopold von Ranke).

No entanto, a objetividade científica permanece possível, já que o historiador possui técnicas para reencontrar os traços dos fatos. Com a ajuda dos métodos de crítica textual elaborados pela erudição, o historiador critica os documentos cujo testemunho permite a redescoberta dos fatos históricos.

A crítica positivista repousa primeiro na utilização das ciências auxiliares (sigilografia, aleografia, diplomática) que estabelecem a autenticidade dos textos e os datam. Depois, a crítica interna apoia-se na interpretação do documento e, por fim, mede a distância entre o que a testemunha e os fatos já conhecidos, o que determina o seu grau de veracidade. Tornado quimicamente puro, o documento “verídico” permite ao historiador positivista reencontrar imediatamente o fato histórico, verdadeiro átomo da História.

Para chegar a seus fins, o positivismo recorre a técnicas de crítica dos textos elaboradas sucessivamente por Laurent Valla e pela erudição alemã. Mas essa concepção da História pela *Revue historique* ou *L'introduction aux études Historiques*, de Ch. Victor Loaglois e Ch. Signobos, termina por privilegiar excessivamente os documentos escritos que, só eles, se prestam perfeitamente às suas técnicas. Por outro lado, o primado do fato singular cria o culto do factual e da ordem dos fatos que a isso melhor se presta, a política. Por fim, essa História se organizou logicamente sob a forma de relato, sequência de fatos cuidadosamente ponderados e que se encadeavam uns com os outros.

A estreiteza de vista do positivismo, a tendência à fragmentação em objeto cada vez mais restrito e a ingenuidade epistemológica dessa escola a expõem a ataques sucessivos no curso do século XX. Esses defeitos aparecem ainda mais no momento em que os positivistas não mantêm nem mesmo seu contrato e em que se demonstra facilmente a sujeição deles aos valores dos Estados-nações do mundo industrial. No entanto, a exigência científica formulada pelo positivismo não é totalmente estéril; em primeiro lugar, ela deixa uma soma importante de trabalhos de valor; por outro lado, ela demonstra uma convicção estimulante de que escrever a História não se resume a uma simples operação ideológica ou à edificação dos mitos de nosso tempo (DEMOULIN, 1993).

A Escola Metódica ao fundar um novo campo para a prática historiadora, associado ao espaço acadêmico ao universitário, estabelece as regras e os princípios básicos da escrita da História oitocentista – conhecidos como o “método histórico”. Esse método incorporaria os princípios básicos da prática erudita, associando-os aos pressupostos teóricos do historicismo e à concepção objetivista reinante nas disciplinas acadêmicas de oitocentistas.



Entre 1870 e 1920, vários pensadores alemães, como Dilthey, Rickert e Simmel, minaram os fundamentos do cientificismo na História. Diante do positivismo que identificava objetividade e História científica, “filosofia crítica da história”, o historicismo, demonstra que todo conhecimento objetivo do passado só se realiza através da experiência subjetiva daquele que o estuda. Além dos matizes teóricos, o historicismo tem o mérito de desvendar a intervenção do historiador na triagem e na organização dos fatos; agindo em nome de uma concepção implícita do mundo, o historiador limita-se a refletir a história do seu tempo. Pensamento dominante no curso da primeira metade do século XX, o historicismo tem o mérito de desvendar a intervenção do historiador na triagem e na organização dos fatos; agindo em nome de uma concepção implícita do mundo, o historiador limita-se a refletir a história do seu tempo.

Pensamento dominante no curso da primeira metade do século XX, o historicismo impôs-se na Alemanha, estendeu-se à Itália, à Espanha. Em compensação, a historiografia francesa, cortada da Alemanha desde 1914, e muito desconfiada em relação à filosofia, optou por uma crítica do positivismo que afirma a cientificidade da História, reabilitando a hipótese como meio de investigação. No fim das contas, a lucidez do historicismo não marca o triunfo de um pensamento histórico, mas ela a encerra progressivamente num relativismo total; reduzido à impotência, à busca de uma realidade sempre tendenciosa, o historiador renuncia a ciência para entregar-se à intuição ou à arte pela arte. Paradoxalmente, os historiadores influenciados pelo historicismo iriam assim ampliar a tradição narrativa e factual da história, desenvolvida pelos positivistas, já que a cientificidade é inacessível. Só Max Weber (sociólogo alemão, 1864-1920) escapa a essa tentação, substituindo a busca da objetividade histórica pelo estudo dos seus limites (DEMOULIN, 1993).



A Escola Metódica aparece, manifesta-se e prolonga-se durante o período da Terceira República (1870-1940) na França. Seu projeto e seus princípios fundamentais foram expostos em dois textos-programas: o manifesto, escrito por G. Monod, para lançar a *Revista Histórica* em 1876; e o manual escolar, redigido por Charles Langlois e Victor Seignobos em 1898.

A escola metódica quis impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando objetividade absoluta no domínio da História; propunha atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitante ao inventário de fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão.

Os historiadores “positivistas”, vinculados ao programa da Escola Metódica, participaram na reforma do Ensino Superior e ocuparam as cátedras em novas universidades; dirigiram grandes coleções, formularam programas e elaboraram as obras de História destinadas aos alunos dos colégios secundários e das escolas primárias.

Eles possuíam um claro viés ideológico, totalmente voltado para a valorização dos heróis da pátria e suas conquistas: “os manuais escolares, muito explicitamente, veneram o regime republicano, alimentam a propaganda nacionalista e aprovam a conquista colonial” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 97).

Nesse sentido, a Escola Metódica ao mesmo tempo em que fundou uma disciplina científica segregou um discurso ideológico que permaneceu vigorando até a década de 1960 na formação geral dos estudantes de humanidades na França e em várias partes da cultura ocidental (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 97).

## Princípios da ciência do passado

A base filosófica para a ciência histórica, no século XIX, foi fornecida pelo historicismo. Tal concepção pode ser assim definida:

o seu fundamento é o reconhecimento de que os acontecimentos históricos devem ser estudados, não como anteriormente se fazia, como ilustrações da moral e da política, mas como fenômenos históricos. Na prática, manifestou-se pelo aparecimento da História como disciplina universitária independente, no nome e na realidade (LE GOFF, 1985, p. 206).

A matriz conceitual oitocentista da disciplina histórica se orientava por duas proposições correlacionadas, a saber:

1. o que acontece deve ser explicado em função das condições específicas do seu próprio tempo;
2. para explicar, existe uma ciência específica, usando processos lógicos, a ciência histórica.

O corolário dessas duas proposições foram dois outros princípios doutrinários:

1. de que fazer a História de algo é simplesmente estabelecer um conjunto de causas explicativas;
2. de que a história se reduzia a um ordenamento cronológico de acontecimentos. Assim a ciência histórica era capaz de predizer o futuro (idem).

O representante, por excelência, desses princípios foi o historiador alemão Leopold von Ranke, grande inspiração para a geração de professores universitários franceses e fundadores da Escola Metódica, dentre os quais Ernest Lavisse e Gabriel Monod (1844-1912). Este último foi mentor e idealizador dessa escola, em grandes traços. Os princípios definidos por G. Monod foram o trabalho sobre arquivos, a referência, as fontes, a organização da profissão – encontram-se expostos, 23 anos mais tarde, no manual de Langlois e Seignobos (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 100).

As teses históricas de Leopold von Ranke puseram em cheque as filosofias da História, rejeitando-as por serem especulativas, subjetivas e moralizadoras. Seus postulados teóricos se orientaram segundo cinco regras fundamentais:

1ª regra: incumbe ao historiador não julgar o passado nem instruir os seus contemporâneos, mas simplesmente dar conta do que realmente se passou;

2ª regra: não há nenhuma interdependência entre o sujeito conhecedor (o historiador) e o objeto do conhecimento (o fato histórico). Por hipótese, o historiador escapa a qualquer condicionamento social, o que lhe permite ser imparcial na percepção dos acontecimentos;

3ª regra: a História – o conjunto de “histórias contadas” – existe em si objetivamente; tem mesmo uma forma e uma estrutura definida e é diretamente acessível ao conhecimento;

4ª regra: a relação cognitiva é conforme a um modelo mecanicista. O historiador registra o fato histórico de maneira passiva, como o espelho reflete a imagem de um objeto;

5ª regra: a tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de dados, presentes em documentos seguros. A partir destes fatos, e por si só, o registro histórico organiza-se e deixa-se interpretar.

Qualquer reflexão teórica é inútil ou até mesmo prejudicial, pois introduz elementos de especulação. Segundo Ranke, a ciência positiva pode atingir a objetividade e conhecer a verdade da História (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 114).



## 2. Atende ao Objetivo 2

Sobre a profissionalização da História, o estudioso francês François Dosse afirma:

Com o século XIX, qualificado de 'século da História', o gênero histórico se profissionaliza, dotando-se de um método com suas regras, seus ritos, modos particulares de entronização e de reconhecimento. Os historiadores da escola metódica colocam-se como cientistas puros e duros e anunciam uma ruptura radical com a literatura [...] Essa profissionalização da História contém em si todo o sistema de signos de pertença de um perfil singular. O historiador apresenta-se por meio de seus escritos, na humilde situação de pertencer a uma comunidade de sábios no seio da qual sua subjetividade é mantida à parte. O bom historiador é reconhecível por seu amor ao trabalho, modéstia e critérios incontestáveis de julgamentos científicos (DOSSE, 2003, p. 37-38).

Comente a afirmação de Dosse, identificando as principais características da História como disciplina acadêmica no século XIX.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Resposta Comentada

Dosse descreve, com clareza, o novo regime de historicidade que se define no século XIX, com base em algumas características importantes: a definição de que a História é uma ciência objetiva; a valorização da razão; a elaboração de um método próprio; a rejeição à subjetividade e ao reconhecimento dos historiadores como uma comunidade de profissionais.

## O método histórico e o documento como prova

No final do século XIX, na Europa, a História já era uma disciplina consolidada, nas cátedras universitárias, responsáveis pela produção de textos que orientassem a produção do saber histórico, com seus métodos e critérios de validação.

Em 1898, dois professores franceses da **Sorbonne**, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos publicaram a obra que se tornou referência para os historiadores dentro e fora da França, *Introdução aos estudos históricos*.

Langlois era medievalista e interessado pelos fundos documentais dos arquivos franceses e ingleses, para escrever a História do ducado da Bretanha, e participou da primeira série da *História da França*, dirigida por Ernest Lavisse. Já Seignobos era um historiador dedicado ao estudo dos tempos modernos, tendo sido autor de uma coleção de manuais didáticos sobre a História da Europa, voltada para o ensino secundário (na época o equivalente ao segundo segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio). Além disso, também contribuiu para a série de Lavisse, no tomo sobre a *História da França contemporânea*.

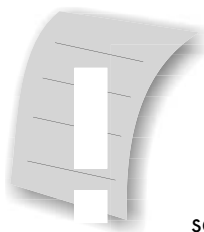
A **Sorbonne** é uma prestigiada instituição universitária francesa, fundada no século XIII por Robert de Sorbon, capelão e confessor do rei da França São Luís. Situada originariamente na *Cité*, a Sorbonne foi transferida posteriormente para onde seria o futuro *Quartier Latin*. Centro de grande importância para a pesquisa e Ensino Superior na França, consolidou-se como referência internacional no século XIX. Palco de inúmeras manifestações estudantis em maio de 1968, teve os seus fundamentos profundamente abalados pelas críticas e contestações estudantis. Desde então, foram reorganizadas em faculdades autônomas, mantendo a tradição de excelência da universidade francesa.

Informações retiradas do site da Sorbonne. Disponível em: < <http://www.sorbonne.fr/> > Acesso em: 21 fev. 2008.

A importância historiográfica da obra *Introdução aos estudos históricos* reside no fato de que foi o primeiro grande manual a valorizar a história científica e a rejeitar os princípios metafísicos (providência, destino, fortuna etc.) nas explicações históricas. Para Langlois e Seignobos, “a História não passa da aplicação de documentos”, máxima inspirada em Leopold von Ranke, segundo o qual, a história deve relatar o que realmente aconteceu.

Essa fórmula supõe uma teoria do conhecimento, ou seja, a delimitação de uma relação entre sujeito do conhecimento (historiador) e seu objeto (os documentos), não explicitada adequadamente. Isso porque a escola metódica da qual faziam parte desprezava o papel das questões colocadas pelos historiadores às suas fontes e louvava o apagamento do mesmo historiador por detrás dos textos. A visão de documentos, elaborada por eles, era muito limitada, pois só valorizam os testemunhos diretos e escritos. A ciência histórica está limitada pela existência limitada de documentos (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 102).

Nesse sentido, a tarefa fundamental do historiador, no sentido de colocar em prática o método histórico, era a de inventariar materiais disponíveis através da elaboração e da publicação de coleções de documentos e instrumentos de pesquisa.



O desenvolvimento do método histórico tradicional ocorreu em primeiro lugar em virtude do surgimento de disciplinas voltadas para a análise de documentos medievais. A erudição francesa teve em Dom Mabillon seu nome mais conhecido, pioneiro na análise da autenticidade ou falsidade dos documentos da Idade Média (DE RE DIPLOMÁTICA, 1686).

A sistematização da crítica documental foi sendo elaborada pouco a pouco, desde o Renascimento, e, sobretudo, a partir do século XVII. No século XIX, os pressupostos de um método de caráter eminentemente empírico serviram de base para a organização da disciplina histórica, em termos institucionais.

Nesse século, os historiadores alemães – em especial Leopold von Ranke – e, posteriormente, os membros da Escola Metódica Francesa foram os responsáveis pela formalização do método crítico aplicado aos documentos históricos.

Quando no século XIX, Langlois e Seignobos afirmaram: “a História se faz com documentos. Porque nada substitui os documentos: onde não há documentos, não há história”. Definiram uma premissa ao mesmo tempo verdadeira e falsa. É verdadeira porque, efetivamente, a ausência de fontes impede que o historiador possa realizar plenamente a sua função: como comprovar sem elas as suas hipóteses de trabalho? Por outro lado, é falsa, pois condiciona todo o conhecimento histórico, e, por conseguinte, todo o trabalho do historiador a recompilação de fontes escritas, importantes para o conhecimento histórico, mas não exclusivamente.

A parte fundamental do método tradicional voltava-se, entretanto, para o tratamento das fontes escritas, baseado em dois procedimentos fundamentais: a heurística e o apoio nas chamadas disciplinas auxiliares.

A heurística é uma atividade que consiste em localizar, reunir e classificar as fontes históricas através da criação de listas, repertórios, inventários, índices remissivos, algumas vezes, publicando os de natureza manuscrita considerados de grande importância. Hoje em dia, em comparação com o século XIX, a heurística dispõe de vários meios adicionais de armazenar e fazer circular informações necessárias ao trabalho histórico, tais como: banco de dados, microfilmes, microfichas, fotocópias etc.

As “disciplinas auxiliares” incluem numismática, diplomática, filologia, sigilografia, paleografia, genealogia, cronologia etc. Atualmente, tais disciplinas são consideradas com mais autonomia.

Em linhas gerais, o método crítico exposto na obra de Langlois e Seignobos dividia-se em três grandes etapas: a crítica externa, interna e a síntese; procedimentos que seriam adotados depois do tratamento heurístico dos documentos.

A crítica externa ou de erudição implicava primeiramente a localização da fonte num arquivo público; na sequência, a certificação, com apoio das “ciências auxiliares”, da autenticidade da peça documental e, por fim, da datação. Essa etapa era consolidada em um sistema de fichas que forneceria ao historiador a possibilidade de realizar um trabalho em profundidade,

manipulando mais facilmente os seus materiais, e leva à prática de notas de rodapé, pelas quais cada leitor de uma obra histórica, com a condição de ser ele mesmo um erudito, pode voltar à fonte e verificar a afirmação do colega (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p. 104).

A crítica interna ou hermenêutica consiste em retomar a ficha, com as informações levantadas pela crítica de erudição, e acrescentar os dados resumidos da leitura e da interpretação do documento. A hermenêutica impõe frequentemente o recurso a um estudo linguístico, a fim de determinar o valor das palavras ou das frases, pois os documentos escritos em épocas diferentes estavam sujeitos a variações no significado dos termos e expressões. Por outro lado, a hermenêutica obrigava a interrogar-se sobre as intenções das pessoas que produziram os documentos, trazendo de alguma maneira a presença do sujeito histórico para dentro de uma análise que se supunha isenta de qualquer subjetividade.

A etapa final, que seguia as etapas analíticas, consistia nas operações sintéticas que se dividiam em cinco fases:

- a. comparar os vários documentos para estabelecer um fato particular;
- b. reagrupar os atos isolados em quadros gerais;



- c. manejar o raciocínio, quer por dedução, quer por analogia, para ligar os fatos entre si e para encher as lacunas da documentação;
- d. seleção de fatos relevantes na massa de acontecimentos disponíveis ao historiador a partir dos documentos;
- e. tentativa de algumas generalizações, algumas interpretações, sem manter a ilusão de “penetrar no mistério da origem das sociedades”.

Assim, tudo se passa como se, no nível da síntese, a escola metódica tivesse medo de terminar.

Apesar da valorização do documento escrito e voluntário, ou seja, cartas, decretos, correspondências, manuscritos diversos, em geral produzidos pelo poder instituído, a escola metódica contribuiu para a definição dos princípios fundadores do método histórico que se atualizou ao longo do século XX.



### 3. Atende ao Objetivo 3

No final do século XIX, o famoso historiador francês Coulanges (1830-1889) defende que: a história “não é uma arte, é uma ciência pura, como a física ou a geologia[...] ela visa unicamente encontrar os fatos e descobrir as verdades” (“La Cite Antique”, apud TETARD, 2000, p. 94). Em outra obra, *A monarquia franca* publicada em 1888, escreve na introdução:

Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas as categorias de documentos sem omitir uma única. Encontraremos no curso destes estudos várias opiniões modernas que não se apoiam em documentos; deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto, e, por esta razão, não nos cremos no direito de aderir a elas. A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias pré-concebidas. A sua única habilidade (a do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos (LE GOFF, 1985, p. 96).

Analise a afirmação de Fustel de Coulanges, identificando a escola histórica à qual pertence e os princípios de método que defendem.

### Resposta Comentada

O fundamental da resposta é você identificar o pertencimento do historiador à escola metódica, segundo a qual o documento tem valor igual a texto que deve ser lido e tratado com objetividade pelas etapas do método histórico, a saber:

Heurística: organização das coleções de documentos e instrumentos de pesquisa.

Crítica externa, ou de erudição: definir a procedência do documento, sua autenticidade e datação.

Crítica interna ou hermenêutica: interpretar objetivamente os textos buscando reconhecer a modificação das expressões e palavras, além de complementar a crítica de erudição.

Por fim, colocar os fatos retirados dos documentos em ordem cronológica deixando que a História “fale” através deles.

---

Em termos da história da História, o século XIX consiste numa encruzilhada de caminhos, pois, se por um lado, dá continuidade à tradição clássica ocidental, por outro, rompe com a ideia de uma força metafísica para a explicação das transformações temporais. Assim, apesar de ter sido no século XIX que a disciplina histórica se institucionalizou,

entrando para as cátedras universitárias, mantiveram-se na pesquisa e na escrita da história alguns pressupostos da tradição grega, clássica, remontando a Tucídides, na sua distinção entre Mito e Verdade, e na noção de que toda a história é uma narração de acontecimentos.

No século XIX, a História é creditada como uma ciência objetiva que lida com pessoas e culturas concretas no tempo. A autodefinição da história como uma disciplina científica implicou a distinção clara entre discurso científico e discurso literário, entre historiadores profissionais e amadores. O problema é que mesmo dentro dessa antiga tradição, a História se materializava através de um discurso narrativo que, como alguns recentes teóricos apontaram, ao mesmo tempo que provém de fatos e evidências empíricas válidas, necessita, na sua construção, de elementos da imaginação do próprio historiador, no sentido de dar uma coerência narrativa. Portanto, elementos ficcionais entram na narrativa histórica, de qualquer forma.

Para superar esse perigo, os historiadores do XIX, ancorados nos pressupostos de busca incansável da verdade objetiva, dividiam com Leopold von Ranke três princípios básicos (que ainda assim, estão presentes na tradição ocidental de Tucídides à Gibbon):

- a. Teoria da verdade calcada na crença de que a história opera com pessoas reais e com ações que realmente aconteceram num tempo e lugar determinados.
- b. O objetivo precípua do historiador seria o de desvendar as intenções dos atores históricos, no sentido de compor um relato coerente.
- c. Trabalhavam com uma noção de tempo sequencial.

Racionalidade, intencionalidade e sequência temporal determinaram a estrutura da escrita da história de Heródoto e Tucídides até Ranke e de Ranke, para o século XX.

## Atividade Final

Em 2005, o Ministério da Educação compôs uma comissão para a avaliação dos livros didáticos para o Ensino Médio. Dentre os principais critérios de exclusão, estava a redução do conhecimento histórico a uma sucessão de fatos, datas e personagens importantes. Esse tipo de história, hoje considerado ultrapassado e inaceitável para ser aplicado nos nossos livros didáticos, já foi modelo de História.

Com certeza, dentre os seus livros, você tem um livro didático de história, aquele que você estudou para o vestibular ou algum outro herdado de algum amigo ou parente. Faça uma análise desse livro, buscando identificar quais os elementos do modelo de história do século XIX que ainda estão presentes no texto didático.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Esta é uma pesquisa livre, pois você poderá recorrer aos materiais a que tiver acesso.

O fundamental na resposta é buscar identificar nos livros alguns dos princípios que nortearam a escrita da história oitocentista do ponto de vista da: ordenação cronológica, sobrevalorização da documentação escrita, enaltecimento dos heróis da pátria; redução da história social à história política; intencionalidade dos atores sociais; visão progressiva ou evolucionista da história.

Caso não seja identificadas nenhuma dessas características, tanto melhor, pois significa que o livro está atualizado e sintonizado com as tendências atuais da oficina da história.

## RESUMO

Durante o século XIX, os historiadores emanciparam-se dos laços com os reis e príncipes, conquistando, pouco a pouco, a posição de cientistas. Duas correntes ou ideias que contribuíram, em primeiro plano, para a promoção da paixão pela História: a História liberal de inspiração burguesa, a qual está ligada às noções de classe e democracia, e o romantismo, devotado à valorização do sentimento nacional.

A ideia de nação, como indica Le Goff (1985, p. 197), vem desde a Idade Média, mas a religião da pátria é uma novidade que data da Revolução Francesa. Acrescenta, ainda, que a ideia de nação é especialmente valorizada pelos povos que ainda não estão politicamente unidos, tais como a Alemanha e a Itália. Entretanto, os demais países também foram tocados pela influência do nacionalismo.

A formação dos estados nacionais e a identificação da nação com a pátria transformou, no século XIX, o estudo da história numa espécie de obrigação cívica. A partir da Revolução Francesa, definiu-se, na França, o programa de ensino escolar, com a valorização dos heróis da nação. A História como disciplina escolar passou a ser valorizada no programa de diversos países, inclusive no Brasil, através do Colégio Pedro II.

A Escola Histórica Francesa, criada no século XIX, foi responsável pela profissionalização do historiador e pela determinação de uma prática historiadora. A Escola Metódica, ao fundar um novo campo para a prática historiadora, associado ao espaço acadêmico ao universitário, estabelece as regras e os princípios básicos da escrita da história oitocentista (conhecido como o método histórico). Esse método incorporaria os princípios básicos da prática erudita, associando-os aos pressupostos teóricos do historicismo e à concepção objetivista reinante nas disciplinas acadêmicas de oitocentistas.

A escola metódica quis impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando à objetividade absoluta no domínio da História; propunha atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitante ao inventário de fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão.

No final do século XIX, na Europa, a História já era uma disciplina consolidada, nas cátedras universitárias, responsáveis pela produção de textos que orientassem a produção do saber histórico, com seus métodos e critérios de validação.

Texto de fundamental importância para a difusão do método histórico tradicional, a obra *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos, defendia a tese de que “a história não passa da aplicação de documentos”, máxima inspirada em Leopold von Ranke, segundo o qual a história deve relatar o que realmente aconteceu.

Nesse sentido, a tarefa fundamental do historiador, no sentido de colocar em prática o método histórico, era a de inventariar materiais disponíveis por meio da elaboração e publicação de coleções de documentos e instrumentos de pesquisa, conhecida como heurística. Na sequência o método ainda previa a crítica externa, interna e a síntese.

O século XIX foi responsável por consolidar a fórmula historiográfica herdada da tradição clássica de que a História é um relato verdadeiro dos acontecimentos. Entretanto, uniu a esse sentido clássico o valor do progresso princípio da evolução da humanidade. Assim, a História ocidental era o parâmetro para a identificação do estágio civilizatório das demais histórias.

O padrão tradicional de história para o século XIX era a narrativa dos feitos da nação, com seus personagens relevantes (generais, príncipes e reis, os heróis da pátria) e suas datas marcantes.

## **Informação para a próxima aula**

Na próxima aula, estudaremos como se estruturou a historiografia no século XX.

História e Documento

# Referências

## Aula 1 .....

COLLINGWOOD, R.G. *A ideia de história*. Lisboa: Presença, 1986. p. 401.

DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [19-]. p. 148.

FINLEY, Moses. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 258.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 554.

HERÓDOTO. *História*. Tradução do grego por Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1988. p. 613.

HOMERO. *Iliada*. Tradução do grego por Haroldo de Campos. São Paulo: Mandarim, 2001. 2v.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 227.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 2002. p. 144.

## Aula 2 .....

BLOCH, M. *Apologia da História (ou o ofício de historiador)*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARTA de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <[www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=552](http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=552)>. Acesso em: 15 Nov. 2007.

LE GOFF, J. Documento/Monumento,. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi,. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v.1: Memória-História.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

## Aula 3 .....

BLOCH, Marc. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; p. 159.

EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 213.

BORGES, Jorge Luis. *Cinco visões pessoais*. Brasília: UnB, 1987. p. 53.

CARR, Edward Hallett. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.



- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989. p. 262.
- FROMM, Erich. *Análise do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 211.
- GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica em perspectiva: a virada hermenêutica*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 212 v.1.
- KONDER, Leandro. *A poesia de Brecht e a história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 108.
- SCHÜLER, Donaldo. *Heráclito e seu (dis)curso*. Porto Alegre: L&PM, 2001. p. 249.

## Aula 4 .....

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Reunião: 10 livros de poesia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. p. 280.
- BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Lisboa: Livros do Brasil. 19-. p. 330.
- DIDEROT, Denis. Suplemento à viagem de Bougainville ou diálogo entre A e B: sobre o inconveniente de atribuir ideias morais a certas ações físicas que não as comportam. In: VOLTAIRE; DIDEROT. *Os pensadores*. Tradução por J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 429-455. (Coleção Os pensadores, v. 23).
- DOVER, Kenneth J. *A homossexualidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 2007. p. 360.
- KONDER, Leandro. *A dialética e o marxismo*. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/Konder%20TN1.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.
- \_\_\_\_\_. *Marx: vida e obra*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 154.
- \_\_\_\_\_. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1997. 88p. (Coleção Primeiros Passos, v. 39).
- ORTEGA Y GASSET, José. *História como sistema: Mirabeau ou o político*. Tradução por Juan A. Gili Sobrinho; Elizabeth Hanna Côrtes Costa. Brasília: UnB, 1982. p. 84.
- SCHNAPP, Alain. *A imagem dos jovens na cidade grega*. In: LEVI, Giovanni, SCHMITT, Jean-Claude. (Org.). *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.1, p. 19-57.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *El cazador negro y el origen de la efebía ateniense*. In: *Formas de pensamento y formas de sociedad en el mundo griego*. Barcelona: Península, 1983. p. 135-158.

## Aula 5 .....

BORNHEIM, Gerd (Org.). *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2006.

FONTES, Adriana; BLANCO, Mauricio. (Coord.) *Pesquisa Nacional por amostra de domicílios*. IBGE. 2006. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/article.php3?id\\_article=445](http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=445)>. Acesso em: 6 out. 2008.

HOBSBAWM, Eric. *O sentido do passado*. In: \_\_\_\_\_. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22-35.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. Tradução: Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: Cosac Naif; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. 2 v.

LE GOFF, Jacques. *Uma entrevista com Jacques Le Goff*. Transcrita, traduzida e editada por Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 262-272, 1991. <Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>>. Acesso em: 3 out. 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. *Um novo olhar*. In: HUGO, Victor. *Os Miseráveis*. São Paulo: Cosac Naif; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. v. 1. p. 13-19.

## Aula 6 .....

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História?* 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé, *As escolas históricas*, Lisboa, Europa-América, 1983.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.) *Passados Recompuestos: campos e canteiros da história*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.

CARR, E.H. *O que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOSSE, François. *A histórica*. Bauru: Edusc, 2003.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade (Time, History and the Writing of History: the Order of Time)*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>. Acesso em: 1/1/2008.

LE GOFF, J. *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

PALMADE, Gay, História da História. In: Gadamer, H.G, et al., História e Historicidade, Lisboa, Gradiva, 1988. p. 35-51.

TÉTARD, Philippe. *Pequena História dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.

## **Aula 7** .....

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História?*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé, *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1983.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. *Cultura material*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982. v.16: Homo-domesticação/cultura material.

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

DOSSE, François. *A histórica*. Bauru: Edusc, 2003.

FINLEY, Moses. *Mito, memória e história*, In: \_\_\_\_\_. *Usos e abusos da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 3-27.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>>. Acesso em: 1 jan. 2008.

LE GOFF, J. *Memória*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v.1: Memória/História.

LOPES, André Leme. *Moralidade e justiça na historiografia antiga: o 'manual' historiográfico de Luciano de Samósata*. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 187-205, 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n2/a08v24n2.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2008.

TÉTARD, Philippe. *Pequena História dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.

## **Aula 8** .....

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé, *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1983.

BRASIL ESCOLA. *Cruzadas*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/cruzadas.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: Edusc, 2003.

FROISSART. *Crônicas: a Jacquerie*. Tradução: Ricardo da Costa. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/univ/jacquetext.htm>>. Acesso em: 21 out. 2008.

GUENÉ, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier, 1980.

LE GOFF, J. *Memória-História*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v.1.

TÉTARD, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.

TOURS, Gregório de. *História dos Francos*. Tradução: Josemar Machado. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/textos/livrol.htm>>. Acesso em: 21 out. 2008.

## **Aula 9** .....

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Tradução de Ana Rabaça. Mem Martins: Europa-América, 1990. 220p. (Fórum da História)

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1987. p. 179.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2005. p. 789.

\_\_\_\_\_. *Literatura oral no Brasil*. São Paulo: Global, 2006. p. 480.

DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira*. Tradução de Fausto Castilho. Campinas: UNICAMP, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difel, 1979. p. 370.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *L'histoire ancienne et l'Antiquaire*. In: \_\_\_\_\_. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983. p. 244-293.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The rise of the antiquarian research*. In: *The classical foundations of modern historiography*. Berkeley. University of California Press, 1990. p. 54-79.

PAIVA, Tatiana Moreira Campos. *Luis da Câmara Cascudo: um historiador clássico?* Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/cascudo/umhistoriadorclassico.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2008

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v.1, p. 51-86. (Memória-História)

SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

## **Aula 10** .....

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 12.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1983.

DEMOULIN, O. *Historicismo*. In: BUGUIÈRE, André (Org.) *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

\_\_\_\_\_. *Positivismo*. In: BURGUIÈRE, André (Org.) *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: Edusc, 2003.

HARTOG, François. *Regime de Historicidade* (Time, History and the Writing of History: the Order of Time). Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>>. Acesso em: 1 jan. 2008.

LE GOFF, J. *Memória-História*. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v.1.

PALMADE, Gay. *História da História*. In: VEYNE, Paul (Org.). *História e Historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1991. p. 35-51.

TÉTARD, Philippe. *Pequena História dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.



ISBN 978-85-7648-533-9



9 788576 485339



**UENF**  
Universidade Estadual  
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



**FAPERJ**  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**Ministério  
da Educação**

